UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ANA CAROLINE BONFIM PEREIRA

CORPO-ARMA:
PERCEPÇÕES ETNOGRÁFICAS DO TRABALHO POLICIAL
EM MACAPÁ/AP

Versão Corrigida

São Paulo, 2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

CORPO-ARMA:
PERCEPÇÕES ETNOGRÁFICAS DO TRABALHO POLICIAL
EM MACAPÁ/AP

Versão Corrigida

Ana Caroline Bonfim Pereira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como pré-requisito para a obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer

São Paulo, 2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P436 c Pereira, Ana Caroline Bonfim
Corpo-Arma: percepções etnográficas do trabalho
policial em Macapá/AP / Ana Caroline Bonfim Pereira
; orientadora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer. - São
Paulo, 2019.
132 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Antropologia. Área de
concentração: Antropologia Social.

1. Antropologia do Direito. 2. Violência
Policial. 3. Polícia Militar. 4. Bope. 5. Corpo-
Arma. I. Schritzmeyer, Ana Lúcia Pastore, orient.
II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Ana Caroline Bonfim Pereira

Data da defesa: 12/06/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 08/08/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

PEREIRA, Ana Caroline Bonfim. *Corpo-Arma: percepções etnográficas do trabalho policial em Macapá/AP*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como pré-requisito para a obtenção do título de Mestra em Antropologia.

Aprovada em 12/06/2019

Banca Examinadora:

Dra. Jacqueline Morais Teixeira

Dra. Maria Gorete Marques de Jesus

Dr. Marcus André de Souza Cardoso

*À Marielle Franco, Jandira e Claudia e a todas as mulheres negras que me
inspiram, movem estruturas sociais para realizar seus sonhos
e ocupam espaços que nos foram negados.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas (e foram muitas) que colaboraram de forma direta e indireta para que eu pudesse realizar o mestrado e concluir esta etapa. Agradeço à cidade Macapá, que me pariu e me ensinou o sentido de pertencer e que frequentemente me acolhe e permanece comigo aonde quer que eu vá.

Sou imensamente grata à minha família, que me apoia nos caminhos e escolhas que tomo durante toda a minha vida.

Agradeço especialmente a minha mãe, Claudia, por ser um exemplo de mulher forte e que caminha ao meu lado, me ensinando sem dizer muitas palavras, mostrando sua coerência na prática.

Ao meu pai, Valtenis, pelo amor incondicional e por me fazer ter a certeza de que o terei me protegendo com esse olhar apaixonado toda vez que eu volto para casa.

Aos meus irmãos Paulo, Yasmin, Vitor, Dd e Juan. Foi um presente tê-los como irmãos. Sinto tanto orgulho e me considero parte de vocês.

Gratidão também aos meus primos Neto, Jordan, Jonathas, Miguel e Carla, às minha tias-mães Nucia e Neca e ao meu tio Zé.

Agradeço à minha vó Jandira, que não está mais aqui, mas segue comigo. Ela foi a mulher que me preparou e orientou para ser independente e, desde criança, me ensinou que eu poderia pegar um barco e morar onde as correntezas do Rio Amazonas me levassem.

Agradeço repetidas vezes à Jessie, pelo companheirismo e por encantar meus dias. Seu amor e incentivo foram essenciais para que eu finalizasse essa etapa de forma plena e por festejar a felicidade comigo em todas as minhas conquistas.

Agradeço à Ana Pastore, que acreditou na minha pesquisa desde o início. Sua orientação e suas observações foram muito importantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também pelas trocas e acolhida na USP e por suas palavras sábias, me dizendo que fazer pós-graduação era meu direito e que eu era capaz de realizá-lo, mesmo com todas as dificuldades.

Também sou grata pelas tardes prazerosas de reunião do Núcleo de Antropologia do Direito e, em especial, pela colega Bruna Angote, por ter lido o

meu trabalho de forma tão respeitosa, pelos conselhos carinhosos e pela disponibilidade.

Agradeço aos membros da banca, Gorete, pesquisadora cujo o trabalho eu admiro muito; Marcus, pelo incentivo e Jacqueline, por todo o encorajamento, escuta e por ser minha referência de antropóloga. É uma honra contar com a leitura de vocês no encerramento desse ciclo.

Aos funcionários do departamento, em especial à Juciele, pela ajuda nas burocracias do mestrado, bem como por sua gentileza todas as vezes em que fui, desesperada, atrás de informações. Foi essencial contar com seu apoio e com sua humanidade no tratamento com as pessoas.

Agradeço também à Calliandra. Desde a primeira vez que eu ouvi seu sotaque maranhense, tive certeza que seríamos amigas. Obrigada por compartilhar cada experiência de ser de um lugar tão distante e diferente e ter que sobreviver sozinha em São Paulo. Saiba que suas palavras sábias acalmam o meu ser. Juntas somos uma fortaleza. Agradeço também à Juliana, pela amizade e por ser uma pesquisadora em quem me inspiro.

À Priscila, por toda amizade e as diversas ajudas no mestrado, que me faziam acreditar que seria possível passar no processo seletivo e finalizar esse mestrado. Agradeço também pela leitura atenta, pela revisão da minha dissertação e por valorizar minha escrita e pesquisa.

Meus anos de mestrado foram incríveis ao lado de Terra, Rafa, Morgane e Igor, que me acolheram de forma muito carinhosa e divertida em São Paulo. Agradeço à Nani, por ter trilhado esse caminho como irmã de orientação e, sobretudo, pela amizade e pelas trocas.

Às preciosas Suelen e Joice, por me fortalecerem e por me acompanharem por tantos anos, aceitando e amando a pessoa que eu me torno todo dia. Seguimos juntas.

Agradeço à Isa, por seu afeto, pelas trocas e descobertas incríveis, por todo o apoio que você me ofereceu durante o mestrado e por me acompanhar de forma tão bonita.

Jamais deixaria de agradecer os meus amigos Miqueias, Vanda e Gemaque, por cuidarem de mim todo ano, após mais um período de luta em São Paulo. O cuidado de vocês me trouxe paz interior. Sua sabedoria acerca das medicinas da floresta me conecta com minha ancestralidade. Também agradeço

ao Handerson, pelo apoio, por sempre lembrar do meu potencial, por acreditar na minha pesquisa e por compartilhar o seu conhecimento no começo disso tudo.

Aos meus amigos nortista Andrew, Lara, Thayla, Suanne, Ivamar, Manu, Tita, Gil, Priscila, Laisa, Edu e Ana, que foram minha família em Sampa e com quem eu pude me descobrir enquanto artista.

Aos meus amigos Sandrinha, Arthur e Hélio, pelos momentos de leveza que a presença de ambos me proporciona. Agradeço também à Denna, pelo suporte emocional e por me ajudar a me conhecer melhor e ter tranquilidade para finalizar esse ciclo.

Também aos amigos Miguel, Michel, Augusto e Ana Fiori, por me ouvirem em momentos tão difíceis e por me ensinarem com suas trajetórias.

À polícia militar do Amapá, por autorizar esta pesquisa e pela recepção. Agradeço principalmente aos policiais do Bope AP, que compartilharam suas trajetórias comigo, por todos os ensinamentos.

Por fim, agradeço à CAPES, pelo financiamento concedido para realização desta pesquisa, e à Universidade de São Paulo, por todas as políticas de assistência social. Sem elas, seria impossível a realização deste mestrado.

RESUMO

Esta dissertação baseia-se em observações etnográficas e em entrevistas realizadas entre 2016 e 2018, principalmente com policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) de Macapá/ AP. O trabalho se voltou para a compreensão que eles têm de seu processo de formação e para a construção de um *ethos* bopeano. Foram analisadas as suas percepções a respeito do uso da força e do que entendem por violência policial, além de símbolos identificadores da corporação, como a farda preta e a caveira. Uma das principais conclusões é que a formação de um bopeano implica a construção de um *Corpo-Arma* coletivo a partir de *Corpos-Armas* individuais, sendo que, para a maioria deles, a violência policial ou “excessos” respondem ao amplo contexto de violência social em que se inserem.

PALAVRAS-CHAVE: polícia; Bope de Macapá/AP; Corpo-Arma; violência policial.

Body-Weapon: ethnographic perceptions of the police work in Macapá/AP, Brazil

ABSTRACT

This dissertation is based on ethnographic observations and interviews conducted between 2016 and 2018, mainly with police officers from the Special Operations Unit (Bope) of Macapá/AP, in the North of Brazil. The work has focused on the understanding these officers have of their training process and to the construction of a “bopean” *ethos*. Their perceptions regarding the use of force and what they understood as police violence were analyzed, as well as symbols that identify the corporation, such as the black uniform and the skull. One of the main conclusions is that the formation of a “bopean” implies the construction of a collective *Body-Weapon* that is a result of singular *body-weapons* and, for most of them, police violence or “excessive force” respond to the broad context of social violence in which they live in.

KEYWORDS: police; Bope de Macapá/AP; Body-Weapon; police violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: ESTADO POLICIAL	25
1. CAMINHOS DA PESQUISA	25
1.1. O “ESTUDO DE CASO”	33
2. CONTEXTO HISTÓRICO E A CONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO DA PESQUISA	36
3. A POLÍCIA MILITAR DO AMAPÁ	42
4. O BATALHÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	46
5. CACHORRINHO DE MADAME	49
6. PERFIL DOS POLICIAIS ENTREVISTADOS.....	51
6.1. FAIXA ETÁRIA DOS POLICIAIS.....	54
6.2. TEMPO DE SERVIÇO E PATENTE	54
6.3. NÍVEL DE ESCOLARIDADE	56
6.4. ESTADO CONJUGAL E NÚMERO DE FILHOS	57
CAPÍTULO II: RITUAIS DE VIOLÊNCIA E MORTE	59
1. PRIMEIRO DIA – O EFEITO DO GÁS.....	59
2. SEGUNDO DIA - “A PESQUISADORA NÃO É DEFENSORA DE DIREITOS HUMANOS”	66
2.1. DISPOSIÇÃO DA SALA.....	68
3. TERCEIRO DIA - CONHECER O ADVERSÁRIO “INIMIGO”	73
4. QUARTO DIA - USO PROPORCIONAL DA FORÇA E TECNOLOGIA NÃO LETAIS	76
5. QUINTO DIA – O PELOTÃO DE CHOQUE.....	77
6. SEXTO DIA – PODER DE POLÍCIA	81
7. ARMAS X MANIFESTANTES – OBJETOS, TÉCNICA E ALVO.....	83
8. O RITUAL DE PASSAGEM: COMO SE APRENDE A SER UM POLICIAL DO BOPE?.....	84
CAPÍTULO III - MATAR OU MORRER	93

1. O UNIVERSO SIMBÓLICO DO BOPE	93
2. A FARDA PRETA	94
3. ORAÇÕES DO BOPE	97
4. CAVEIRA.....	99
5. VIOLÊNCIA, INTERVERSÃO OU EXCESSO POLICIAL?.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
BIBLIOGRAFIA.....	122
ANEXOS	131
 ANEXO 1: AUTORIZAÇÃO (ENTREVISTAS).....	 131
ANEXO 2: AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	132

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Inscrição "Reservado aos heróis" na entrada do Bope	28
Figura 2: A sala do subcomandante.....	29
Figura 3: Estudo de caso.....	34
Figura 4: Sala de Aula	69
Figura 5: Sala do Curso de Choque Rápido	71
Figura 6: O Alvo.....	75
Figura 7: Treinamento.....	84
Figura 8: Caveiras	100
Figura 9: Tatuagens.....	102

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Governadores do Amapá	39
Tabela 2: Patente dos Entrevistados	52
Tabela 3: Motivações Pessoais para Ingresso na Polícia	53
Tabela 4: Estado Conjugal x Número de Filhos	57

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa Etária dos Policiais.....	54
Gráfico 2: Patente x Tempo de Serviço.....	56
Gráfico 3: Níveis de Força.....	82

INTRODUÇÃO

Em razão do atual contexto político, econômico e social do país, a discussão acerca dos limites do trabalho policial vem sendo amplamente impulsionada e muitos movimentos sociais denunciam o crescimento da violência policial e a perpetuação de graves violações aos direitos humanos. Mas não é de hoje que casos envolvendo tal tipo de violência no Brasil tornam-se internacionalmente conhecidos e despertam o interesse de estudiosos. Exemplos como as chacinas de Vigário Geral e da Candelária (ambas no Rio de Janeiro, em 1993), o massacre do Carandiru (em São Paulo, em 1992), o massacre de Eldorado dos Carajás (no Pará, em 1996) e, mais recentemente, o fuzilamento de cinco jovens no Rio de Janeiro (em 2015)¹ são notórios nesse sentido. Em todos eles são apontadas violações aos direitos de populações em situação de vulnerabilidade social, política e/ou econômica.

Segundo os dados do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2016, cerca de 9 pessoas foram mortas diariamente por policiais no Brasil no ano de 2015². A taxa brasileira de letalidade policial (1,6) superou a de países como Honduras (1,2) e África do Sul (1,1), cujas taxas já são consideradas altas.

As pessoas mais vulneráveis à violência fatal provocada pela polícia são, principalmente, pessoas negras, moradoras de regiões ou bairros pobres, onde predominam insuficientes acessos a todos os direitos sociais. Além disso, de acordo com o fórum de segurança pública, 76% das vítimas de intervenções policiais entre 2015 e 2016 eram homens negros³.

Nos estados da região norte do Brasil o cenário não é diferente. Entretanto, poucos estudos analisam as relações entre sociedade e polícia nesses estados, pois são escassos trabalhos que associam analiticamente violência policial a outras formas de violação de direitos humanos.

¹ Para mais informações acerca do fuzilamento dos cinco jovens no Rio de Janeiro, vide matéria do Jornal Esquerda Diário, disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Cinco-jovens-negros-tem-carro-fuzilado-pela-Policia-Militar-no-RJ>>. Acesso em agosto de 2017.

² Dados disponíveis em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/10/nove-foram-mortos-por-policiais-por-dia-em-2015-no-brasil-diz-estudo.html>>. Acesso em agosto de 2017.

³ Os dados do fórum de segurança pública estão disponíveis em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/11/infografico-consciencia-negra-FINAL.pdf>>. Acesso em janeiro de 2019.

Estão praticamente indisponíveis aos pesquisadores dados e análises referentes à atuação policial nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia, bem como avaliações de como a polícia se relaciona, no dia a dia, com as regiões periféricas dos centros urbanos dessas regiões.

Ainda segundo os dados do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, na região Norte, especificamente no Amapá⁴, registrou-se a maior taxa de letalidade policial do Brasil. Em 2015 foram registradas 5 mortes para cada 100 mil habitantes. No mesmo período, para cada 100 mil habitantes, o Rio de Janeiro apresentou 3,9 mortes e Alagoas 2,9⁵.

Dados do fórum de segurança pública apontam a crescente letalidade policial no Amapá. Entre 2015 e 2017, a PM do Amapá foi a que mais matou no Brasil. Foram 132 mortes em decorrência da intervenção policial, números que lideram, em termos populacionais, as mortes em decorrência de intervenção militar em todo o país.

Na contramão dessa estatística, a PM do Amapá é a que menos morre em decorrência da ação de “criminosos”. No mesmo período, não houve registro de nenhum caso de óbito de militares amapaenses durante o serviço ou em situações relacionadas à profissão.

Sendo assim, no Amapá, a polícia militar que mais mata é também a que menos morre.

O batalhão mais letal da Polícia Militar do Amapá é o Batalhão de Operações Especiais (Bope), considerado a elite da corporação amapaense. Os policiais do Bope foram responsáveis por 78 mortes entre 2015 e 2017. Em campo, os policiais afirmavam com orgulho que, durante toda a história da polícia militar do Amapá, nenhum policial morreu em serviço. Eles avaliam essa disparidade como reflexo do treinamento e da preparação dos policiais.

⁴ Os dados mencionados também podem ser consultados em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/10/amapa-registra-maior-indice-de-mortes-em-acoes-policiais-em-2015.html>> e <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2015/12/10/A-pol%C3%ADcia-mata-muito.-Aqui-est%C3%A3o-os-dados-para-discutir-o-tema>>. Acesso em agosto de 2017.

⁵ Dados disponíveis em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em agosto de 2017.

Todos os dados apresentados apontam, sem dúvida, para a gravidade da violência policial no Brasil, que se mostra ainda mais complexa quando nos debruçamos sobre os mecanismos sociais de legitimação dessa prática.

Em meio a esse cenário, houve um aumento significativo no número de denúncias. A produção acadêmica sobre violência no Brasil também vem aumentando e se consolidando, o que se verifica em relação aos estudos antropológicos sobre o tema (SIRIMARCO, 2013; KANT DE LIMA, 2008; CARDOSO, 2012; DURÃO, 2016; SOARES, 2010; STORANI, 2008).

Um marco para as ciências sociais é, sem dúvida, a análise de Weber (1999) sobre a íntima relação entre Estado e violência, justamente em função de o Estado pretender ser o legítimo detentor do monopólio da violência em um determinado território. Isto não significa, porém, que todo e qualquer uso da violência por parte do Estado seja legítimo, pois, por “legitimidade” Weber justamente identifica a necessidade de limites no emprego da força (ADORNO, 2002). Assim, o que caracteriza o Estado moderno não é o domínio exclusivo e concreto da violência, mas ser ele o único que tem a pretensão de exercê-la legitimamente (POSSAS & ROCHA, 2014).

Em relação à legitimidade do uso da força pelo Estado, Veena Das e Deborah Poole repensam criticamente a concepção de Weber e subvertem a ideia do Estado como legítimo detentor do monopólio da violência. Elas analisam o Estado a partir de suas margens e demonstram que a violência não é uma exceção e sim uma regra que o compõe.

Desse modo, a forma como os agentes do Estado atuam na margem ou com grupos periféricos, antes de ser uma falha, é o que caracteriza o próprio Estado em si. A estratégia analítica das autoras é se distanciar da imagem do Estado como forma administrativa de organização política racionalizada e passar a refletir acerca das práticas, regulamentos políticos e disciplinamentos que o constituem. A violência constitui o Estado e sua relação com as funções de seus agentes é a chave para entender o problema das margens, pois, nessa visão, o Estado é concebido como um projeto incompleto que está se redefinindo em seu modo de governar.

Essa leitura me auxilia a observar qual é o papel dos policiais no Estado e em que constitui a sua missão entre espaços marginalizados, onde apresenta-se como a disciplina e a lei, sintetizando, muitas vezes, o próprio poder do Estado

sobre os territórios e corpos, bem como o domínio das diversas vidas. (DAS & POOLE, 2004)

As polícias são as instituições autorizadas a usar legitimamente a força nos limites constitucionalmente estabelecidos. Entretanto, há que se diferenciar quando policiais fazem tal uso e quando há violência policial. Atualmente são inúmeras as práticas reconhecidas como formas de violência policial como: tortura, detenções arbitrárias, mortes sob custódia, abuso da força letal, controle violento de manifestações públicas, operações policiais com o uso excessivo de armas, intimidação e vingança.

Costa (2004) esclarece que a força letal, ou permissão para matar, deve ser usada apenas em casos extremos, quando a vida do policial ou a de outro cidadão estiver em perigo. Fora dessas situações, o uso desnecessário e injustificado da força letal constitui uma forma de violência policial. Desse modo, torna-se contraditório o uso da violência por agentes do Estado, uma vez que suas ações deveriam proteger os cidadãos, mas violam os direitos humanos.

O que chama a atenção na violência policial é que ela consiste em um tipo específico de violência, pois é cometida pelo Estado e por seus agentes contra cidadãos. Tais práticas traduzem o desrespeito por parte do Estado a alguns cidadãos, no que se refere a seus direitos civis mais elementares (PORTO, 2005).

Costa (2004) explica que o uso da força seria o principal instrumento da ação policial, embora não se deva confundir violência policial e uso da força legítima. O autor problematiza qual é a linha demarcatória entre uma e outra e o quanto esse limite varia em função da forma como cada sociedade interpreta a noção de violência.

Na prática, as fronteiras entre o legal e o ilegal são instáveis e os abusos policiais são cometidos, na maioria das vezes, impunemente, pois não só a polícia é temida, como o sistema judiciário não atua como o esperado. Dessa forma, a combinação de uma polícia violenta com um sistema de justiça problemático, e até deslegitimado, contribui para a proliferação da violência e ameaça as instituições democráticas (CALDEIRA, 2000).

Todo esse quadro demonstra que, apesar das mudanças democráticas, a polícia brasileira continua tendo sua imagem associada a arbitrariedades, violências e à incompetência na prevenção e solução da maioria dos crimes. (CALDEIRA, 2000).

Pode-se afirmar, apesar do risco envolvido em grandes generalizações, que a história social brasileira é uma história de violências e autoritarismos, principalmente vitimizando os segmentos mais pobres da população. A violência policial, tradicionalmente, fez e faz parte do repertório de ações estatais para controlar as populações marginalizadas.

Em muitos países, a polícia é acusada de usar excessivamente a força enquanto realiza suas operações, sobretudo quando dirigidas a suspeitos de populações periféricas. Esses abusos normalmente tomam a forma de detenções violentas com abuso da força letal e constituem uma forma especial de violência policial (COSTA, 2004). Majoritariamente, pessoas negras, pobres e moradores de áreas com escassos serviços urbanos são os principais alvos dessa violência e as maiores vítimas de homicídios perpetrados pelo próprio Estado.

A legitimidade com relação ao exercício da autoridade estatal não é dada, mas construída a partir de um conjunto de valores e crenças, bem como é função de uma estrutura social e política. Na América Latina existe uma persistência da violência policial e os governos democráticos têm demonstrado dificuldade para submeter o aparato policial a um maior controle constitucional.

O Estado brasileiro não foge a essa regra, pois não tem obtido sucesso em atribuir restrições ao uso da violência policial. O fim dos regimes autoritários e a desvinculação formal entre polícias e forças armadas levariam à construção de uma polícia cidadã, mas as violações de direitos humanos não cessaram, demonstrando a fragilidade do Estado democrático de direito.

Temos uma cultura policial resistente ao controle externo e que não se vê como uma prestadora de serviços à sociedade, mas como estando em oposição a ela. Ao mesmo tempo, vivemos em uma sociedade que, em grande medida, não considera os métodos violentos adotados por policiais e sua seletividade como um problema.

Essa permissividade (ou mesmo valorização) em relação à atuação policial violenta, principalmente no que se refere ao Bope, foi retratado no filme *Tropa de Elite* (2007), dirigido por José Padilha. O filme, internacionalmente conhecido e tendo ganhado inúmeros prêmios, como o Urso de Ouro no Festival de Berlim, apresenta os policiais do Bope do Rio de Janeiro como heróis, evidenciando suas ações diárias de combate ao crime. Apesar de apresentar cenas de tortura e diversos outros abusos e violências ilegais, os policiais seguem

sendo apresentados como heróis e tais ações apresentam-se como positivas e eficazes no combate aos criminosos. À época, o filme gerou inúmeros debates nesse sentido, tendo uma continuação lançada em 2010, com o título de “Tropa de Elite 2 - O inimigo agora é outro”, que se tornou o filme mais visto na história do cinema nacional. Para boa parte da população, esses filmes criaram uma imagem específica do Bope: um batalhão incorruptível e eficaz que sabidamente se utiliza de tortura e violência e é ovacionado justamente por isso. O respeito aos direitos humanos é apresentado como algo que atrapalha a ação policial e favorece criminosos⁶.

Esse discurso, cada vez mais vem ganhando adeptos. As últimas eleições presidenciais, que elegeram o atual presidente, Jair Bolsonaro, foi marcado por discursos nesse sentido, havendo um aumento considerável de pessoas que defendem a utilização da tortura e da violência e negam a utilidade dos direitos humanos.

Todavia, também presenciamos, nos últimos anos, o surgimento e o fortalecimento de grupos marginalizados que se organizam em torno de demandas por direitos. A facilidade no compartilhamento de vídeos de atuações policiais desnecessariamente violentas, devido às novas tecnologias de *smartphones* e redes sociais, aumentaram sobremaneira as denúncias e as provas de violências desmedidas em diversas ações policiais. Essas reivindicações na esfera pública, onde o debate de ideias e posicionamentos políticos estão em disputa, têm aumentado a pressão sobre as polícias (CARDOSO, 2012).

Para Kant de Lima, a formação policial no Brasil é marcada por uma concepção autoritária em que há tolerância à violência policial. A formação policial estaria centrada na ideia de treinamento ou instrução, cujo o objetivo é padronizar os procedimentos através de repetições mecânicas e da reprodução de uma ideologia repressiva e punitiva, retirando dos policiais a capacidade reflexiva e os condicionando a obedecer às ordens (KANT DE LIMA, 2008:12).

⁶ Para uma análise mais aprofundada acerca do filme, vide o artigo “Bandido bom é bandido morto: violência policial, tortura e execuções em Tropa de Elite” (ROCHA & MARQUES, 2010), disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/3996/399641245002/>> Acesso em dezembro de 2018.

Alguns autores identificam a formação profissional dos policiais dentro das academias e/ou a “cultura policial” como um problema a ser enfrentado, como é o caso de Muniz (1999), Soares (2003), Bretas (1997), Kant de Lima (1994) e Poncioni (2003). Segundo Bretas (1997), as polícias veem a sociedade com desconfiança e se representam como tendo a função de controlá-la.

Nesta mesma perspectiva, Poncioni (2012) explica que se situa no processo de formação dos agentes a raiz da ineficácia e a dificuldade de incorporação de uma mentalidade que valorize a prestação de serviços com o devido respeito às normas democráticas.

Esta dissertação aborda o uso da força letal especificamente em operações do Batalhão de Operações Especiais (Bope) do Amapá. Em Macapá, é comum que a mídia local e as redes sociais apresentem as mortes executadas por policiais como algo positivo. Os comentários nessas redes exaltam a ação policial, tratando-as não como retratos da violência, mas como parte constitutiva da função policial de “eliminar bandidos”. Na mesma direção, ideias como “bandido bom é bandido morto” e a defesa da construção de mais presídios e de penas mais duras são comuns, indicando que os “discursos de direitos humanos”, que questionam a violência policial, atrapalham o combate ao crime.

Foi este conjunto de questões que me instigou a fazer um trabalho de campo no Amapá. Sendo assim, a proposta inicial da pesquisa visava analisar a relação entre sociedade e polícia (como se percebiam reciprocamente), tendo como principais campos de observação participante a Baixada do Ambrósio e o Batalhão de Operações Especiais do Amapá. Depois de um ano de mestrado, cursando disciplinas e concluindo duas etapas da pesquisa de campo, o recorte firmou-se na investigação do trabalho policial segundo os próprios policiais de Macapá.

Esta mudança de enfoque se deu porque o material do Bope se mostrou farto enquanto a Baixada do Ambrósio era de difícil acesso. Deste modo, meu problema de pesquisa se circunscreveu em 1) como os policiais do Bope de Macapá se percebem e percebem o seu próprio trabalho, 2) o que constitui ou não violência policial para eles e 3) quais limites eles mesmos apontam existir entre o uso legítimo da força e a violência.

Na persecução de tal objetivo, considerei tanto leis, regulamentos e normativas envolvidos na formação de policiais, quanto a prática dos próprios sujeitos envolvidos nos cursos de formação e capacitação.

O presente estudo se baseia no trabalho de campo que desenvolvi em instituições policiais do Amapá, nas quais, a partir do método etnográfico, entrei em contato direto com policiais que exerciam diversas funções e ocupavam distintas hierarquias na polícia.

No que se refere ao trabalho de campo, vale salientar minha própria inserção e recepção por parte dos interlocutores. Sendo macapaense, oriunda de um bairro periférico da cidade, o tema da presença e atuação policial sempre se mostrou presente, despertando em mim o interesse etnográfico, quando em contato com a pesquisa antropológica na universidade. Como discorrerei ao longo da pesquisa, a recepção por parte dos interlocutores, embora tenha havido alguns desconfortos iniciais (alguns deles claramente motivados pelo fato de eu ser mulher em meio aos interlocutores, majoritariamente homens), o fato de ser pesquisadora de uma universidade reconhecida foi um fator primordial para uma melhor aceitação em campo. Muitos dos interlocutores, também universitários, interessavam-se pela pesquisa, o que possibilitou muitas conversas. Em cada uma delas, era possível, cada vez mais, observar a percepção dos próprios policiais acerca de seu trabalho.

Além das conversas e entrevistas, a observação participante nos cursos, atividades físicas e reuniões se mostrou fundamental para esta análise. Aproximar-se dos entendimentos e valores que constituem as percepções de policiais implica ratificar a pertinência de uma abordagem de análise que privilegia tanto o que foi dito como o que foi posto em ação.

O presente trabalho se desenvolveu, assim, com base em métodos e técnicas de investigação qualitativa e, de acordo com a tradição da disciplina antropológica, privilegiando instâncias de observação participante no âmbito dos espaços da polícia militar do Amapá e a realização de entrevistas minuciosas com distintos atores envolvidos, além do acompanhamento de um curso de formação e capacitação.

Tratou-se de uma pesquisa que se desdobrou em três etapas. A primeira consistiu no aprofundamento da revisão bibliográfica, graças às disciplinas

concluídas durante o mestrado e de um balanço da literatura nacional a respeito de temas como violência policial, legitimidade, trabalho e cultura policial.

A segunda consistiu no levantamento de dados empíricos a partir da pesquisa de campo, com observações *in loco* e 24 entrevistas realizadas com polícias de diversos batalhões da polícia militar do Amapá, em especial 17 destas realizadas no Batalhão de Operações Especiais. As entrevistas foram realizadas com base em questões semiestruturadas, mas tentei conduzi-las como se fossem conversas informais, dando espaço para assuntos levantados pelos interlocutores, proposta essencial para o surgimento de novas questões no decorrer do campo. Concomitantemente, recolhi documentos oficiais fornecidos pela polícia militar, como dados estatísticos sobre a violência no Amapá e denúncias contra policiais, disponibilizadas pela Corregedoria da Polícia Militar.

Finalmente, em uma terceira e última etapa, retornei ao campo para acompanhar o Curso de Choque Ligeiro, especialidade conduzida pelos policiais do Bope. Nessa etapa, acompanhei as aulas teóricas e atividades práticas durante seis dias, nos turnos da manhã, tarde e noite.

A partir das análises, empíricas e teóricas, organizei esta dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresento o percurso da pesquisa de campo e as reformulações resultantes das interações nele vivenciadas. Em seguida, discorro sobre o contexto histórico do estado do Amapá, apresentando hipóteses para a ligação entre a sua construção e a propagação da ideologia policial. Posteriormente, disserto sobre o surgimento do Batalhão de Operações Especiais (Bope) no Amapá e as justificativas da necessidade de uma polícia especializada nesse estado. No mesmo capítulo, traço o perfil dos policiais entrevistados, descrevendo quem são os atores e as situações observadas ao longo do trabalho de campo.

No segundo capítulo, exponho a noção que denominei “ritual de violência e morte” e seus possíveis sentidos a partir dos contextos etnográficos. Exploro a noção de *ritual de passagem* a partir de narrativas sobre o curso de formação dos policiais. Esse processo de formação envolve a construção de uma identidade a partir da morte simbólica do policial comum para possibilitar o nascimento de um “bopeano”. Esta reflexão é uma forma de situar a construção da identidade da *persona* bopeana, baseada no conceito de “mortificação do eu”, de Goffman

(2001), acerca das padronizações que operam em certas instituições. Para além desta abordagem, reflito acerca da construção de um novo “sujeito” e de um “eu coletivo”, além de descrever o curso de formação Choque Ligeiro.

No terceiro e último capítulo, reflito sobre o universo simbólico do Bope como construção e expressão de força e parte essencial do ritual de violência, apontando suas marcas no trabalho diário da corporação e sua importância para a construção de uma irmandade que abrange uma ampla gama de elementos religiosos. Destaco a questão mística exercida pelos policiais, sua relação com o divino através de objetos e comportamentos definidos por eles como sagrados. Em seguida, apresento uma discussão a respeito da violência policial da perspectiva dos policiais, ou seja, como eles próprios percebem cometê-la (ou não) e quais as eventuais justificativas para essa prática. Também aponto para os momentos em que eles utilizam a expressão “excesso” no lugar de “violência policial”.

Por fim, nas considerações finais, retomo as principais contribuições do trabalho e pontuo, brevemente, o contexto político atual em que a pesquisa se insere, no qual violências policiais tendem a ser consideradas legítimas, seja por representantes dos poderes executivos federal e estaduais, quanto por grupos de cidadãos.

CAPÍTULO I: ESTADO POLICIAL

1. Caminhos da pesquisa

Conforme já apontado na introdução, esta dissertação visa analisar o trabalho policial e os rituais de morte e violência envolvidos na formação destes profissionais. Ela é resultado de uma pesquisa que esteve em constante transformação durante os dois anos de mestrado. As mudanças mais substanciais surgiram a partir da pesquisa de campo, realizada durante os meses de recesso das atividades acadêmicas nos anos de 2016 e 2017.

Ano	Mês	Local
2016	Julho	Comunidade da Baixada do Ambrósio
	Final de Dezembro	
2017	Janeiro/Fevereiro	Polícia Militar do Amapá
	Julho e início de agosto	

No fim do primeiro semestre de 2016, durante todo o mês de julho, a pesquisa de campo concentrou-se na Baixada do Ambrósio⁷. De comum acordo com a orientadora, realizei um mapeamento da região visando identificar como os moradores definiam seus limites geográficos e quais suas representações e percepções acerca do local.

O caminho traçado nesse primeiro momento me fez perceber a complexidade da comunidade do Ambrósio. Seu acesso, porém, não se mostrou facilitado, dificultando uma coleta de dados mais ostensiva. Uma vez que a

⁷ A Baixada do Ambrósio está situada às margens do rio Amazonas, especificamente nas imediações da área portuária do município de Santana, estado do Amapá, e surgiu paralelamente à instalação da empresa mineralógica Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), no início da década de 1950. Nesse período, iniciou-se a construção da ferrovia Santana/Serra do Navio, no Estado do Amapá, cuja finalidade era transportar os operários e o carregamento de minério, impulsionando o crescimento populacional na região. A área é densamente povoada, reconhecidamente pobre e, portanto, socialmente vulnerável, localizada em uma imensa área de várzea. Também conhecida como “área de ressaca” ou de “ponte”, esses espaços alagadiços são considerados impróprios para a moradia, mas ocupados por famílias inteiras sem acesso a melhores condições habitacionais.

pesquisa de campo em outros locais se mostrou mais farta, elaborei um novo recorte, que suprimia a pesquisa naquela região.

No ano de 2017, iniciei a pesquisa na Polícia Militar e visitei outros órgãos que lidam com a questão da segurança pública no Amapá. Realizei o campo entre a metade de dezembro de 2016 e o fim de fevereiro de 2017. Nesse período, visitei diversos seguimentos da polícia:

- ✓ Polícia Militar (Comando Geral; 1º Batalhão de Macapá; Batalhão de Operações Especiais);
- ✓ Secretaria de Segurança Pública;
- ✓ Corregedoria da Polícia Militar;
- ✓ 5º Batalhão de Polícia do Município de Santana (responsável pelo policiamento da Baixada do Ambrósio).

Depois das idas e vindas ao comando e de enfrentar o trâmite burocrático da instituição, consegui a autorização para a pesquisa e um documento que permitia a sua realização em todos os batalhões da polícia militar do Amapá⁸. Mesmo assim, desde o primeiro dia em que entrei no Comando Geral, tive que explicar do que se tratava minha pesquisa.

Como todos os policiais com quem conversei tinham nível superior e muitos pretendiam fazer mestrado, alguns pediam para que eu explicasse o meu objeto de estudo, o problema e as hipóteses da pesquisa. Consequentemente, eles me sugeriam recortes, temas e referências bibliográficas. Também pude trocar diversas informações acadêmicas com eles, uma vez que alguns estavam participando do processo seletivo para o mestrado na Universidade Federal do Amapá. Eles também solicitavam sugestões bibliográficas sobre temas ligados ao estudo da segurança pública.

Como parte das trocas realizadas em campo, fui convidada pelo comandante da unidade a conhecer o Primeiro Batalhão da Polícia Militar. Para aproveitar a oportunidade, fiz as primeiras entrevistas no Comando Geral e nesse Primeiro Batalhão.

⁸ Vide o Anexo II desta dissertação.

Desde as primeiras entrevistas, notei que a pesquisa de campo seria um desafio, pois, além dos estranhamentos com a estrutura dos batalhões e as hierarquias para acessar os policiais, eu me notava envolvida com as descobertas que surgiam nas conversas.

Empolgava-me conhecer os códigos da instituição, sua linguagem e estar em diálogo com pessoas que têm concepções diferentes da minha. À vista disso, eu me encontrava diante de interlocutores com os quais eu não possuía identificação. No entanto, a experiência antropológica tornou-se um espaço privilegiado para exercer a alteridade, permitindo a aproximação e o estranhamento do universo policial.

Assim como em toda pesquisa etnográfica, tive que me adequar ao espaço e aos interlocutores. Já nas primeiras idas a campo, percebi que eu teria que respeitar e atuar conforme os códigos da instituição, a fim de acessá-la e circular por ela livremente. Apresentar-me com a roupa devidamente passada e com uma postura corporal alinhada foi uma decisão essencial para a boa realização da pesquisa, mantendo uma imagem de seriedade.

Desde o início, recebi convites de policiais para encontros e conversas fora do batalhão. Logo no segundo dia de campo, eu passei a usar também uma aliança, a fim de me proteger e tentar evitar assédios.

Após as primeiras entrevistas, realizadas no Comando Geral e no Primeiro Batalhão, dirigi-me para o Batalhão de Operações Especiais, para apresentar minha pesquisa ao comandante da unidade.

Logo na entrada, ouvi disparos de armas de fogo, pois bem perto dali há um local de treinamento de tiro. Esse som me assustou um pouco e pensei em voltar outro dia, pois iniciava-se um processo de estranhamento. Depois de alguns minutos, decidi entrar no Batalhão, pois não sabia quanto tempo eu teria que aguardar para obter a autorização do comandante e iniciar, de fato, a pesquisa. Bem na entrada, uma imagem me chamou a atenção: a frase “Reservado aos heróis”, escrita em letras garrafais no asfalto, como mostra a foto a seguir:

Figura 1: Inscrição "Reservado aos heróis" na entrada do Bope

Fonte: Fotografia tomada pela autora

Essa imagem despertou-me inquietações e revelou uma pista a ser seguida ao longo da pesquisa, uma vez que expressa perfeitamente algumas narrativas que percebi nas entrevistas, referentes ao tema do heroísmo.

No mesmo dia, conversei com o comandante do Bope, ocasião em que fui bem recebida pelos policiais. Aliás, ao contrário do que ocorreu anteriormente, em nenhum momento me senti assediada por nenhum dos interlocutores do Bope. Pelo contrário, todos me tratavam com imenso respeito. No início, alguns me olhavam com estranhamento, mas depois de dias circulando pelo Batalhão, eles se acostumaram com minha presença e me tornei conhecida.

A circulação no Bope é limitada (principalmente para um civil) e não há como realizá-la sem autorização, pois, na entrada dos batalhões, sempre há policiais responsáveis pelo atendimento e triagem de visitantes. Ao longo da pesquisa, percorri quatro batalhões da polícia militar do Amapá e em todos eles fui bem recebida. Os comandantes dos batalhões autorizaram as entrevistas com a quantidade de policiais que solicitei e disponibilizaram os dados que busquei no decorrer do campo.

No dia seguinte, iniciei a primeira entrevista com o Subcomandante do Bope que, no decorrer da pesquisa, tornou-se meu principal interlocutor. O Subcomandante intermediou meu contato com os demais policiais. Ele me

apresentava e enviava os contatos por *WhatsApp*, para eu marcar os horários das entrevistas com os policiais. Ele também me ofereceu sua sala para que eu pudesse realizar as entrevistas com mais tranquilidade, pois o espaço interno do batalhão é pequeno para a quantidade de pessoas que circulam no ambiente. Dessa maneira, a maioria das entrevistas foi realizada nesta sala e assim também ocorreu em outras salas das quatro companhias do Bope.

A sala do Subcomandante, cedida para a realização das entrevistas, dispunha de uma mesa de escritório e duas cadeiras, posicionadas em lados opostos. No lado de dentro da mesa, de costas para a parede, se posicionava o Subcomandante e, no lugar oposto, eu realizava a entrevista. Quando um policial entrava na sala para receber instruções, ele sempre se posicionava em frente ao comandante.

Figura 2: A sala do subcomandante

Fonte: JEN, Jessie. Ilustração desenvolvida para esta dissertação.

Durante as demais entrevistas, o ordenamento permaneceu o mesmo e os corpos ficavam posicionados da seguinte maneira: os policiais ocuparam a

posição equivalente à cadeira do Subcomandante e eu me localizava na posição de visitante e civil.

As posições ocupadas correspondiam à hierarquia de poderes interna da instituição, seguindo o padrão de diálogo que costumava ser realizado na sala. A forma como o diálogo era conduzido apresentava a hierarquia da figura de autoridade do Subcomandante sobre demais policiais. Nas entrevistas, o ordenamento continuou o mesmo: os policiais ocupavam a posição de autoridade, entretanto, eu proferia as questões.

No momento em que se sentavam na cadeira do subcomandante, alguns policiais comentavam “agora eu estou na cadeira do subcomandante” de forma descontraída, como se, automaticamente, ocupassem uma posição de poder. Quando o subcomandante entrava na sala para buscar algum material, imediatamente, o policial que estava sentado em sua cadeira se levantava.

Dada a disposição das cadeiras, a sala possui um aspecto de sala de interrogatório. Em minha primeira entrevista, o policial comentou que eles utilizam táticas psicológicas e emocionais para analisar se uma pessoa está mentindo ou não. Perguntei como funcionavam essas técnicas, como ele avaliava com precisão se uma pessoa estava ou não mentindo. Ele sugeriu que fizéssemos um teste em que ele faria uma pergunta e eu teria que responder. A partir da minha expressão e da minha resposta, ele me analisaria. Eu aceitei a proposta e começamos o teste. Ele lançou a seguinte questão:

Policial: Você ama seu pai?

Pesquisadora: Sim.

Policial: Pela minha análise, eu percebo que você hesitou em responder a pergunta, demorou um pouco e mexeu o lado esquerdo do olho.

Pesquisadora: Interessante conhecer essas técnicas, porque eu como antropóloga também observo as suas expressões verbais e não verbais, temos um observador observando e sendo observado.

De acordo com o policial, eu demonstrei indecisão ao responder a pergunta, mas ele não soube afirmar se eu estava mentindo ou não na resposta. Posteriormente, testes como esses acabaram se repetindo nas entrevistas, pois os policiais consideravam necessário informar-me que eu estava sendo observada em todas as minhas reações verbais e não verbais. Diante desse comunicado, respondia afirmando que também disponho de técnicas de

observação, pois no decorrer da pesquisa aprendi a lidar com esse tipo de abordagem.

Em minha análise, percebi que o policial confronta a narrativa de quem está falando ou do “suspeito” com as evidências físicas expressas no corpo. Um dos métodos utilizado consiste, portanto, em fazer perguntas para que o suspeito acesse diferentes partes de seu cérebro. O investigador faz perguntas que exigem recurso à memória (recordação) e outras que exigem raciocínio (criatividade).

De acordo com esse método, quando o suspeito está se lembrando de alguma coisa, ou seja, acessando a memória, seus olhos em geral se moverão para o lado direito. Isso é apenas uma manifestação exterior de que seu cérebro está ativando a memória. Quando ele está raciocinando sobre alguma coisa, seus olhos podem mover-se para cima ou para a esquerda, refletindo assim a ativação do centro cognitivo. O policial que realizou o teste comigo se baseou nesse método, e diante da minha atividade ocular, chegou à conclusão de que acessei o raciocínio, logo ele avaliou que minha resposta era imprecisa.

Nessa perspectiva, se uma pessoa responder de forma honesta, ela estará utilizando sua memória e, portanto, seus olhos podem mover-se para a direita; se estiver criando uma versão falsa, estará raciocinando e seus olhos poderão mover-se para a esquerda.

Nota-se também o nível de estresse da pessoa, sendo que os policiais podem começar a se movimentar pela sala, na tentativa de invadir o espaço de quem está sendo interrogado, o que aumentará a sensação de desconforto. O conhecimento na investigação policial acerca da verdade e da mentira é um treinamento de como o policial deve raciocinar quando está interrogando suspeitos. As respostas são obtidas a partir de dedução, indução e intuição.

No texto “O Inquisidor Como Antropólogo”, Carlo Ginzburg (2007) analisa as confissões dos homens e das mulheres acusados de feitiçaria, ressaltando que as confissões que os inquisidores tentavam arrancar dos acusados proporcionam ao pesquisador informações importantes. “Aos olhos profundamente desconfiados dos inquisidores, o mais ínfimo indício podia sugerir um caminho para chegar à verdade” (GINZBURG, 2007:287).

Nesse texto, ele apresenta uma analogia entre antropólogos e inquisidores, observando que seus objetivos eram diferentes, mas, enquanto lia

os processos inquisitoriais, muitas vezes tinha a impressão de estar atrás dos juízes, espiando o que os supostos culpados falavam acerca de suas crenças.

Ele traçou características em comum entre um processo de inquisição e as notas tomadas pelos antropólogos durante seu trabalho de campo. Na sua percepção, a estrutura dialógica pode ser explícita, como na série de perguntas e respostas que pontua um processo inquisitorial ou numa transcrição das conversas entre um antropólogo e o seu informante (GINZBURG, 2007:285).

Em seu ponto de vista, o inquisidor e o interrogado, assim como os antropólogos e seus informantes, estão em planos diferentes e em desigualdade de poder (real e simbólico). Isso explicaria por que a pressão exercida pelos inquisidores para arrancar dos réus a verdade, em geral, alcançava sucesso.

Essa percepção me auxiliou na análise dos interrogatórios impulsionados pelos policiais, que buscam a verdade distorcida pelas pressões físicas e psicológicas que as caracterizavam, marcados por perguntas repetitivas para manipular as respostas. Portanto, percebo que esse processo é marcado por desigualdade de poder e vozes distintas, não apenas palavras, mas gestos corporais e silêncios.

É importante salientar, portanto, que o policial pode influenciar o comportamento e a resposta da pessoa de acordo com diferentes técnicas empregadas, como a forma com a qual profere as questões e também pelo movimento corporal utilizado.

Durante uma entrevista coletiva, realizada como parte das coletas etnográficas desta pesquisa, pude perceber a forma como a movimentação corporal dos policiais pode influenciar no comportamento de quem está sendo testado. Estavam presentes quatro policiais, vestidos com fardas pretas. A sala utilizada para a entrevista também tinha todas as paredes pintadas na cor preta. Quando entrei, eles pediram que eu me sentasse em uma cadeira posicionada em frente a eles. Eu me sentei e iniciei a entrevista normalmente. Uma das perguntas questionava como era ser policial do Bope, o que ocasionou muita empolgação por parte dos policiais. Três deles se levantaram da cadeira durante a fala, gesticulando animadamente. Apenas um deles permaneceu sentado. Os demais começaram a se locomover no meu entorno, respondendo à pergunta entusiasmadamente e relatando algumas situações cotidianas de como a população amapaense os reconhecia como heróis.

No mesmo instante, eu me senti incomodada com toda essa circulação. Suas falas eufóricas, com um alto tom de voz, a forma como se moviam ao meu redor, somado ao uso da farda preta, em um ambiente já escuro e pouco acolhedor, geraram em mim uma tensão corporal e uma sensação desconfortável. A própria posição corporal parecia corroborar para esse desconforto: eles estavam de pé, ao meu redor, movendo-se livremente, enquanto eu permanecia em uma posição mais baixa, sentada, ouvindo seus relatos entusiasmados. Mesmo tratando de um assunto leve e até mesmo interessante para eles, a sensação de desconforto se fazia presente.

É possível notar, portanto, como a manipulação psicológica começa antes mesmo do policial falar. O arranjo físico do corpo e do ambiente já é projetado para potencializar o desconforto e sensação de medo a partir do momento em que a pessoa entra no batalhão. Existe um manual de comportamento do policial diante do público, que cria um senso de exposição e isolamento, o que aumenta a sensação de intimidação e estranheza na instituição.

1.1. O “estudo de caso”

Além das entrevistas, acompanhei algumas atividades físicas, um curso de formação e o que eles chamam de “estudo de caso”, uma atividade em que analisam as principais atuações do batalhão, para avaliar os pontos positivos e negativos das operações ao longo da semana. Desse modo, o “estudo de caso” consiste em um momento no qual os militares apresentam a sua capacidade analítica na avaliação de suas próprias operações policiais.

Figura 3: Estudo de caso

Fonte: Fotografia tomada pela autora.

Essa reunião é reservada aos policiais do Bope e não é comum ter a participação de civis ou de policiais de outros batalhões. Por isso, logo no início, o comandante disse aos policiais que eles deviam estar estranhando a minha presença. Ele me apresentou como pesquisadora da Universidade de São Paulo e enfatizou que, independentemente da minha presença, todos deveriam ficar à vontade, porque o meu objetivo era conhecer o dia-a-dia do batalhão e entender a questão da violência na pesquisa de mestrado. Ele explicou que eu estava autorizada a realizar entrevistas com eles e que nos próximos dias eu estaria circulando pelo batalhão. Em seguida, ele me deu boas vindas e me disse para ficar à vontade para fazer perguntas quando quisesse.

O “estudo de caso” do dia tratava de um roubo a uma casa com reféns, classificada por eles como uma “situação de crise”. O termo “situação de crise” faz parte de um sistema classificatório nativo, que distingue as “operações rotineiras” (atuações comuns enfrentadas pelo demais batalhões de área) das “operações especiais” (situações mais complexas que necessitam da polícia especializada). Nestes casos, os policiais do Bope são acionados.

Na ocasião, o comandante comentou a repercussão na mídia da atuação do batalhão. Na sua percepção, a ocorrência teve repercussão positiva devido ao desfecho, no qual todos tiveram suas vidas salvas pelos policiais. Entretanto, frisou que em todas as operações há erros que devem ser avaliados para

aperfeiçoar as atuações. Eles atribuíam as falhas maiores ao batalhão de área, que não possui o mesmo treinamento que eles para ocorrências com reféns.

A estratégia adotada na operação foi algo extremamente comentado. Um ponto que me chamou atenção foi a previsão dos riscos da ação. A antecipação do que pode vir a acontecer é uma estratégia utilizada pelos policiais nas "situações de crise", baseando-se na suposição de ações potenciais. De acordo com técnicas específicas de treinamentos, monta-se uma estratégia de acordo com as características de cada evento. A previsão estabelece o modo de atuação e comportamento dos policiais, que adotam um conjunto de procedimentos que essa antevisão ajuda a elaborar.

A reunião do “estudo de caso” foi realizada em uma sala de aula em outro bloco. Ao término, caminhei com os policiais até o batalhão. Durante esse percurso, os policiais comentavam e riam da postura do policial que apresentou a ocorrência. Eles gargalhavam da atitude do colega de trabalho que, na minha presença, optou por chamar as pessoas que cometeram o assalto em questão de “marginais” e “agentes do crime”. Isso porque minha presença no espaço fez com que o policial apresentasse o caso com cautela, evitando usar palavras pejorativas ao se referir aos assaltantes. Os policiais riram lembrando do momento em que o colega gaguejou, pois iria chamar um dos assaltantes de “vagabundo”.

Dessa maneira, eu iniciei o contato com os demais policiais do batalhão. Foi importante notar que naquele momento não havia policial mulher no estudo de caso. Alguns dias depois, na entrevista com as policiais mulheres, elas explicaram que fazem reuniões entre si para avaliar as suas atuações sem os policiais homens, pois sentem-se mais a vontade de fazer as avaliações. Elas confessaram que há uma cobrança maior na hora da avaliação do desempenho das mulheres.

Nos demais dias de campo naquele mês, acompanhei atividades diárias do treinamento e realizei entrevistas. No mês de julho e no início de agosto de 2017, retornei ao campo e, na ocasião, pude acompanhar um curso de formação nomeado de “Curso de Choque Ligeiro”, oferecido pelos policiais do Bope⁹.

⁹ As descrições e análises obtidas neste trabalho de campo serão apresentadas com mais profundidade no capítulo II desta dissertação.

2. Contexto histórico e a construção do argumento da pesquisa

O contexto histórico do estado do Amapá, conforme apresentarei a seguir, aponta para uma forte ligação entre a construção do estado e a propagação da ideologia policial. Tal ligação é o principal motivador para a elaboração do argumento de que o Amapá apresenta-se como um modelo de *Estado Policial*.

Esse argumento foi construído a partir de duas hipóteses: primeiro, que o Estado do Amapá possui um ideário militar ligado à sua criação; segundo, que a Polícia Militar do Amapá pretende assumir diversas funções do Estado.

O estado do Amapá está localizado no extremo norte do país, região amazônica, na fronteira com a Guiana Francesa. A palavra “Amapá” é de origem indígena e provém da nação *Nuaruaque*, que habitava a região norte do Brasil. “Amapá” é uma espécie de árvore brasileira (*Hamcominia amapá*, Hub.) pertencente à família das apocináceas. Essa árvore dá um leite e um fruto saboroso em formato de maçã, servindo muitas vezes como parte da farmacopeia na Amazônia (LEÃO, 2017 apud SANTOS, 2003).

Antes de tornar-se estado, o Amapá foi um Território Federal entre 1943-1988, tendo anteriormente pertencido ao estado do Pará. Em 21 de setembro de 1943, por meio de um decreto-lei, instituiu-se o Território Federal do Amapá e a Guarda Territorial - GT.

Este documento também estabelecia em seu Art. 4, X, a competência do governador em organizar uma Guarda Territorial (GT) para garantir a manutenção da ordem pública do recém-criado Território. Dessa forma, no governo do Capitão Janary Gentil Nunes foi criada a GT¹⁰, organizada com caráter civil porque combinava outras atividades com a missão de segurança pública. No entanto, somente com a consolidação do Plano de Organização do então Departamento de Segurança Pública e Guarda Territorial foi que a GT adquiriu status e poder no âmbito da Segurança Pública. (SILVA, 2015 apud BITTENCOURT, 2010)

A Guarda Territorial cumpria a função de policiamento do Território. A criação do Território Federal do Amapá fazia parte de uma política do Estado Novo, período sob o governo ditatorial de Getúlio Vargas nos anos de 1937 a 1945. Richard Leão aponta que, a partir da presidência de Getúlio Vargas, o

¹⁰ Decreto-Lei nº 08, do dia 17 de fevereiro de 1944.

debate sobre as questões relativas às fronteiras nacionais foi colocado em pauta e, com a Segunda Guerra Mundial, tornava-se necessário buscar estratégias de defesa das fronteiras nacionais. Neste período o governo teve como fundamento a ideologia da “segurança nacional” (LEÃO, 2017).

O Território Federal do Amapá foi concebido juntamente com os demais territórios federais na Amazônia¹¹, cuja função seria proteger as fronteiras do Brasil contra invasões estrangeiras. No entanto, a ideia de ocupação para evitar invasões estrangeiras é anterior a Getúlio Vargas. Desde o período colonial houve conflitos com os franceses na região de fronteira do Oiapoque. A criação dos territórios federais contou com a seguinte divisão:

No dia 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei nº 5.812 que Getúlio Vargas criou os territórios federais na Amazônia: Rio Branco (hoje Roraima), desmembrado do Estado do Amazonas; Guaporé (hoje Rondônia), desmembrado do Estado do Amazonas e Mato Grosso; Iguaçu (extinto), desmembrado do Estado de Santa Catarina e Paraná e; Amapá, desmembrado do Estado do Pará. A criação dos territórios federais na Amazônia por Getúlio Vargas tinha como principal objetivo, estruturar áreas para proteger as fronteiras brasileiras, em função da Segunda Guerra Mundial. (MORAIS, 2013 apud SILVA, 2015)

Simultaneamente à criação do Território Federal do Amapá, Getúlio Vargas nomeou Janary Gentil Nunes, oficial do exército brasileiro, como primeiro governador do Amapá. Ele exerceu a função de janeiro de 1944 a fevereiro 1956. De acordo com Leão, o projeto Janarista para a região transformou o Amapá e sua capital em um grande canteiro de obras que dava ao local uma aura de ‘civilizador’ do Amapá. Essas expectativas estavam presentes nos discursos e editoriais de seus defensores. (LEÃO, 2017:96).

Depois de doze anos do governo militar de Janary Nunes (1944-1956), a história do Amapá contou com mais oito governadores militares¹². Leão (2017) afirma que desde 1964 o Amapá havia sido governado por militares aposentados

¹¹ Para mais informações, vide: MORAIS, Paulo Dias. **História do Amapá**: o passado é o espelho do presente. Macapá: JM Editora Gráfica, 2013.

¹² Para mais informações acerca da história de administração do Amapá, vide: <<https://amapaemdestaque.webnode.com.br/historia/administradores/>>. Acesso em dezembro de 2018.

do Exército, passando, em seguida, para a administração da Marinha e, durante 13 anos, foi governado por oficiais da reserva.

Um deles foi Arthur de Azevedo Henning, capitão de mar e guerra, posto de maior patente de oficial superior na Marinha do Brasil, que governou o território de abril de 1974 a março de 1979. Em sua gestão foi fundada a Polícia Militar do Território Federal do Amapá.

Em 1975 no governo de Arthur de Azevedo Henning¹³ foi instituída a Polícia Militar do então Território Federal do Amapá. Inicialmente o efetivo foi composto por 38 Oficiais R/2 do Exército Brasileiro e por 3 Oficiais da Polícia Militar de Sergipe. Após concurso realizado internamente na GT alguns militares foram estudar na Polícia Militar de Minas Gerais e na Polícia Militar de Goiás para formação em Sargentos. E partir daquela data a GT sofreu gradativamente o processo de extinção e os demais integrantes foram realocados para outros órgãos da administração territorial ou foram admitidos pela PM, o que ocorreu somente após processo de seleção. (SILVA, 2015, apud BITTENCOURT, 2010)

Logo, a construção do imaginário social e político do Amapá sofreu influências do universo militar e é notável a presença de policiais ocupando cargos políticos na administração pública. No quadro abaixo apresento os governadores do Amapá, com destaque para os militares:

¹³ Conforme a Lei nº 6.270, 20 de novembro de 1975. A mesma Lei também cria as Polícias Militares dos então Territórios Federais de Rondônia e de Roraima, destinadas à manutenção da ordem pública na área dos três Territórios.

Tabela 1: Governadores do Amapá

Governos		Período de administração	Profissão
01º	Janary Nunes Gentil	01/1944 a 02/1956	Capitão do Exército
02º	Amílcar Pereira	02/1956 a 02/1958	Médico
03º	Pauxy Gentil Nunes	02/1958 a 02/1961	Músico
04º	José Francisco de Moura Cavalcante	03/1961 a 09/1961	Advogado
05º	Mario de Medeiros Barbosa	09/1961 a 10/1961	Médico
06º	Raul Montero Valdez	10/1961 a 11/1962	Advogado
07º	Terêncio Furtado de Mendonça	11/1962 a 04/1964	Coronel do Exército
Ditadura Militar	08º	General Luiz Mendes da Silva	Militar
	09º	General Ivanhoé Gonçalves Martins	Militar
	10º	General de Mar e Guerra José Lisboa Freire	Militar
	11º	Capitão de Mar e Guerra Arthur de Azevedo Henning	Militar
	12º	Capitão de Mar e Guerra Annibal Barcellos	Militar
13º	Jorge Nova da Costa	07/1985 a 05/1990	Engenheiro Agrônomo e economista
14º	Doly Mendes Boucinhas	05/1990	Militar
15º	Gilton Pinto Garcia	05/1990 a 12/1990	Advogado
16º	Capitão de Mar e Guerra Annibal Barcellos	01/1991 a 12/1994	Militar
17º	João Alberto Rodrigues Capiberibe	01/1995 a 04/2002	Zootecnista
18º	Dalva de Souza Figueiredo	04/2002 a 12/2002	Professora
19º	Antônio Waldez Góes	01/2003 a 04/2010	Técnico agrícola
20º	Pedro Paulo Dias	04/2010 a 12/2010	Médico
21º	Camilo Capiberibe	01/2011 a 12/2014	Cientista Político
22º	AntônioWaldez Góes	01/2015 aos dias atuais	Técnico agrícola

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Desde a criação do Território Federal até a criação do estado do Amapá foram instauradas as forças armadas na região. Acrescenta-se que não só os governadores, mas também as câmaras municipais eram formadas, em sua

maioria, por capitães, coronéis e outros militares. Fernando dos Santos (2003) ressalta que após proclamação da República do Brasil, o sistema de administração municipal foi reformulado. Enquanto não se implantava a nova modalidade administrativa na Amazônia, na câmara municipal de Mazagão e em Macapá, passaram a responder pelas administrações desses municípios os coronéis Manoel Valente Flexa e Coriolano Juca, recém chegado na região e nomeado por indicação de Marechal Deodoro da Fonseca (SANTOS, 2003).

Somando-se a isso, o planejamento da cidade de Macapá desenvolveu-se com a construção, no período de 1764 a 1783, da Fortaleza de São José de Macapá, grande monumento militar que impulsionou o processo colonizador. Esta importante edificação, um grande símbolo das construções militares na Amazônia, está localizada à beira do Rio Amazonas. Construção militar de grande porte, visava marcar o território da conquista lusitana na Amazônia, e com isso, mostrar o seu poder bélico e amedrontar possíveis invasores (CANTO, 2017:80).

A construção da Fortaleza de São José carregou a ideologia da segurança nacional. Logo a muralha de pedra possuiria o papel de proteger o Brasil de invasões estrangeiras. Acerca disso, o pesquisador Richard Leão (2017) salienta que o discurso vigente declarava que a Amazônia deveria ser ocupada por questão de “Segurança Nacional”, doutrina esta que visava “Integrar para não Entregar”, inserindo a região em um amplo esforço de guerra e, ao mesmo tempo, favorecendo um maior poder de intervenção do Estado na região (LEÃO, 2017:74). Nas palavras de Fernando Canto:

A importância da Fortaleza São José de Macapá, aliás, reside na sua imponência e grandeza encravada na beira do rio e louvada nos dias de festas cívicas. Enquanto feito histórico diz-se que ela cumpriu a sua missão de resguardar a entrada do rio Amazonas, apesar de nunca ter disparado um tiro de canhão, sequer, contra algum navio inimigo. (CANTO, 2016, p. 82)

Hoje a fortaleza foi restaurada e é utilizada como museu. É um marco dos projetos militares no Amapá. Seu principal uso no passado, em vários períodos, foi como prisão. Nesse sentido Canto ressalta que:

Os calabouços da FSJM sempre foram usados para prender delinquentes e supostos inimigos dos administradores. Mas foi mesmo

no governo de Janary Nunes que passou a ter outros usos, desde Imprensa Oficial, com seus maquinários gráficos, à sede da Guarda Territorial, passando por oficinas de diversas atividades laborais, fabriquetas e palco de desfiles patrióticos. (CANTO, 2016:150)

No período da ditadura Militar do Amapá, a Fortaleza serviu como prisão de suspeitos, presos políticos e de qualquer pessoa contrária ao governo. Canto aponta que

o militarismo pós-64 fez dela um lugar de prisão de suspeitos desde a instauração das comissões militares de investigação contra as pessoas consideradas comunistas ou que se suspeitava que tivessem alguma posição contrária ao regime. (CANTO, 2016)

De acordo com Dorival Santos, durante a ditadura militar no Amapá a fortaleza abrigou gritos de torturas de presos políticos, tornando-se símbolo de medo. Em suas palavras:

Percebendo a lógica do novo regime e buscando a sua simpatia, os gestores do Território Federal do Amapá passaram a prender indiscriminadamente seguidores das “ideais subversivas” de João Goulart. É assim que, ao iniciar a segunda semana de abril, algumas famílias amapaenses viram seus filhos desaparecerem nas masmorras da Fortaleza São José de Macapá. E a vida, que até transcorria tranquilamente, transformou-se em um clima onipresente de insegurança e medo das poderosas e imprevisíveis mãos da repressão. [...] A partir de então, a Fortaleza de São José tornou-se o que será durante todo período ditatorial: símbolo e ícone do medo. Os procedimentos judiciais, já desprezados na normalidade democrática, são rotineiramente transgredidos. [...] Durante todo o ano de 1964, a elite amapaense, buscando adequar-se ao novo quando político e capitaneada inicialmente por Terêncio Porto e depois pelo general Luís de Mendes da Silva, dissemina o terror sob as mais diversas modalidades: demissões, deportações administrativas para o interior do Território, indiciamentos, ameaças, prisões, agressões, vigilância indiscriminada, torturas. O medo generalizado é o sentimento que melhor define o comportamento do cidadão amapaense. (SANTOS, 2001:86)

A Fortificação de São José de Macapá compõe parte dos dados históricos que apontam a influência da ideologia militar na construção histórica e social de Macapá, marcada pela presença das forças armadas.

Além da Fortaleza de São José, houve a construção de vilas militares em Macapá. Durante a Segunda Guerra Mundial, construíram-se bases aéreas militares em diferentes pontos do território amazônico. A principal rua da capital chama-se “Avenida Força Aérea Brasileira”, em razão de ter servido como pista de pouso de aviões. Outras ruas do estado possuem nomes de coronéis e capitães que fazem parte do imaginário social do local.

Nesse sentido, há informações de que, durante a instalação da primeira emissora de televisão em Macapá, a programação consistia nas propagandas do exército brasileiro, exibidas durante todo o dia.

Todo esse conjunto de relatos históricos demonstra que a construção da cidade de Macapá esteve atrelada à ideologia militar por diversos ângulos.

3. A Polícia Militar do Amapá

A Polícia Militar do Amapá foi instituída por meio da lei nº6.270 de 26 de novembro de 1975, no Território Federal, e se origina da Guarda Territorial. No momento de sua criação, a função era a manutenção da ordem interna, de modo que o trabalho da polícia se dividia entre construção civil e manutenção da segurança pública.

Segundo dados da Polícia Militar¹⁴, sua função atual se modificou. Atualmente, ela realiza o policiamento ostensivo, visando à preservação da ordem pública, através de

práticas preventivas e repressivas imediatas da criminalidade e da violência, que assegurem o cumprimento da lei, o exercício dos poderes constituídos e que proporcionem a segurança social, delimitadas pela filosofia de polícia comunitária e pelo estrito respeito aos direitos humanos. (PM/AMAPÁ)

O efetivo total da PMAP é de aproximadamente 4.000 policiais, distribuídos pelos quatorze batalhões de todo o estado. Os concursos da Polícia Militar são muito concorridos. No último, realizado em 2017 para o cargo de Soldado da PM/AP, houve o total de 14.445 inscritos para 300 vagas ofertadas,

¹⁴ Dados disponíveis em: <<http://www.pm.ap.gov.br/>>. Acesso em novembro de 2018.

com o salário de R\$ 1.748,68 + R\$ 900,00 de vale alimentação durante o curso de formação; após o curso de formação, a remuneração é de R\$ 2.859,31 + 900,00 reais.

Trabalhar como policial consiste em uma das maneiras de adentrar no funcionalismo público e ter estabilidade financeira, dado que boa parte da economia do estado é baseada no funcionalismo público. Richard Leão conceitua que o alicerce da economia do Amapá é o funcionalismo público.

A movimentação econômica maior acontece no período de pagamento dos funcionários em três ciclos específicos: dias 05 (funcionalismo federal), 25 a 27 (funcionalismo estadual) e 30 a 31 (funcionalismo municipal), ciclos em que se apresenta um maior fluxo de comercialização de produtos e movimentação de pessoas (LEÃO, 2017:132). De acordo com o autor:

Segundo os dados contidos no último censo demográfico do IBGE (2000), a produção básica do Estado do Amapá consiste na exploração dos recursos naturais vegetais e minerais, na atividade pesqueira incipiente, no setor de comércio e serviços e no funcionalismo público, este último funcionando como um “termômetro” das relações econômicas e da circulação de capital no Estado, caracterizando um período de movimentação sazonal da economia local (LEÃO, 2017:220).

O funcionalismo estadual tem grande parte dos empregos concentrados na área da educação e segurança pública e oferece diversas vagas em concursos para professor e policial, atraindo muitos jovens recém-formados para a PM/AP.

Segundo meus interlocutores, entrar na PM foi uma forma de obter a estabilidade financeira. O concurso apresenta-se com uma possibilidade de se tornar um funcionário público, ter um plano de carreira e um salário atrativo, acima da média de outros empregos formais no estado do Amapá.

Alguns interlocutores afirmaram ter saído da área da educação para se tornar policiais pelo plano de carreira, pois, como professores do estado, não existia a perspectiva de ascensão.

Eu fui professor de história por muito tempo, o que me fez mudar foi a ascensão profissional. Nós temos um plano de carreira dentro da polícia. Com plano de carreira eu fui ascendendo; como professor eu não tinha isso. (Policial Militar, Capitão, 2017).

Outros interlocutores relataram a mesma situação (ter deixado a profissão professor para torna-se policial), pois afirmam que a carreira militar assegurou mais benefícios relacionados à ascensão profissional a partir do plano de carreira dentro da instituição, além de salário e vantagens em relação à aposentadoria, por exemplo, a regalia na previdência social.

Outra vantagem apontada pelos policiais é o prestígio social da instituição militar perante à sociedade. Segundo os interlocutores, esse prestígio é maior para os policiais que integram o Bope.

Em 2017, o batalhão foi premiado como a instituição de maior credibilidade do estado do Amapá, fato do qual todos demonstravam orgulho. Durante o campo, foi-me mostrado o troféu desta premiação, chamado de “Estatueta Tucuju de Ouro”, recorrentemente citada em conversas e entrevistas quando o assunto era a aprovação do trabalho do Bope pela sociedade amapaense. A votação do Prêmio Tucuju é realizada pela população através da internet. De acordo com os policiais, o público solicitou a inclusão do Batalhão de Operações Especiais em separado da instituição Polícia Militar.

O desfile de sete de setembro (Dia da Independência) foi também apontado pelos bopeanos como uma data em que seu trabalho é reconhecido pela população. Em Macapá, a comemoração ocorre no sambódromo, com um desfile cívico de todas as carreiras militares¹⁵. Muitas famílias participam e assistem à programação.

O último a desfilar é o Bope¹⁶. Todos os anos, eles apresentam um espetáculo performático, que é um momento de euforia e vibração para as famílias. Trata-se da atração mais esperada do desfile e fecha o evento com a aclamação do público. Neste momento se verifica a encenação da ordem: são exibidos armas, veículos e os próprios corpos dos policiais uniformizados. A tropa desfila de acordo com as hierarquias internas, expondo símbolos nacionais, como bandeiras e armas.

¹⁵ O vídeo do desfile cívico 7 de setembro, em Macapá, AP, está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c2v0jzkvcz8>>. Acesso em fevereiro de 2017.

¹⁶ O desfile de 2017 está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HNORYTXquXU>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=-V8rHR08-dY>>. Acesso em fev. 2017.

O antropólogo Roberto DaMatta (1997), em sua obra “Carnavais, Malandros e Heróis”, analisa o dia da pátria, o carnaval e a semana santa como rituais brasileiros que demonstram um mecanismo utilizado para dramatizar valores sociais. Segundo o autor, o desfile militar cria um sentido de unidade, sendo um dos aspectos a dramatização da ideia de corporação nos gestos, vestes e verbalização, que são sempre idênticas. (DAMATTA, 1997:55). O Dia da Pátria é um ritual que evidencia a hierarquia, a ordem social, as autoridades e os símbolos nacionais de força.

De acordo com DaMatta, o Dia da Pátria, por meio dos desfiles, apresenta diversos discursos para salientar aspectos importantes da estrutura brasileira. Os discursos expostos por ele são de ordem social, que evidenciam a hierarquia como parte do sistema social. Para o autor, nesse ritual há um reforço da hierarquia e da ordem social e, “como todo discurso simbólico, o ritual destaca certos aspectos da realidade” (DAMATTA, 1997:76).

Os agentes do Bope apresentam-se como heróis do estado nesta data, exibindo seus corpos, técnicas e armamentos. Há ainda uma encenação, em que civis correm perigo e os policiais entram em ação para salvá-los, sendo aplaudidos pela plateia.

O prestígio social dos membros do Bope e a imagem heroica associada ao Batalhão é reiteradamente reforçada a cada encenação. Toda a visão popular referente à corporação é comumente positiva, destacando-se a ajuda à população e o combate aos criminosos, aumentando o prestígio de cada membro e da corporação como um todo.

Além do desfile, a mídia local colabora para a construção da imagem do herói, pois nos jornais locais as atuações do Bope recebem destaque¹⁷.

Podemos notar, portanto, que todas essas ações corroboram para a construção da imagem do Bope perante à população, gerando um alto saldo de prestígio popular. Todo esse prestígio é perceptível não somente na fala da população geral, mas também nos prêmios recebidos pela corporação, que,

¹⁷ Esse aspecto não é principal objeto de estudo nessa pesquisa, e, portanto, não será desenvolvido nesta dissertação. Por se tratar, porém, de uma importante temática para entender a construção do prestígio social dos militares, poderá ser desenvolvida em pesquisas posteriores.

conforme já mencionado, estão entre as instituições de maior credibilidade do estado, segundo avaliação popular.

4. O Batalhão de Operações Especiais

“Nós somos a reserva do Estado, a última alternativa”.
(Policial Militar, Capitão, 2017)

O Batalhão de Operações Especiais no Amapá é uma polícia especializada que segue o modelo do Bope do Rio de Janeiro, este criado em 1978, após ganhar força a ideia de que a polícia militar necessitava de um grupo especial para atuar nas “situações de crise”.

O Bope/AP trabalha no combate ao crime organizado, na captura de pessoas fortemente armadas, no resgate de reféns e na contenção de rebeliões, dentre outras operações consideradas de alto risco. Para tanto, os policiais recebem uma formação diferenciada, voltada para operações que eles denominam de “guerra urbana”.

Diferentemente do Bope do Rio de Janeiro, que conta apenas com uma companhia, no Amapá, há quatro companhias. No ano de 2002, iniciaram-se os trabalhos para a criação e efetivação do Bope/AP. Ele é composto por:

- Ronda Ostensiva Tática Motorizada (ROTAM), companhia responsável pelo policiamento tático motorizado em todo o estado;
- Grupo de Intervenção Rápida Ostensiva (GIRO), companhia que faz o patrulhamento com motocicletas em áreas de risco;
- Companhia de Operações Especiais (COE), responsável pelo gerenciamento de crises com reféns e outras missões que necessitem da ação de uma tropa especializada;
- Tropa de Choque, companhia que faz a cobertura de eventos de grande envergadura, como manifestações. É responsável pelo controle de distúrbios e intervenção em estabelecimentos prisionais em caso de rebelião. Dentro da tropa de choque, há uma subunidade, o Pelotão de Operações com Cães (CANIL).

O Bope possui um efetivo total de 155 policiais, divididos nas quatro companhias. A criação do Bope é marcada por narrativas que justificam a constituição de uma polícia especializada no Amapá. Durante as entrevistas os

policiais sempre comentavam episódios marcantes no estado que careciam de uma polícia com uma abordagem diferente do que já existia.

Entrevistei alguns dos pioneiros da criação do batalhão, que ressaltaram que, antes da criação do Bope, alguns policiais foram designados para realizar uma pesquisa em outros batalhões de operações especiais em todo o Brasil, para, em seguida, elaborar um relatório para a criação do Bope no Amapá. Destaquei algumas passagens da entrevista, na qual explicam desde o processo de criação do Bope até como se encontra a atual composição das companhias.

Na realidade, eu fui convidado pra ser um dos oficiais, para fazer um relatório para criação do Batalhão de Operações Especiais. Então, eu aceitei o desafio. Aí fui determinado na época pelo Comando para ir a Pernambuco, já que eu tinha feito meu curso em Pernambuco, de Oficial. Voltando, fiz um relatório, e em cima desse meu relatório e dos outros relatórios de oficiais que viajaram pra outros Estados, no caso São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas e Pernambuco. Em cima desses pontos positivos e negativos dos relatórios foi que nós criamos, fizemos um projeto de criação do Batalhão de Operações Especiais do Amapá. E aí, o primeiro ponto foi focado em formação. Formação. Não teria condições de se criar um Batalhão de Operações Especiais sem ter homens especializados. E aí foram de uma só vez dez policiais para o Estado de Goiânia, aonde fizeram o curso de rádio-patrolhamento motorizado, que é o ROTAM, hoje, que é a nossa primeira Companhia aqui. E começou a história da formação. (Policial Militar, Tenente Coronel, 2017)

O policial discorre sobre o surgimento do Bope e os procedimentos listado como marcos temporais relevantes para entender como o batalhão foi idealizado e o seu processo de criação, em 2002. Na sua perspectiva, havia a necessidade, por parte da instituição e também da sociedade amapaense, de uma polícia especializada em operações especiais, pois, naquele momento, não existia no estado um batalhão que estivesse preparado para atuar com operações de alta complexidade técnica. Essas operações, como já mencionado, lidam com cenários de “situação de crise”. Dessa forma, se justifica a criação do Bope como um procedimento de prevenção a tais situações. De acordo com um dos policiais que conversei:

As situações de crise iriam acontecer e nós não teríamos homens, equipamentos e nem os treinamentos especializados para fazer frente (...). Então era bem provável a gente ter um noticiário a nível nacional

por falta, um noticiário negativo né, por falta de homens preparados, equipamentos e treinamentos especializados. (Policia! Militar, Coronel, 2017)

Após realizar o curso de gerenciamento de crise, em 2003, o policial começou a “difundir a doutrina”. Em suas palavras, o curso de gerenciamento de crise seria uma “doutrina” que precisava ser disseminada por todas as unidades da polícia militar do Amapá. A especialização mobilizaria, segundo ele, categorias de tempo, de progresso e modernização da corporação e, hoje em dia, as quatro companhias do Bope exigem especializações de acordo com a função que cada grupo exerce.

A primeira companhia criada foi a ROTAM, denominada como carro-chefe do Batalhão. Além do curso da ROTAM, outros cursos foram realizados pelos policiais criadores do batalhão. São eles: curso de operações especiais, curso de ações táticas especiais, curso de choque, curso de gerenciamento de crise e curso de atirador de elite, todos pertencentes à área de Operações Especiais.

Os policiais que realizaram os cursos de especialização para entrada no Bope disseram que “o curso é difícil de iniciar e de terminar”. Alguns nem chegam a fazer a inscrição, porque não acreditam na sua capacidade de iniciar um curso que exige tanto esforço e empenho.

As policiais mulheres com quem conversei relataram que foram desencorajadas por seus familiares e colegas de trabalho mesmo antes da inscrição no curso. Conforme os policiais destacaram, além do preparo físico e psicológico, o aluno do curso precisa ter os três Ss: Sorte, Saúde e Simpatia (dos instrutores). Dessa forma, o policial que faz o curso de formação torna-se um centro de percepções, habilidades e agência em um campo de prática. Um policial entrevistado descreve os três Ss:

Então tem o S da sorte, o S da saúde, e o S da simpatia dos instrutores, porque também a simpatia dos instrutores o que é que é? Você chegou, não gostou de você, por alguma situação, às vezes o cara não vai com a cara, e aí é uma carga muito pesada de atividades que te dão, e muitas vezes faz com que você desista daquele curso. Então tem todos esses mistérios. (Policia! Militar, Tenente Coronel, 2017)

Este tipo de protocolo, aprendido por meio dos cursos, é considerado o diferencial do Bope. Há uma lógica de incorporação de saberes das polícias de outros estados, que padroniza e afeta a construção do corpo e da pessoa, algo que o policial desenvolve quando fala dos três Ss.

5. Cachorrinho de madame

Na criação da ROTAM, os primeiros profissionais foram às ruas e despertaram grande questionamento da população, devido à técnica de patrulhamento. “Nós temos uma técnica que coloca a cabeça pra fora da viatura, e vão olhando toda a área, e aí criou-se até um estigma de ‘cachorrinhos de madame’” (Policia! Militar, Coronel, 2017). O nível de abordagem, a qual a população amapaense não estava acostumada a presenciar, diferenciava do convencional. A estratégia para conquistar o respeito da população foi provar a eficiência dessa técnica no policiamento. Segundo o entrevistado:

E aos poucos a sociedade foi se acostumando com isso, tanto é que hoje se você for em qualquer bairro fazer uma pesquisa, as pessoas querem o Bope, As pessoas dizem “Não, porque quando passa a polícia normal os bandidos não tão nem aí, mas quando passa o Bope...”, é como se o Bope fosse uma outra polícia, independente. (Policia! Militar, Coronel, 2017)

Dado esse quadro, em uma pesquisa anterior, com os moradores da área portuária de Santana, pude constatar o desejo pela intervenção preventiva e contínua do Bope, pois, na visão dos moradores, a polícia convencional atuava de forma ineficiente na área. Eles justificavam o desejo da presença do Bope por ser uma polícia mais ágil e que oferece possíveis soluções para a questão da violência. Tal postura reproduz discursos e conceitos comuns em Macapá, endossando as práticas dos agentes do Bope, naturalizando-as, ainda que eles por vezes extrapolem o limite do uso da força. Segundo um policial:

Quando introduzimos a companhia de choque (distúrbios civis) também existia um grande questionamento por parte da população “Ah, isso daí já era do passado, é da Ditadura, num sei o quê... não há necessidade disso aqui no Amapá”, mas, ao longo dos anos, foi-se percebendo, pelo

profissionalismo também desses policiais, que principalmente nas reintegrações de posse, de chegar, conseguir tirar as pessoas, muitas vezes sem fazer o uso da força, é só mesmo a demonstração de força, as pessoas já respeitam, “E chegou o Bope, chegou a tropa de choque”, e aí não precisa usar realmente da força necessária. E se for preciso usar da força necessária, eles usam dentro de uma técnica, que usam os materiais menos letais, que é o uso do gás lacrimogênio, são bomba de efeito moral, e outros equipamentos. (Policial Militar, Coronel, 2017)

A demonstração da força é um dos principais instrumentos da ação do Bope. A integração dos corpos aos diferentes aparatos (a viatura, a arma) por meio desses treinamentos e protocolos possibilita que exista uma performance policial na forma como se apresenta ao público. A manifestação da força revela uma imagem da potência militar.

Percebo que os policiais diferenciam a *demonstração* do uso da força, centralizada em uma performance que alimenta a imagem de autoridade e de poder dos policiais sobre os civis, do *uso* da força, efetivamente, segundo eles, o último recurso a ser usado.

A seguir, a explicação de um policial sobre uma situação de entrada tática em que o uso da força é visível. A entrada tática é realizada pela Companhia de Operações Especiais (COE) em ocorrências de maior gravidade.

O que é a entrada tática? É uma entrada aonde o bandido tá lá com refém, tá na iminência de matar aquela pessoa ali ou já feriu ou já matou alguém, e ela tem que entrar para agir. Então ela tem um conhecimento técnico para fazer essa entrada, é o último recurso nosso, porque é um recurso letal, ele vai entrar, ele vai eliminar o bandido. Então dificilmente o bandido vai sair vivo de lá com uma entrada tática. Porque há confronto, então o bandido vai atirar na equipe, a equipe tá protegida pelo colete balístico, capacete balístico e escudo balístico, ele vai ter uma proteção individual e coletiva, e o bandido não tem essa proteção, então se um membro da equipe levar um tiro, mais dois três vai revidar e vai ter a letalidade. Então a gente tem isso como uma alternativa tática, porém é o nosso último recurso, só nos últimos dos últimos casos. (Policial Militar, Tenente Coronel, 2017)

A entrada tática, portanto, é o momento em que existe uma possibilidade enorme de acontecer o uso da força letal, que ocasiona a morte. As ações que ocasionam morte de pessoas são descritas como confrontos com policiais.

A letalidade da polícia, segundo os interlocutores, seria uma resposta ao aumento da criminalidade no estado. O aumento dos crimes, porém, não poderia ser usado para justificar a escalada da letalidade policial. A polícia é legitimamente autorizada a usar a força letal, porém em níveis distintos de acordo com a situação e o risco à segurança dos policiais e dos cidadãos. De acordo com os militares, a avaliação sobre a melhor conduta deve seguir critérios objetivos, que orientem a tomada de decisão dos policiais e possibilitem maior controle sobre os procedimentos adotados.

Na jornada desses policiais existe um leque de experiências psicossociais patrocinadas pela instituição, que promete, por meio da “mortificação física e moral do ‘eu’”, conceito elaborado por Goffman, ensinar a gestão da força e do corpo. Ela se desenvolve dentro de um espaço-tempo, marcado pela densidade de significados e intensidade de conteúdos, e se utiliza de uma dramaturgia na qual emerge a fenomenologia da violência sobre o corpo do iniciado.

Os conteúdos sobre o uso da força vividos no curso de formação tanto podem se opor aos propostos no currículo oficial, como, algumas vezes, podem complementá-los. Opõem-se, porque a própria corporação se recusa a acreditar na capacidade de o novo currículo formar oficiais à sua imagem e semelhança, pois não acreditam que um currículo que leve em conta uma formação humanizada, que priorize a segurança dos cidadãos e os discursos dos direitos humanos, possa formar um soldado para lidar com a violência nas ruas. Complementam-se, porque qualificam e aprofundam traços dessa imagem, reforçando aspectos desejados que o currículo novo não equaciona. Em todo caso, o que está em jogo sempre é a inquestionabilidade da imagem militarizada do policial e da instituição e a necessidade de alimentá-la.

6. Perfil dos policiais entrevistados

Na pesquisa de campo, realizei 24 entrevistas com policiais, objetivando compreender o universo das significações por eles construídas. Todas foram gravadas, com duração média de 120 minutos, e todas possuem a devida assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)¹⁸. Além disso,

¹⁸ Vide o anexo I desta dissertação.

houve muitas conversas de corredor, registradas nos cadernos de campo, além das observações diárias, que também constituíram parte significativa dos dados etnográficos.

Das 24 entrevistas, 1 foi realizada no comando geral, 1 no Primeiro Batalhão, 5 no Batalhão de Santana e 17 no Batalhão de Operações Especiais. Para a presente pesquisa, considerei mais diretamente as dezessete entrevistas executadas no Bope, 4 com mulheres e 13 com homens. Dos 155 servidores militares do Bope, havia 5 mulheres e 150 homens.

Dos 17 policiais, participaram da pesquisa 1 tenente coronel, 2 majores, 6 capitães, 3 primeiros-tenentes, 1 segundo-tenente e 4 soldados. Distribuí com equilíbrio os contatos e entrevistas com policiais de diferentes patentes, o que possibilitou alcançar diferentes percepções e a diversidade interna existente no próprio Bope.

Tabela 2: Patente dos Entrevistados

Patente	Quantidade
Soldado	4
2° Tenente	1
1° Tenente	3
Capitão	6
Major	2
Tenente Coronel	1

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

No início das entrevistas, colhi os dados de perfil de cada policial, importantes para entender as trajetórias individuais, a motivação pessoal de cada um para adentrar na polícia, bem como o modo pelo qual pretendem finalizar a carreira. Analisei as distintas posições ocupadas por eles e suas trajetórias com base em dados referentes à origem social, escolaridade, ocupações pretéritas no mercado de trabalho e a percepção sobre o acesso à corporação.

Nas falas sobre a motivação para ter entrado na Polícia Militar, a maior motivação apontada foi a estabilidade financeira, seguida dos benefícios, do plano de carreira e da previdência social. Poucos justificaram sua entrada na polícia por terem tendência e “dom militares”, afirmando que, desde de crianças, queriam ser

policiais. Essa última motivação apresenta-se como secundária diante da questão da oportunidade de emprego e da estabilidade financeira.

Os resultados apontam para a atração majoritária de pessoas que vieram de famílias pobres. Quase todos eram a primeira pessoa da família aprovada em um concurso público. Eles falavam da entrada na instituição com gratidão pela oportunidade de emprego. Na cidade de Macapá, o ingresso na polícia tornou-se uma estratégia de ascensão das classes populares, que encontram nesta ocupação possibilidades de mudança de trajetória social e de situação socioeconômica. No quadro abaixo apresento as motivações pessoais de cada um dos policiais para ingressar na profissão:

Tabela 3: Motivações Pessoais para Ingresso na Polícia

	MOTIVAÇÃO
1	Plano de carreira
2	Pelo salário e sempre quis ser policial
3	Estabilidade financeira
4	Desde criança queria ser militar (Tendência militar)
5	Desde criança queria ser policial (Dom)
6	Estabilidade financeira
7	Oportunidade de emprego
8	Estabilidade financeira
9	Estabilidade financeira
10	Identificação com a profissão
11	Sempre quis ser policial
12	Estabilidade financeira
13	Estabilidade financeira
14	Oportunidade de emprego
15	Estabilidade financeira
16	Oportunidade de emprego
17	Oportunidade de emprego

Fonte: Tabela elaborada pela autora

6.1. Faixa etária dos policiais

Os policiais entrevistados possuíam idades entre 29 a 47 anos e, em sua maioria entraram na corporação com idades entre 18 e 25 anos. Na ocasião das entrevistas, a maioria estava com 35 anos.

Gráfico 1: Faixa Etária dos Policiais

Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

Dessa forma, tive acesso aos policiais que estavam começando a carreira, bem como aos que já estavam no fim dela. São gerações diferentes que expressam em seus discursos diferentes percepções do trabalho policial e da instituição.

6.2. Tempo de serviço e patente

Os policiais tinham experiências que variavam de cinco a vinte e quatro anos de tempo de serviço. Dentre os entrevistados, 9 tinham mais de dez anos de serviço e 8 tinham entre cinco e dez anos. Observei que as policiais mulheres demoraram mais tempo do que os homens para alcançar outras patentes e, no batalhão, as menores patentes eram ocupadas por elas. O trabalho das policiais está marcado pelas relações de poder e de gênero, assim como as dificuldades que encontram no exercício de sua função.

Além da dificuldade dessas mulheres conciliarem diferentes tipos de atividades e papéis sociais, uma questão levantada pelas interlocutoras é a dupla jornada, que dificulta que uma mulher se dedique com mais afinco e exclusividade à carreira, impulsionada pelo machismo institucionalizado, evidente inclusive na reunião de “estudo de caso” feito pelas mulheres. O constante desestímulo por parte de colegas e familiares e a introjeção de ideias de incapacidade de alcançar esses espaços constituem uma sobreposição de obstáculos no desenvolvimento da carreira dessas mulheres.

Assim, na organização militar, a mulher não define os objetivos e metas que tem que alcançar e pelos quais é medida em termos de resultados. No comando das organizações militares, estão presentes os homens ocupando as mais altas patentes, em postos que definem os rumos estratégicos da instituição. De outro modo, essas mulheres hoje ocupam postos no Batalhão de Operações Especiais antes ocupados apenas por homens e enfrentam estigmas criados quanto à capacidade de uma mulher em desempenhar funções de liderança e de poder. A instituição impõe um elevado nível de exigências e cobranças sobre os policiais. Entretanto, observei que ela é particularmente mais exigente com as mulheres.

O trabalho das policiais está marcado pelas relações de poder e de gênero, assim como as dificuldades que encontram no exercício de sua função. As diferenças de gênero ocasionam conflitos nas diversas esferas que compõem a instituição, que fomenta uma certa “hegemonia da masculinidade”, expressa claramente no Bope, construído como um espaço apenas masculino, dadas as peculiaridades de força nas operações.

Gráfico 2: Patente x Tempo de Serviço

Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

6.3. Nível de escolaridade

Com exceção de 1 policial, todos os demais possuíam ensino superior completo e especialização. A maioria possuía graduação na área de humanas e havia estudado em universidades públicas. As graduações citadas pelos policiais foram: História, Direito, Educação Física, Geografia, Biologia, Biomedicina, Matemática e Segurança Pública. As especializações foram todas na área de Segurança Pública e, na época, alguns estavam prestando a seleção de ingresso para o mestrado em dois programas da Universidade Federal Amapá: o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Os policiais afirmaram que existe o incentivo à formação no ensino superior, tanto do praça, como do oficial, pois os mesmos precisam do ensino superior para o ingresso na instituição e na própria carreira dentro da corporação. Dessa forma, eles investem na formação acadêmica; por outro lado, dentro da instituição, há a permanência de práticas autoritárias na formação dos novos policiais. A prioridade parece ser a autoridade e a disciplina, em detrimento dos conteúdos de caráter humanístico. A maioria dos policiais entrevistados possuem

formação em Ciências Humanas, o que possibilita perceber que eles possuem uma interessante leitura sobre a realidade social.

6.4. Estado conjugal e número de filhos

Observei diferenças entre o discurso dos policiais de acordo com seu estado conjugal e se possuíam filhos ou não. Segundo eles, suas formas de atuação e comportamento mudaram depois de constituírem uma família. Dos 17 entrevistados, 11 encontravam-se casados e, destes, 10 possuíam filhos; os outros 6 eram solteiros e não tinham filhos.

Os solteiros e sem filhos expressavam uma visão diferente do trabalho policial, aparentemente sem (ou com menos) medo em relação a ameaças à vida de familiares, quando comparados aos policiais casados e com filhos. Estes evitavam aparecer na televisão e preservavam mais sua imagem, para não expor suas famílias. Eles reconheciam o envolvimento dos familiares com o trabalho policial.

Os entrevistados comentaram a mudança de postura depois que tiveram filhos, como a rotina da família mudou e como eles passaram a ter mais receio em relação à segurança familiar. A maioria deles tinha dois filhos e confessou que, na hora de uma operação, a preocupação não era mais consigo e sim com os familiares.

Tabela 4: Estado Conjugal x Número de Filhos

ESTADO CONJUGAL	NÚMERO DE FILHOS
Casado	2
Casado	2
Casado	2
Casado	2
Solteiro	Não
Casado	2
Casado	Não
Casado	2
Casado	2
Solteira	Não
Solteiro	Não
Casado	2
Solteira	Não

Solteira	Não
Solteira	Não
Casado	2
Casado	2

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Tais entrevistas permitiram a formulação de novas interrogações ao longo da pesquisa, proporcionando respeito ao fluxo de ideias do entrevistado, sem, no entanto, perder de vista a temática da violência policial. A formação policial mostrou-se importante para entender a construção do corpo como uma arma e para a análise da violência policial.

Compreender o perfil dos policiais se mostrou produtivo para analisar a própria instituição – mais especificamente quem são os policiais que a compõem – e apontar alguns padrões nos discursos de acordo com a idade e função que cada policial ocupa. As entrevistas com policiais de diferentes perfis possibilitou alcançar diferentes percepções, além de verificar o processo de inserção e as motivações para tornar-se policial e permanecer na instituição.

CAPÍTULO II: RITUAIS DE VIOLÊNCIA E MORTE

1. Primeiro dia – O efeito do gás

Com a chegada do fim da tarde, após um dia inteiro de aulas teóricas, os policiais saíram da sala de aula e foram conduzidos para a frente do Batalhão de Operações Especiais. Ao chegarem à frente do batalhão, receberam a ordem e rapidamente formaram um círculo. Um dos instrutores aproximou-se da roda carregando um instrumento de madeira cuja ponta continha um dispositivo com gás lacrimogênio. O instrutor acionou o dispositivo e contornou o círculo, dispersando o gás entre os policiais. Com rapidez, o ambiente foi invadido pelo gás e os presentes permaneceram por alguns minutos inalando-o. Alguns tossiam, lacrimejavam e fechavam os olhos. Depois, receberam ordens para desfazer a roda. Ainda atordoados, eles caminharam até o outro lado do batalhão. Alguns caminhavam desordenadamente, demonstrando dificuldade para se locomover. Em seguida, receberam a ordem de se posicionar em filas. Depois de posicionados, o instrutor que havia ministrado a aula teórica do turno da tarde, se aproximou e expressou sua insatisfação com os policiais que não cumpriram uma atividade durante a aula. Devido ao não cumprimento dessa atividade toda a turma foi punida com uma carga de exercícios físicos maior, especialmente flexões. A cada flexão os policiais expressavam sinais de cansaço. Durante o cumprimento dos exercícios, uma policial mulher, que estava na função de xerife, pediu autorização para falar e negociar. O instrutor autorizou. Imediatamente ela parou de fazer a flexão e se levantou. No mesmo instante, os demais policiais também pararam de fazer as flexões e voltaram a atenção para a policial. Ela se posicionou e direcionou seu olhar para o instrutor e, com a voz firme e uma linguagem formal, argumentou e tentou negociar sugerindo uma solução para o problema. Ela sugeriu que a turma chegasse mais cedo no outro dia para cumprir a atividade não realizada naquele dia. O instrutor não aceitou a sua sugestão. Os demais instrutores sorriram diante dela. Um deles debochou e comentou “sinceramente xerife, eu esperava mais”. Outros policiais tentaram negociar e não tiveram êxito. Novamente a xerife tentou argumentar, mas logo no início de sua fala um instrutor exclamou: “desenrola xerife”. O policial estava ironizando porque a policial argumentava com uma linguagem formal. Eles passaram muito tempo tentando negociar com o instrutor uma forma de resolver a situação de descumprimento da atividade e a cada tentativa eles “pagavam” mais flexões. Depois de muitas flexões e de inúmeras tentativas de negociação os alunos foram liberados. Assim, finalizava-se mais um dia do Curso de Choque Ligeiro.

Caderno de Campo, julho de 2017

A cena narrada acima apresenta uma atividade do Curso de Choque Ligeiro, especialização conduzida pelos policiais do Bope. O curso consiste em

atividades teóricas e práticas, oferecidas aos policiais com o intuito de prepará-los para atuarem em situações extremas de conflitos. O principal objetivo do curso é justamente ensinar técnicas apropriadas para que o policial esteja apto a lidar com os chamados “distúrbios civis” e manter a “ordem pública”. Acompanhei o curso durante seis dias, nos turnos da manhã, tarde e noite. Descrevo, a seguir, minhas observações acerca de cada um desses seis dias de pesquisa de campo.

O momento descrito acima fez parte do treinamento para o uso de agentes químicos, que observei em meu primeiro dia de acompanhamento do curso. No decorrer do exercício, os policiais foram expostos ao gás lacrimogêneo, o que provoca irritação nos olhos, nariz e garganta. Seus efeitos imediatos são lacrimação, falta de ar e dor de cabeça. O gás lacrimogênio é utilizado pela polícia como arma de controle de multidões. Empregada em manifestações sociais, ela é conhecida por sua capacidade de dispersar aglomerações.

Acompanhei essa atividade há alguns metros de distância e pude sentir o cheiro insuportável de gás. Durante a atividade, um instrutor se aproximou e me perguntou se eu estava me sentindo bem com o cheiro de gás. Respondi que sim, mas, na realidade, fiquei tonta e com dor de cabeça durante o resto do dia. Aproveitei a conversa para perguntar qual o objetivo da atividade. O instrutor respondeu que o policial deve conhecer os efeitos das armas que utiliza e se habituar com o cheiro do gás porque irá atuar em ambientes em que tal cheiro estará presente. Portanto, é responsabilidade da instituição preparar o corpo e a mente dos policiais para que eles se tornem resistentes às próprias armas que utilizam.

O instrutor esclareceu que aquele teste era, sobretudo, um teste de resistência psicológica, à medida que um dos efeitos da bomba de gás lacrimogênio consiste na diminuição do oxigênio do ar, por conseguinte, qualquer pessoa exposta ao gás sentirá falta de ar. A atividade de exposição ao gás lacrimogênio consiste em um treinamento do controle emocional diante do desespero causado pela falta de ar e pelos demais efeitos provocados pelo contato com um agente químico:

O primeiro contato com o agente químico causa um efeito angustiante, causa desespero. Você vai ver muitas vezes a gente passando “gás” neles para aprenderem a se controlar (Instrutor do curso, agosto de 2017).

Essa cena apresenta o primeiro “teste” que acompanhei e há vários outros, físicos e/ou psicológicos. Existe uma “psicologia militar” que envolve análises de como a mente e o corpo dos policiais devem reagir a cada treino. Talvez possamos afirmar que, a partir desses treinamentos, dá-se um processo de “docilização” dos corpos.

A noção de *corpos dóceis* foi explorada por Foucault em “Vigiar e punir”. Trata-se de um “corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987). Nessa perspectiva, o corpo se torna o principal alvo de poder e marca a retórica dos soldados desde a metade do século XVII. Como descreve Foucault:

O soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado. (FOUCAULT, 1987)

De igual forma, percebi que a retórica corporal dos meus interlocutores é marcada por um processo de “docilização”, que ocorre sobretudo durante o curso de formação. O *corpo dócil* é transformado pela ação da disciplina, que opera de modo a impor uma relação de *docilidade - utilidade*. Segundo Foucault, a disciplina visa não apenas o aumento das suas habilidades, mas a formação de uma relação que, no mesmo mecanismo, o torna tanto mais obediente quanto mais útil. O corpo é trabalhado de forma que todos os seus gestos, comportamentos e articulações são regulados pela instituição policial.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (FOUCAULT, 1987)

A disciplina constrói corpos submissos. De acordo com Foucault, a disciplina aumenta as forças do corpo, em termos de utilidade, e diminui essas

mesmas forças, em termos políticos de obediência, dissociando o poder do corpo em si, que por um lado tem sua capacidade física aumentada e, por outro, diminui sua força política.

O corpo treinado se constrói como arma e principal instrumento de trabalho, havendo nesses cursos investimentos em uma rígida disciplina corporal. Treinamentos reconfiguram os corpos e contribuem para a *noção de pessoa* e de *eu* como bem analisou Marcel Mauss, em “As técnicas do corpo”, escrito em 1934. Nesse ensaio, Mauss aponta o corpo como o primeiro instrumento e objeto técnico do homem, uma vez que as técnicas corporais determinam os modos pelos quais as pessoas sabem se servir tradicionalmente de seus corpos. Tal saber e tais técnicas variam de uma sociedade para outra, pois cada uma possui hábitos próprios que, tendo natureza social, também variam de acordo com as formas de educação e convenções sociais. Daí a importância da educação e da imitação daquilo que é socialmente valorizado no processo de apreensão dessas técnicas. Como bem afirmou Mauss: “a educação fundamental das técnicas consiste em fazer adaptar o seu corpo a seu uso” (MAUSS, 2003:421).

A adaptação é uma chave para pensarmos o curso de formação, já que o treinamento enfatizava a repetição de atividades e a imitação de posturas consideradas “padrão”. Os policiais encenavam diversas situações fictícias, consideradas “posturas policiais”. Observei que os instrutores e alguns alunos serviam-se de exemplos de postura corporal a serem seguidos pelos demais. Tais modos de agir são, portanto, técnicas “policiais” do corpo e o conjunto delas pode ser analisado a partir de fatores diversos, como gênero, faixa etária, rendimento e modos de transmissão (MAUSS, 2003).

No treinamento dos policiais, o rendimento e a eficácia demonstraram ser centrais. Podemos pensar no adestramento como a estratégia adotada no treinamento, como se houvesse a montagem de uma máquina em busca do melhor rendimento. Os policiais do Bope, dessa maneira, constroem seu corpo a partir da ideia de um rendimento humano acima da média, graças ao adestramento do corpo e da eficácia no uso deste como uma arma.

O corpo do policial torna-se, assim, um *Corpo-Arma* e tanto a sua *noção de pessoa* e de *eu*, quanto a sua percepção do próprio corpo são construídas ao mesmo tempo: um corpo que se faz visível como forte e causador de medo, mas

que também é capaz de proporcionar a sensação de segurança e controlar o ambiente por meio de sua presença física.

O rendimento desse *Corpo-Arma* é avaliado nos testes, de modo que os alunos são observados a todo momento, enquanto também se observam. Além dos aspectos físicos, também são avaliados posturas e comportamentos. Ser testado, portanto, significa estar em constante avaliação.

Nas entrevistas, os policiais afirmaram que, após o curso, passaram a considerar os testes como uma espécie de “testes para a vida”, pois eles os ajudaram a se reafirmar como pessoas. Além disso, eles apontaram que o treinamento os ajudou a superar limites antes impensáveis de serem transpostos.

As avaliações nos testes levam em conta tanto o desempenho do aluno, quanto sua estratégia na execução das provas, o que exige diversas habilidades. Mais do que isso, é verificado o comportamento cooperativo ou não do candidato em relação aos demais alunos, sobretudo nas provas físicas, em que se exigem interações. O *Corpo-Arma*, assim, é construído no e pelo coletivo, e a interação dos alunos é essencial para que resistam ao treinamento. Portanto, além de *Corpos-Armas* individuais, um *Corpo-Arma coletivo* está em construção: o batalhão.

Nas atividades físicas, a equipe de instrução estimula uma condição de estresse, decorrente de constantes pressões, e podemos observar que a noção do que é “ser um bopeano” se manifesta, é valorizada e incorporada. Um dos policiais com quem conversei frisou: “o curso de formação está além do físico”.

Durante a pesquisa de campo, identifiquei que os policiais possuem uma vontade extrema de superar seus limites corpóreo-psicológicos e que depositam no treinamento o sucesso do batalhão, o qual tem sempre que estar preparado para o pior dos confrontos. Isso significa manter a configuração de um *Corpo-Arma* treinado e constantemente apto para agir em qualquer situação. Estar preparado também significa saber antecipar possíveis ocorrências e não cometer nenhum erro nas operações.

As narrativas ouvidas em campo salientam o curso de formação como o responsável pela produção de uma nova pessoa através do processo de transmissão de valores e conhecimentos. Trata-se de um momento importante em que se aprende a ser um policial do Bope, pois esse processo de formação

envolve a construção de uma nova identidade: morre simbolicamente o policial “comum” e nasce um “bopeano”.

Esse “bopeano”, mais que um policial “comum”, foi indicado, em diversas narrativas, como um policial especializado e com alta qualidade técnica. Os meus interlocutores sempre acionavam essa diferenciação quanto comentavam a sua postura em relação aos demais, por não poderem cometer erros que um policial convencional pode cometer. Comentavam, inclusive, o mal-estar que esse *status* bopeano causa no interior da própria Polícia Militar, pois dificulta o trabalho conjunto entre policiais convencionais e policiais do Bope, gerando uma certa disputa entre os batalhões.

Dessa forma, a noção de *pessoa bopeana* é recriada a partir do curso de formação, assim como a de *corpo bopeano*. De modo correlato, a noção de *eu* é adquirida e construída socialmente.

Mauss realizou um esforço no sentido de percorrer a história da construção da *noção de pessoa*. A raiz etimológica da palavra significa “máscara”: a máscara (per) através da qual ressoa a voz de um ator (MAUSS, 2003:385). No trajeto do curso de formação, a *noção de pessoa* é estabelecida de acordo com os novos valores incorporados pelo grupo e, portanto, através da ideia de que o conhecimento é construído e partilhado por esse grupo de pessoas. Este grupo assume uma nova máscara e veste a pessoa do policial, que carrega uma dimensão para além do corpo físico. Mais do que uma ideia de máscara, nesse contexto, a *noção de pessoa* pode significar o personagem que cada um é ou pretende ser (MAUSS, 2003:390).

Desse modo, o curso de formação consiste em um importante ritual de passagem dos policiais, que permite uma nova consciência de si e do mundo social. Segundo Schritzmeyer (2012), em todas as sociedades, os *ritos de passagem* marcam o desenvolvimento social dos indivíduos. Em seu livro “Jogo, Ritual e Teatro: um estudo antropológico do Tribunal de Júri”, a antropóloga retoma a ideia de *rito de passagem* e a contextualiza em seu campo etnográfico: os julgamentos realizados em Tribunais do Júri da cidade de São Paulo. A autora identifica no ritual do Júri efeitos dramáticos, sacralizantes e totalizadores. Dessa maneira, considera-o como

uma sequência de ações dramáticas que contrasta com atos do ‘mundo diário’, permitindo a seus participantes conscientizarem traços estruturantes desse mundo, como, por exemplo, a hierarquia que distribui e classifica indivíduos e os torna ou não ‘pessoas’. (SCHRITZMEYER, 2012:137)

Como qualquer definição teórica, a noção de *ritual* é enriquecida quando embasada etnograficamente, a partir do que o pesquisador observa em campo. Assim, a noção de que *ritual* é algo que “expande, ilumina e ressalta o que já é comum a um determinado grupo” (PEIRANO, 2002) é o que sigo ao considerar o *ritual* do curso de formação do Bope como um conjunto de ações que ressalta valores transmitidos e incorporados cotidianamente. No desenvolvimento desse curso, os policiais compartilham sentimentos, atitudes e experiências através das atividades que estão presentes no seu dia-a-dia e que lhes permitem sobreviver, no curso e na corporação.

O antropólogo Victor Turner também discorre sobre os rituais e a importância para o entendimento das práticas neles contidas. O autor elaborou a noção de *liminaridade* e, a partir dela, o conceito de *communitas*. Ele concebeu a ideia de liminaridade como um momento dos ritos de passagem, uma fase do processo transitório entre a “morte” social, e o renascimento e reintegração à estrutura social. *Liminaridade* é, portanto, uma condição transitória na qual os sujeitos se encontram destituídos de suas posições sociais anteriores e ocupam um lugar indefinido, no qual ainda não é possível serem plenamente categorizados (TURNER, 1974:161).

Orientado por essa definição de Turner, Paulo Storani (2008) discorre a respeito do processo de separação, da fase de *liminaridade* e da *reintegração transformadora* no ritual de passagem, que apresenta na dissertação intitulada “Vitória sobre a morte: A Glória Prometida”. Nesse trabalho, Storani apresenta uma etnografia do Curso de Operações Especiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Essa etnografia aborda ritos de passagem vivenciados por esses policiais na construção de sua identidade profissional e os métodos de socialização desenvolvidos.

Diferentemente da pesquisa de Storani, todavia, esta dissertação visa enfatizar o que os próprios policiais falam sobre o curso de formação e como eles descrevem esse processo.

Em meus primeiros contatos com o cotidiano dos policiais, identifiquei alguns sentidos atribuídos à violência e à morte e segui as pistas que o campo me oferecia. Nesse percurso, os policiais apresentaram narrativas, acontecimentos e um modo de pensar pouco conhecido por pessoas que não estão envolvidas nesse universo. Refletir acerca da formação dos policiais do Bope como um ritual é tentar entender os valores que estruturam esse grupo, além de mergulhar nas interpretações e nos sistemas classificatórios que ali se constroem e, depois, direcionarão suas práticas diárias.

Considero, assim, que o curso de formação constitui um *ritual de passagem* que possui uma dimensão produtora de sentidos e que estrutura todo o trabalho policial.

2. Segundo dia - “A pesquisadora não é defensora de direitos humanos”

No segundo dia de curso, isto é, na manhã do dia 01 de agosto de 2017, fui apresentada pelo coordenador para a turma em formação. Antes de entrar na sala, o coordenador pediu autorização para o instrutor que ministrava a aula e me apresentou aos alunos da seguinte forma:

Coordenador: Bom dia.

Alunos: Bom dia (coro)

Coordenador: Senhores, eu quero apresentar a doutora Ana Caroline. Ela é estudante de mestrado em antropologia e está realizando sua pesquisa sobre as atividades de formação do batalhão. Ao saber do curso dos senhores, muito interessou a ela acompanhar o curso e a dinâmica da formação policial. Ela tem ciência que esse curso é diferenciado dos demais cursos realizados pelo batalhão. Ela vai acompanhar nossas atividades aqui. Por favor, postura. Mantenham a postura! (Aumentou o tom de voz). Antes de tudo, eu queria dizer que ela não é nenhuma defensora de direitos humanos aqui, ela tá aqui só para observar o trabalho do batalhão.

Instrutor: Pode ficar à vontade e sentar ali.

No contexto em que fui apresentada, o coordenador quis deixar claro para os alunos que minha função na sala era a de observadora e que eu estava lá como pesquisadora e não como ativista de direitos humanos. Isso queria dizer que eu não estava na sala para fazer denúncias sobre o curso e que os alunos não

deveriam ter nenhum receio da minha presença. Em outras palavras, o instrutor quis esclarecer que eu não representava uma ameaça à instituição.

Os policiais acreditam ser negativamente rotulados por aqueles que atuam como defensores de direitos humanos, estigma esse que não é aceito por eles. Como já afirmou Howard Becker, um rótulo é socialmente construído, mas não necessariamente as pessoas que são alvos desse rótulo nele se reconhecem (BECKER, 1977: 64).

Os policiais afirmam que a sociedade tem expectativas em relação ao trabalho policial que devem realizar e pelas quais eles também são cobrados institucionalmente. Argumentam que os defensores de direitos humanos esperam que os policiais efetuem um trabalho que foge a essas expectativas e cobranças. Eles parecem acreditar que há uma disparidade entre o “mundo real” (situações vivenciadas no dia-a-dia do trabalho policial) e o “mundo ilusório” (aquilo que as comissões de direitos humanos esperam e exigem do trabalho policial).

No dia em que fui apresentada aos policiais, eles me olharam com curiosidade e estranhamento e não tive nenhum contato direto com os alunos, apenas com os instrutores. Eu me sentei do lado direito da sala, em uma cadeira de costas para parede, e desse lugar eu podia ver tudo e todos.

A partir do segundo dia, os alunos começaram a se aproximar de mim no intervalo das aulas. Na primeira aproximação, alguns me perguntaram sobre o que era a minha pesquisa, as minhas impressões acerca das aulas, além de perguntas específicas relacionadas ao conteúdo das aulas, por exemplo, se eu havia entendido alguma coisa sobre a composição da bomba de gás lacrimogêneo, como fazer uso do *spray* de pimenta ou como utilizar a munição de elastômero¹⁹. Havia uma insistência deles em saber o que eu havia entendido para avaliarem minha capacidade de reter as informações, inclusive algumas das quais eles consideravam sigilosas. Desse modo, o papel que eu desempenhava ia sendo talhado de acordo com os papéis desempenhados por eles.

Mesmo após o coordenador me apresentar e apontar meu papel de observadora e não de denunciadora, mostrando, assim, que eu não pretendia distorcer a imagem e atuação da instituição, os alunos tinham curiosidades para

¹⁹ A munição de elastômero é o nome técnico da bala de borracha.

saber o que eu analisaria em minha pesquisa, quais informações eu estava memorizando acerca do curso e qual o destino das informações que eu estava colhendo.

Enfim, ser defensora de direitos humanos não é um posicionamento bem visto na instituição. Em diversos momentos da pesquisa, os policiais expressaram opiniões e, segundo alguns, os defensores de direitos humanos atrapalham o trabalho policial, pois são pessoas descoladas da realidade policial e de suas vivências na rua.

Por outro lado, ouvi de diversos policiais opiniões interessantes sobre o que significam os direitos humanos. Em seu entendimento, eles cumprem uma função importante na sociedade, principalmente quando se trata de proteger os direitos fundamentais, mas são tecidas críticas em relação à forma como são empregados na prática, explicitando como a atuação dos defensores dos direitos humanos, em suas visões, afeta diretamente o trabalho dos policiais e a imagem que deles circula. Os defensores de direitos humanos deveriam estar, segundo alguns policiais, mais atentos às violações de direitos que os próprios policiais enfrentam no exercício de suas funções.

2.1. Disposição da sala

A sala de aula utilizada no curso era espaçosa, com várias cadeiras universitárias alinhadas e na frente havia um quadro e uma mesa onde o instrutor apoiava seu material. Os alunos estavam virados para o quadro e no fundo da sala havia uma grande caixa d'água, cheia até a metade. Ela tinha o propósito de manter os alunos acordados. Se eles dormissem nas aulas teóricas seriam punidos tendo que entrar e permanecer na caixa d'água.

Eis uma figura ilustrativa da sala:

Figura 4: Sala de Aula

Fonte: JEN, Jessie. Ilustração desenvolvida para esta dissertação.

Dois alunos desistiram antes mesmo de o curso iniciar, restando trinta alunos, seis mulheres e vinte e quatro homens. Quando entrei na sala, os policiais estavam sentados em quatro fileiras, milimetricamente organizadas, e todos estavam com a vestimenta padrão: camiseta preta, colete à prova de balas, calça cinza, cinto tático na cintura, joelheiras e coturnos pretos.

A vestimenta policial é muito valorizada na corporação e, tal como a pesquisadora Mariana Sirimarco (2013) já apontou, a farda policial é uma espécie de instrumento de investidura social. Seu uso e seu cuidado devem tender à perfeição, tanto que a negligência em sua apresentação ou em sua manutenção pode gerar uma sanção disciplinar.

O ato de usar a farda com falta de botões (ou botões desabotoados), de insígnias, de atributos, de emblemas ou distintivos de grau, ou com as correias, calçados e outras peças que não estejam em perfeitas condições de asseio e conservação é falta de disciplina que todos os superiores devem reprimir inflexivelmente. (SIRIMARCO, 2013:32)

No curso de formação, os alunos que apresentavam alguma informalidade ou ausência de algum acessório importante no conjunto da vestimenta, ouviam

reclamações por parte do instrutor. A construção da farda, portanto, simboliza a integridade do indivíduo que a veste, ao mesmo tempo que denota o pertencimento ao grupo.

Os instrutores, exemplarmente fardados, eram todos homens e com idade aproximada de 40 anos. Eles possuíam formação nas especialidades oferecidas pelo curso e experiências em ações de controle civil, agentes químicos e uso de armas não letais.

Abaixo das cadeiras estavam os bonés com a numeração dos alunos, a mesma das camisas. As carteiras foram ocupadas de acordo com essa numeração.

Dois momentos chamaram-me a atenção: quando os policiais eram chamados por seus números e nunca pelos nomes e quando os policiais receberam apelidos. Ou seja, depois de despersonalizados, iniciou-se o processo de construção de uma nova personalidade profissional.

Conforme já mencionado, os policiais estavam organizados na sala de aula por números. A escolha da numeração seguia os critérios de antiguidade e da patente: do mais antigo, que possuía mais tempo e maior patente, ao mais novo, que ocupava o menor posto e há menos tempo exercia a função policial. Assim, os primeiros números estavam nos primeiros lugares da sala, reproduzindo no espaço a hierarquia institucional.

Os dois dígitos de cor branca tanto estavam no lado esquerdo do boné preto, na frente do capacete, quanto no lado direito do colete e nas cadeiras.

Figura 5: Sala do Curso de Choque Rápido

Fonte: Fotografia tomada pela autora

Transformar-se em um número não significa somente a despersonalização dos alunos, posto que eles também informam as patentes. Em alguns momentos, essa hierarquia é acionada, mas, em outros, ela é ocultada pelo número, colocando todos na posição de alunos.

Em um estágio do curso, os alunos, além de serem chamados pelo número, também ganham apelidos. Não pude acompanhar a escolha desses apelidos e fui convidada a me retirar da sala por que, segundo o instrutor, os apelidos também faziam parte do teste psicológico. Dessa maneira, se o aluno reagisse mal ao apelido que lhe fosse dado, seria sinal de que não estaria preparado para atuar em eventos, como manifestações, ocasiões em que o policial pode ser ofendido. O teste do apelido instrui o aluno a aprender a lidar com ofensas em qualquer situação. Segundo o instrutor, o insulto não pode desequilibrar a mente e não pode afetar o trabalho policial, pois “o policial que não souber lidar com as agressões orais não serve para servir o choque”. A despersonalização, o nivelamento e o treino de resistência contra ofensas permitem, segundo a lógica do curso, que os alunos possam aprender a exercer os fundamentos do pelotão de choque, que seriam apresentados no quinto dia.

Do lado esquerdo da sala havia uma cadeira encostada na parede, reservada para o xerife da turma. A figura do xerife logo me chamou a atenção, pois ele era um aluno que estava uma posição acima dos demais e tornava-se um porta-voz, uma espécie de líder da turma. Sua função era comandar a turma por um período determinado pelo instrutor. A posição de xerife foi ocupada por diversas pessoas no decorrer dos dias e as ordens eram transmitidas diretamente para o xerife, que se encarregava de repassá-las aos demais alunos. Também era função do xerife organizar as demandas dos colegas e intermediar o diálogo entre os alunos e a equipe de instrutores.

A escolha do xerife é feita pelo coordenador. De acordo com um instrutor, a motivação para tal escolha varia. O aluno escolhido fica submetido a diversos testes e, durante o exercício do papel de xerife, tem que demonstrar sua capacidade de liderança diante da turma. A escolha pode ser motivada pela simpatia do instrutor ou através de uma atuação considerada boa. Mas o xerife também pode ser escolhido porque o instrutor quer que essa pessoa desista do curso, devido a um histórico de comportamento inadequado na instituição ou por apresentar fraqueza.

Na cena apresentada no início do capítulo, a policial que tentou argumentar com o instrutor estava na função de xerife. Na sala de aula, ela se expressava com uma linguagem formal ao responder às perguntas dos instrutores, que pareciam satisfeitos com isso e com as expressões da policial. No entanto, durante as atividades práticas, fora da sala de aula, os instrutores debocharam de sua linguagem formal no momento da negociação. A exigência da linguagem formal ou não é definida pelos instrutores, que decidem a forma como os policiais devem se expressar dentro e fora de aula. No caso da policial, ela foi objeto de deboche dos instrutores por, segundo eles, apresentar fraqueza na hora da negociação.

Assim, a escolha do xerife considera os “sinais de fraqueza” dos alunos diante das adversidades, pois, “este critério teria o objetivo de expor as deficiências dos neófitos na condução de uma equipe” (STORANI, 2008:91). Dificultar ou facilitar a sobrevivência do aluno integra uma série de critérios que os instrutores criam para a escolha dos que vão finalizar o curso. Sendo assim, os instrutores tanto podem elogiar, quanto desestimular os alunos.

Percebi instruções serem transmitidas de forma rápida e formal ao xerife. Alguns alunos anotavam-nas nos cadernos e outros apenas as ouviam com atenção para memorizar. Eram diversas as orientações e muitas informações se perdiam. Quando as orientações foram descumpridas, os alunos receberam sanções físicas. Por exemplo, depois da exposição ao gás lacrimogênio, a turma recebeu diversas sanções físicas pelo descumprimento de uma ordem do instrutor, como ter que realizar diversas flexões.

Os policiais estavam cansados no fim desse primeiro dia e era perceptível a angústia e o sofrimento em seus corpos esgotados. Depois de pelo menos uma hora de flexões, os policiais foram liberados para retornar para às suas casas. Comentaram que o curso tinha horário para começar, mas não para terminar, ou seja, não eram donos nem de seus corpos, nem de seu tempo.

3. Terceiro dia - Conhecer o adversário “inimigo”

No terceiro dia o assunto da palestra que acompanhei era “noções de operações de choque”. O instrutor abordou os tipos de manifestações, o comportamento das massas, os fatores que influenciam esse comportamento e como lidar com cada tipo de manifestação. Em um primeiro momento, o instrutor apresentou um *slide* com os tipos de massas e as classificou em três: pacíficas; organizadas e radicais.

Conforme o material apresentado, as “massas pacíficas” são compostas por idosos, religiosos, grupos raciais. Ele explicou que dificilmente esse tipo de massa enfrenta a polícia. Já as “massas organizadas” apresentam disposição para enfrentar a polícia. Geralmente são compostas por professores, estudantes, metalúrgicos e o Movimento Sem Terra (MST). Uma de suas principais características é a presença de uma liderança definida. À guisa de exemplo, o instrutor mostrou uma foto de uma manifestação de professores e analisou os cartazes que eles carregavam.

Por último, ele apresentou as “massas radicais”, que definiu como violentas. Ele disse que, quando se organizam, elas normalmente dão trabalho para a tropa de choque. De acordo com o instrutor, os grupos integrantes dessas massas são conhecidos como neonazistas, *punks*, fascistas, nacionalistas, detentos, camelôs e mototaxistas.

Depois da explicação, um aluno perguntou se os *Black Blocs* se encaixavam na categoria “massas radicais”. O instrutor respondeu que uma das características da atuação do grupo *Black Bloc* era a participação em manifestações que, a princípio, são pacíficas; manifestações não organizadas por eles, mas em que se infiltram para fazer um “quebra-quebra”. Assim, explicou o instrutor, o objetivo deles é afetar as grandes empresas, que são símbolo da globalização, e usou como exemplo as agências bancárias.

No segundo momento da aula, o instrutor falou sobre as ações que podem ser desencadeadas contra os policiais. Ele comentou: “temos que conhecer o adversário e saber que equipamentos vamos utilizar”.

O instrutor comentou quatro ações que podem afetar os policiais. A primeira são os impropérios, definidos por ele como palavrões ou palavras de baixo calão. Ele indicou essa como a ação mais comum e destacou que o policial tem que estar preparado para esse tipo de provocação. Em segundo lugar, mencionou os ataques a pessoas ou veículos no local da manifestação, para que o batalhão perca o foco e se direcione para atender as pessoas ou verificar os veículos. De acordo com o instrutor, esse é um tipo de atuação covarde por parte dos manifestantes. O lançamento de objetos contra a tropa, como bombas caseiras foi citada em terceiro lugar. Por fim, o lançamento de rojões e bolas de gude para derrubar os policiais foi citado em último lugar. Depois dessa explicação, os policiais foram liberados para o intervalo.

O intervalo era um momento de distração, durante o qual os policiais comiam e conversavam. Nesses momentos, eles também se aproximavam de mim para conversar sobre assuntos variados. Nesse dia, cartazes com o desenho de alvos foram levados para a sala de aula. Abaixo a foto e um cartaz utilizado no treinamento:

Figura 6: O Alvo

Fonte: Fotografia tomada pela autora.

No intervalo desse dia, um policial se aproximou de mim para perguntar sobre a minha pesquisa. Na conversa, acabamos comentando sobre o treinamento para atirar.

Pesquisadora: Como você foi treinado para atirar?

Policial: Eu fui treinado para atirar no peito, as pessoas falam que a gente deveria atirar na perna, mas como eu fui treinado para atirar no peito eu não vou atirar na perna. Eu faço apenas aquilo para o que eu fui treinado.

Pesquisadora: Qual é a sensação de atirar e matar uma pessoa?

Policial: Vou te falar a verdade. A primeira vez é bem difícil, mas depois vamos criando nossos mecanismos.

O xerife chamou os alunos para o retornarem à sala e, desse modo, tivemos que finalizar a conversa, mas fiquei pensando acerca de quais os mecanismos os policiais acionam para lidar com a morte, tanto no dia-a-dia institucional, quanto na vida pessoal. Refleti se, depois de matar alguém, o policial procura uma igreja, se tem acompanhamento psicológico ou utiliza algum outro recurso. Como os policiais aprendem a matar? Como esses mecanismos são ensinados nos treinamentos? Essa questão não é o foco desta dissertação, mas sua inquietação permanece, podendo, portanto, ser desenvolvida em pesquisas posteriores.

4. Quarto dia - Uso proporcional da força e tecnologia não letais

A palestra do quarto dia do curso abordou o uso de granada. Outro instrutor explicou o funcionamento de uma granada e falou que, conforme a sua experiência, “o que afasta o manifestante é o elastômero (bala de borracha) e o agente químico”. Comentou ainda sobre a indústria de armas não letais.

O instrutor apresentou alguns vídeos sobre o assunto, como o de uma propaganda da empresa Condor, que produz equipamentos e tecnologias não-letais, tais como granada, *spray* de pimenta e projétil de lacrimogêneo. Depois, ele disse que o seu objetivo era ensinar o funcionamento correto de uma granada, para que não acontecessem erros, tal como o ocorrido em um treinamento, em que um aluno lançou uma granada na direção errada e ela explodiu dentro do uniforme de uma policial. Em seguida, ele falou sobre o risco do uso inadequado de uma granada: “meu objetivo é que vocês saiam operando com segurança”.

No primeiro momento da aula, ele discorreu a respeito da lei que, ao disciplinar o uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, versa sobre o emprego, funcionamento, controle e segurança de agentes químicos. Ele explicou que o emprego de um agente químico faz parte do modelo de uso diferenciado da força e que sua aplicação objetiva reduzir o uso da força física direta atuando na diminuição da capacidade de resistência. Em seguida, exibiu um vídeo do “Canal da direita”, com Jair Bolsonaro comentando a lei de uso de armas não letais.

E em outro momento. O instrutor utilizou o vídeo do canal “Porta dos fundos” chamado “Bala de Borracha”. O vídeo ironiza o frequente uso de balas de borracha pela polícia nas manifestações que ocorrem no Brasil. O vídeo se passa em uma aula para policiais com um professor especialista em direitos humanos.

Foi publicado na internet após as manifestações de 2013. Os policiais riram desse vídeo e o instrutor comentou: “sociólogo sabe de tudo”.

O vídeo do Bolsonaro foi exposto como importante para compreensão do conteúdo e em relação à explicação do uso de armas não letais. Por sua vez, o vídeo do canal *Porta dos Fundos* foi utilizado para o deboche do especialista em direitos humanos.

No fim da aula, o instrutor explicou quais as habilitações dos agentes, ou seja, quais armas eles iriam aprender a utilizar a partir daquela formação: projéteis de médio e longo alcances, granada explosiva (bomba de efeito moral) e granada de emissão de gás lacrimogêneo de média e alta emissão. Posteriormente, o instrutor direcionou os alunos para uma área aberta ao lado da sala de aula para o desenvolvimento de uma aula prática sobre o funcionamento, montagem e acionamento de uma granada.

5. Quinto dia – O pelotão de choque

O instrutor iniciou a sua fala citando os princípios do pelotão de choque. São eles:

- 1- É indivisível;
- 2- Todo PM é responsável pela segurança do pelotão de choque e por cada um de seus integrantes;
- 3- Todo PM zela pelo seu equipamento individual;
- 4- Conhece a missão e seus objetivos;
- 5- Só desembarca mediante ordem de seu comandante;
- 6- O pelotão só atua quando há visibilidade do terreno e do oponente;
- 7- Mantem-se sempre distante do oponente (mínimo de 30 metros);
- 8- Atua estritamente dentro da lei e demonstrando autoridade sempre, deixando as questões sociais e políticas a cargo de pessoas responsáveis;
- 9- O escudeiro sempre tem prioridade sobre os demais componentes do pelotão de choque.

Ao final da explicação de cada item, o instrutor falou sobre as emoções no trabalho do choque e citou uma situação de desapropriação de um território. Disse que não é função do policial julgar se as pessoas têm ou não direito. O trabalho policial consiste em dar apoio ao oficial de justiça e, caso os ocupantes se recusem a sair do local, o batalhão faz uso da força.

No mesmo instante, um policial levantou o braço e pediu autorização para falar. Uma vez autorizado pelo instrutor, o aluno disse que em algumas manifestações, eles se deparam com situações complicadas, como quando uma manifestante é mãe ou esposa de um policial, citando o que aconteceu em 2013 e que é recorrente nas manifestações de professores. Qual a saída nesses casos? O aluno contou que um dos policiais do pelotão avisou à esposa que ele estava se direcionando para o protesto e instruiu que, se o pelotão de choque começasse a agir, ela deveria sair rapidamente do local.

A gente respeita a manifestação, mas se tivermos a ordem, ela terá que ser cumprida. Por mais que a gente concorde com a reivindicação, temos que fazer o nosso trabalho. (Aluno do curso de choque ligeiro, agosto de 2017).

O instrutor disse que entende essas situações delicadas porque a sua esposa também é professora e ele declarou agir do mesmo modo. Em seguida, expôs as prioridades no emprego dos meios de força ou como deve se dar o “uso progressivo da força”:

- 1- Vias de fuga;
- 2- Demonstração de força;
- 3- Ordem de dispersão;
- 4- Recolhimento das provas;
- 5- Emprego dos agentes químicos;
- 6- Emprego de água e de elastômero (bala de borracha);
- 7- Carga de cassetete;
- 8- Detenção de líderes;
- 9- Atiradores de elite;
- 10-Emprego de arma de fogo.

Segundo o instrutor, o primeiro princípio (“vias de fuga”) significa que o choque atua em lugares que precisam ter vias para a multidão se dispersar. Já a “demonstração de força” diz respeito a uma das principais armas do pelotão de choque, pois se trata da sincronia dos movimentos e da organização dos policiais na atuação. O policial deve demonstrar energia e postura diante dos manifestantes. A demonstração de força pode ser observada no desembarque da viatura, por exemplo. Nesse momento eles abrem a porta de forma tão sincronizada que parece que uma só pessoa abriu todas as portas ao mesmo tempo.

A ordem de dispersão, enfatizou o instrutor, “não é uma negociação”. A negociação já cessou no momento da ordem de dispersão. A ordem deve ser clara e não ter tom ameaçador para o manifestante. O recolhimento de provas deve ser feito durante toda a manifestação, principalmente através das câmeras.

Se depois da ordem de dispersão os “manifestantes” ou “invasores” se recusarem a sair do local, podem ser empregados agentes químicos, que devem ser acionados a uma distância segura dos manifestantes. O policial não pode jogar o agente químico no meio da manifestação. Segundo o instrutor, a ideia é lançá-lo longe dos manifestantes de modo que o vento faça o trabalho de levá-lo até a multidão.

O emprego de água dificilmente é utilizado em Macapá, mas, segundo o instrutor, é um método eficiente. Já o uso do elastômero (bala de borracha), é comum nas manifestações em geral. Se mesmo com o uso do elastômero a manifestação não cessar, utilizam a força.

A carga de cassetete, segundo os instrutores, é um recurso psicológico. Nesse momento o pelotão faz uma encenação, os policiais levantam o cassetete e correm em direção aos manifestantes. O instrutor disse que, depois dessa performance para assustar os manifestantes, vem o momento ideal para a detenção de líderes, porque eles não terão mais a proteção do grupo.

Ao abordar os dois últimos itens, o instrutor explicou que a tropa de choque pode utilizar atiradores de elite, especialmente se tiver informações de que há pessoas armadas no local e quando os manifestantes disparam armas de fogo. O instrutor comentou, todavia, que o bem maior é a vida. Finalizou

explicando que a linha do pelotão de choque sempre progride e nunca regride e, além disso, apresentou rapidamente os princípios do uso da força por agentes de segurança: legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência. Dessa maneira, ele finalizou a instrução e ordenou 15 minutos de intervalo. O xerife deveria controlar o tempo.

Em seguida, a instrução foi sobre o estatuto do torcedor. O instrutor destacou que não gostava quando falavam da existência da Polícia Militar e do Bope em separado, pois tal divisão é apenas administrativa, não existindo, de fato. Todavia, conforme já apontei anteriormente, a identificação dos policiais do Bope como superiores aos policiais militares comuns não só é corrente entre as pessoas da cidade, como dentro da própria instituição.

Na saída da sala de aula, fui abordada por um dos instrutores, que me informou haver uma família que estava visitando o Bope e perguntou se eu queria acompanhar tal visita. Eu fiquei animada com a oportunidade e me direcionei para o batalhão. Acompanhei a visita às companhias que compõem o Bope, guiada por um policial, que explicou o trabalho do batalhão. A família era composta por um casal e quatro crianças. Todos ouviam com atenção as explicações do policial e tiravam fotos nas dependências do batalhão, na companhia dos policiais.

No final da visita, eu conversei com a família. Perguntei porque eles foram conhecer o Bope. Um dos membros da família, o homem, respondeu:

Desde sempre eu tive vontade de conhecer o Batalhão de Operações Especiais, até mesmo pelo fato deles combaterem a criminalidade e nos ajudarem na nossa segurança e até para a gente ter mais conhecimento e quebrar aquele vínculo de que o Bope é matador, para quebrar esse paradigma. Aí nós estamos aqui. Graças a Deus fomos bem recebidos. Eu acho o trabalho do Bope ótimo.

Nas idas ao campo, eu pude observar a chegada de diversas famílias no batalhão, sendo comum os policiais recebem diariamente visitas de pessoas que querem conhecer o seu trabalho. Nas entrevistas, os policiais comentaram que tais visitas aproximam as pessoas dos policiais, pois permitem a ruptura de alguns estereótipos, como o do policial matador. Além das visitas, algumas famílias encaminham pedidos de comparecimento de policiais em aniversários de crianças.

6. Sexto dia – Poder de polícia

No sexto dia do curso, o instrutor iniciou a aula discutindo a diferença entre os termos “uso diferenciado da força” e “uso progressivo da força”, pois os policiais estão utilizando a primeira expressão e não mais a segunda. O instrutor defendeu que o ideal é utilizar “uso diferenciado da força”, porque “uso progressivo” se refere a um escalonamento do uso da força, à medida que a agressão aumenta. Ou seja, entende-se que para chegar a um nível de força é preciso passar por outro. Já o uso diferenciado denota a resposta proporcional do agente de segurança ao que está sendo feito pelo agressor. Dessa forma, o agente não precisa avançar, progressivamente, mas reagir.

Os policiais, todavia, usam as nomenclaturas “uso progressivo da força” e “uso diferenciado da força” e, para eles, o primeiro consiste na seleção adequada do nível de força pelo policial, em resposta ao nível de ação do indivíduo que está sendo abordado, por eles, nomeado “suspeito”.

Para utilizar a força, o policial deve seguir os determinados princípios: “Legalidade” (o agente não pode infringir nenhuma lei em sua ação); “Necessidade” (deve analisar a necessidade de utilizar a força); “Proporcionalidade” (o policial deve agir proporcionalmente à ameaça que se apresenta) e “Conveniência” (suas ações devem ser equilibradas e sem excessos).

Os níveis de força são divididos em seis partes, sempre lembrando que o ensinamento é que eles devem a ser utilizados proporcionalmente ao nível de resistência oferecido.

O quadro do uso diferenciado da força apresentado no curso foi o seguinte:

Gráfico 3: Níveis de Força

Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

O primeiro é a própria presença policial, já considerada um tipo de força, pois pode inibir a prática de uma ação criminosa. O segundo é a verbalização e consiste no diálogo que o policial inicia com a pessoa abordada, tendo como base a insistência e a voz de comando. O controle de contato com verbalização consiste em evitar o contato físico, mantendo a distância. Já o controle físico consiste em imobilizar o agressor com técnicas de submissão para anular a ação da pessoa. As táticas defensivas não letais consistem em utilizar equipamentos como *spray* de pimenta, balas de borracha e granada de gases tóxicos. O último estágio do uso progressivo da força é a força letal e só deve ser utilizado quando não se tem mais opções, pois implica na utilização de arma de fogo.

De acordo com o instrutor, o uso progressivo da força só pode ser utilizado quando há resistência, de modo que o poder da polícia na utilização da força não é ilimitado, tornando-se arbitrário quando ultrapassa os limites impostos pela lei.

De acordo com esses níveis de uso progressivo da força, os policiais, no exercício de suas funções, devem recorrer a meios não violentos, como a verbalização, antes de utilizarem a força física ou armas de fogo.

Nas entrevistas, alguns policiais expuseram que não seguem os níveis de uso progressivo da força, pois acreditam que fazê-lo pode abrir margem para a violência policial, devido a fatores como a ação impulsiva, o descontrole emocional e o despreparo técnico. Mas esses fatores não são suficientes para explicar o uso

desmedido da força na ação policial. Muitos outros fatores parecem contribuir para a violência policial, tais como a aprovação popular e uma cultura permissiva da instituição, já mencionadas ao longo desta dissertação²⁰.

7. Armas x Manifestantes – objetos, técnica e alvo

Conforme já mencionado, o Curso de Choque Ligeiro teve como foco ensinar técnicas para lidar com os chamados “distúrbios civis” e manter a “ordem pública”. Entretanto, observei que o foco dos ministrantes era discutir o emprego das armas nas operações. Houve discussões sobre qual a arma mais adequada a ser utilizada, existindo menos preocupação com a segurança das pessoas do que com quais técnicas e armas a polícia deve utilizar para manter a “ordem pública”.

A dinâmica das palestras variava de acordo com o perfil do instrutor. Quando o instrutor era mais comunicativo e dialogava mais com a turma, surgiam diversas perguntas e a instrução se tornava mais dinâmica. Já quando o instrutor era mais rígido, a sala permanecia em silêncio e com poucos questionamentos dos assuntos abordados.

Durante as aulas, foram ministradas palestras sobre o uso de diversas armas não-letais, como granadas de efeito moral GL 304, gás de pimenta e munição de impacto controlado (bala de borracha) para Espingarda Calibre 12. As discussões eram voltadas para técnicas: como utilizar cada arma e de que forma agir diante de multidões. O alvo era mencionado como sendo “pessoas que perturbam a ordem pública”, não importando se estariam lutando por direitos.

No curso de formação, os instrutores compartilhavam com os alunos um discurso institucional, em que estavam em disputa os sentidos do que é ser um policial do Bope e quais os princípios e interpretações envolvidos em sua atuação. Nessa disputa, o discurso institucional impõe interpretações e uma leitura

²⁰ Conforme já mencionado, o principal objetivo desta pesquisa é analisar a percepção do próprio policial em relação à sua atuação (bem como seu processo de formação), sobretudo no que se refere ao uso legítimo da força, em contraponto à violência policial. Sendo assim, dadas as limitações da pesquisa, essa evidenciada aprovação popular à ação policial não será desenvolvida nesta dissertação. Este tema, porém, apareceu recorrentemente nas etnografias realizadas, conforme menciono ao longo da pesquisa, e constitui um interessante conteúdo analítico, que pretendo desenvolver em pesquisas posteriores.

específica das relações sociais, norteadora de cursos como o Choque Ligeiro. O trabalho da equipe de choque só é visto como exitoso se todos os policiais se tornarem uma unidade indivisível e coesa.

Em suma, estes foram os registros etnográficos que fiz ao longo dos dias do curso de Choque ligeiro. Sem dúvida, inúmeras questões ainda merecerão aprofundamentos e análises em futuros desdobramentos deste trabalho. O que é possível apreender nesta pesquisa, porém, é a importância dos cursos no que se refere à construção de um *ethos* bopeano. Tais cursos se apresentam, portanto, como um importante ritual de passagem, construindo elementos identitários, individuais e coletivos, transformando “policiais comuns” em “policiais especiais”. Esse assunto será abordado com mais profundidade a seguir, no item 8 deste mesmo capítulo.

8. O Ritual de passagem: Como se aprende a ser um policial do Bope?

Figura 7: Treinamento

Fonte: Fotografia tomada pela autora

No que se refere a “tornar-se um bopeano”, vale destacar os onze mandamentos necessários para que um policial se torne um profissional do Bope:

- 1º AGRESSIVIDADE CONTROLADA;
- 2º CONTROLE EMOCIONAL;
- 3º DISCIPLINA CONSCIENTE;
- 4º ESPÍRITO DE CORPO;
- 5º FLEXIBILIDADE;
- 6º HONESTIDADE;
- 7º INICIATIVA;
- 8º LEALDADE;
- 9º LIDERANÇA;
- 10º PERSEVERANÇA;
- 11º VERSATILIDADE.

Estes mandamentos, chamados também de “valores” pelos policiais, traduzem princípios essenciais que são incorporados durante a formação, continuam sendo cultivados no decorrer do trabalho policial e se propagam pela doutrina, como um conjunto que serve de base para a construção de um novo “eu” policial.

Dentre todos os mandamentos, o quarto, “espírito de corpo”, gerou-me um estranhamento imediato. Segundo Storani,

o espírito de corpo, assim como o “espírito militar”, são representações sociais do “militarismo” que, juntamente ao lado de outros atributos, caracterizam a identidade adquirida ou incorporada nos processos de socialização da instituição militar. (STORANI, 2008:31)

O *Corpo-Arma*, conforme já apontado, é uma categoria importante, pois grande parte do treinamento se dá por meio de um disciplinamento dos corpos. Os corpos individuais se moldam para formar o corpo do Bope, que por sua vez, é imbuído de um outro espírito. A chamada “doutrina do Bope” está diretamente relacionada à essa disciplina dos corpos e do corpo-batalhão e se traduz em ensinamentos práticos propagados de diversas formas.

De acordo com os policiais, a doutrina preserva e molda o comportamento:

O policial é a ponta de toda a estrutura organizacional, sendo assim, seu comportamento deve ser verdadeiramente padronizado. Os padrões de

postura e compostura, legalidade e honestidade têm parcela expressiva junto à comunidade. (Passagem da doutrina da ROTAM)

A doutrina, também chamada de “Bíblia dos policiais”, determina como cada um devem ou não agir em uma operação.

Segundo o Dicionário Etimológico Nova Fronteira, o termo “doutrina” tem origem latina e significa “ensinamento”. De modo geral, é o conjunto de princípios de um sistema filosófico, religioso, jurídico, etc²¹. O que nos interessa é que a doutrina do Bope é um cruzamento particular de sentidos religiosos, jurídicos e militares.

Em um sentido jurídico, “doutrina” é considerada “fonte do direito” e pode ser definida por um ato de vontade do soberano, inferida pelo conjunto de decisões judiciais que formam a jurisprudência ou por meio de um especialista que escreve a respeito.

No caso militar, o termo se refere, sobretudo, a uma série de procedimentos consolidados pela experiência de combate. São, portanto, doutrinas práticas.

Atualmente, o Batalhão oferece periodicamente cursos de especialização e um dos primeiros requisitos à participação é o voluntariado. A depender da especialidade, os cursos podem durar de dois a três meses, durante os quais o candidato passa por diferentes avaliações físicas e psicológicas: “é um treinamento rigoroso e não forma mais de 20 policiais” (Policial Militar, Capitão, 2017).

Durante os primeiros anos, todos os cursos de formação eram realizados em outros estados e eram oferecidos cursos de várias especialidades. Realizei, portanto, entrevistas com policiais que possuem uma formação realizada em diferentes estados brasileiros. Alguns dos lugares mais mencionados foram as Polícias Militares de São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro.

Desde o primeiro contato, o comandante me explicou a história do batalhão, como este funcionava diariamente e quais as funções e especialidades existentes. Logo ele pontuou a importância do curso de formação para que eu

²¹ CUNHA, Antônio Geraldo. Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira. 2ª. Edição, 1986.

entendesse o funcionamento do batalhão e, imediatamente, passou a discorrer acerca de suas impressões do curso:

Eu me surpreendi. Eu imaginei que fosse uma coisa e foi uma coisa muito pior, porque é muito rigoroso, tanto no aspecto físico como no aspecto psicológico. O candidato que nós chamamos de aluno, o policial que está sendo instruído, ele recebe não só aquela carga de conhecimento técnico, mas também ele é condicionado para a missão que ele irá desempenhar, por exemplo, o curso do choque. Ele tem que estar habituado àquele tipo de missão, desgaste físico, disciplina, espírito de corpo, resistência, fadiga (...) Em um assalto com refém, por exemplo, esse policial pode passar três ou quatro dias numa mesma ocorrência". (Policial Militar, Capitão, 2017)

Nas demais entrevistas, os policiais se referiam ao curso para explicar como é ser um policial das Operações Especiais. O primeiro aspecto evidenciado foi a rigidez do curso e o sofrimento físico e mental que compunham as atividades, o que implica um esforço para que o aluno consiga cumprir as exigências. Nesse contexto, a categoria “esforço” era mencionada, juntamente com as noções de “sacrifício” e “superação”. Entendo que essas três categorias definem o modo de atuação e a dinâmica do curso.

A expressão “superar o próprio limite” carrega uma das principais experiências desse curso, segundo os interlocutores. Outra ideia importante nas entrevistas foi que o Bope pretende “a excelência no desempenho profissional” e que na função do trabalho de um bopeano “não há espaço para o erro”.

“Esforço”, “superação” e “sacrifício” são, portanto, três conceitos-chave que tanto justificam a adesão ao Bope quanto descrevem a experiência dos cursos e do ritual de passagem. Um aspecto importante desse ritual é que ele fornece uma gramática para a experiência, ou seja, há uma divisão em fases.

O autor Van Gennep (1978) fala em *ritos de separação*, *ritos de margem* e *ritos de reagregação*, indicando que estas são fases presentes em todos os ritos, embora cada um enfatize alguma delas. Turner (1974) fala em *ruptura*, *crise*, *ação reparadora* e *cisma* ou *continuidade*. Discorre também sobre rebaixamento dos poderosos e inversão da estrutura para sua posterior sagração. Esses conceitos se aproximam da discussão de *mortificação do eu*, de Goffman (2005), que, porém, está mais relacionada à performance da vida cotidiana, mesmo quando trata de instituições totais. Turner trata de *performances extraordinárias*, o que

permite refletir sobre o jogo entre o extraordinário e o cotidiano, ao combinar as perspectivas desses autores.

O sacrifício e o sofrimento marcam muitos ritos de passagem, pois os iniciados costumam ser submetidos a agruras físicas e psicológicas, uma vez que os processos rituais requerem sacrifício no sentido de resignação. A superação, no caso dos iniciados no Bope, está relacionada a extrapolar os limites do corpo e da mente que antes os policiais achavam impossíveis e que, segundo eles, vai se dando gradualmente mediante os diversos testes de resistência que são aplicados.

O curso, no primeiro momento, foi difícil, porque aqui o primeiro dia de curso é considerado um dos mais difíceis, onde você de fato é testado, onde o seu físico é testado, seu psicológico é testado, e nós passamos realmente por esse teste: de frio, de fome, de carregar material, de ser ágil, de pensar rápido, de ser unido, de desconstruir tudo aquilo que a gente já pensava, que a gente imaginava, que a gente vivia, que a gente viveu, e reconstruir uma nova pessoa, reconstruir um novo pensamento, reconstruir uma nova mulher, uma nova profissional (...) Eu me desconstruí e me construí uma nova pessoa e uma pessoa melhor. (Policial Militar, Soldado, 2017)

O curso é apontado como uma lição de vida que marca a construção de uma nova pessoa. Na dinâmica da formação, além dos testes físicos, são realizados testes psicológicos para examinar as características da personalidade e investigar se os princípios do “novo” policial estão alinhados com as diretrizes dos mandamentos.

O processo de padronização de comportamentos, de princípios, a disciplinarização dos corpos e os novos valores são incorporados nesse processo de ressocialização dos policiais. Não por acaso, eles denominam “irmandade” o que os liga e integra ao Bope, tanto inicialmente, durante o curso de formação, quanto posteriormente, na rotina diária do batalhão.

Por isso nós falamos que vivemos uma “irmandade”, porque todo mundo sabe o que cada um passou no curso, todas as dificuldades e todos esses valores, então se o policial chegou ao final é porque ele aprendeu pelo menos um pouquinho daquilo que foi ensinado para ele. A irmandade começa na seleção, no curso. Os policiais veteranos, que já estão aqui, passam o curso todo estudando quem é quem. [Um] policial [pode ter] o perfil, porque muitas vezes [...] possui o preparo físico acima

da média, excepcional, mas em alguns aspectos ele não preenche alguns requisitos como o controle emocional, por exemplo [e] tem que ter controle emocional muito grande em qualquer uma das especialidades. Temos que ter sim o preparo físico acima da média, mas temos que ter o controle emocional, a agressividade controlada, disciplina, iniciativa, espírito de corpo, versatilidade. [Muitos] aspectos (...) são trabalhados no curso. (Policia! Militar, Capitão, 2017)

De acordo com os entrevistados, portanto, existe uma “irmandade” entre os policiais baseada na interação a partir da natureza do trabalho. Há uma exigência de que todo o trabalho seja realizado em grupo e, por isso, a noção de irmandade é importante: ela mantém a consciência do trabalho coletivo e colabora para o sentimento de unidade.

Os interlocutores ressaltaram que a “irmandade” se inicia durante o curso, através do reconhecimento e compartilhamento de dores, sofrimentos e superações. Os valores parecem se materializar e se fortalecer a medida que se constrói essa irmandade e suas marcas compõem a essência do trabalho diário da corporação tornando-se a base do trabalho coletivo. A irmandade envolve, assim, uma ampla gama de elementos religiosos. No decorrer dos dias de formação, todos os policiais expressaram o pensamento em desistir:

Pensei em desistir várias vezes. Faz parte. Só que existe um monte de coisa por trás. Existe a família que está confiando na gente [e] isso motiva; existem os companheiros que estão no curso dando força um para o outro e isso é muito legal, porque a gente vai construindo isso durante o curso. Depois que acaba o curso continua a relação de amizade”. (Policia! Militar, Capitão, 2017)

As motivações apontadas para a não desistência são inúmeras. A principal delas foi a família, juntamente com os diversos investimentos financeiros, emocionais e profissionais que efetuaram ao se inscreverem em um curso de formação. Eles também comentaram o peso e a importância do curso como um “rito de (re)nascimento”.

Uma pessoa bem melhor! Uma profissional bem melhor, porque o curso não dá só a você uma oportunidade de uma especialização técnica, ele te dá oportunidade de repensar diversos atos, diversas formas que você tinha de agir, tanto dentro da sua casa como dentro do seu trabalho, como seu público alvo. [...] O nosso público alvo é um público que tá [com um] problema, né? Ele espera que a solução venha de você, que

“você chegue numa determinada ocorrência pra oferecer a esse cidadão uma solução. E o curso te ensina (...) a agir de diversas maneiras e diversas formas, com os diversos públicos. Porque você sabe que cada cabeça aqui é um universo. E no nosso universo a gente tem mais de um bilhão de universinhos que você tem que gerenciar ali. E o curso foi me ensinando isso, passo a passo, na teoria, na prática, a como lidar [com as] diversas situações que foram montadas aqui pra gente, que se aproximavam muito da realidade. Seja em rebelião em presídio, desinterdição de via e nas demais situações”. (Policial Militar, Capitão, 2017)

Todos os policiais entrevistados falavam sobre o “antes” e o “depois” do curso, destacando a nova consciência e o novo ser que se tornaram. Eles mesmos se reportaram a uma espécie de renascimento, de um novo “eu”; de uma postura inicial transformada em uma nova postura considerada “exemplar” e que deve demonstrar autoconfiança.

Todos esses aspectos, em especial o sentimento de pertencimento a um coletivo, levam ao desenvolvimento de uma “irmandade”, produzindo e, ao mesmo tempo, solidificando a identidade de bopeano. E, como qualquer grupo nessas condições, o Bope tende a racionalizar posições, construir fundamentações auto-justificadoras e ideologias a partir dos códigos e conhecimentos compartilhados durante o curso de formação, o que se materializa e se fortalece na socialização diária do batalhão.

O curso de Choque Ligeiro mostrou aspectos da formação policial essenciais para entender os rituais que seus integrantes vivenciam, tais como a intensa vigilância e controle institucional. Nesses cursos os alunos estão constantemente submetidos a julgamentos por cada uma de suas ações, sendo observados em cada detalhe.

O controle de atividade é exercido pelos coordenadores dentro e fora da sala de aula. Por exemplo, um aluno que estava em formação foi visto circulando pelos espaços do batalhão após o horário do curso. Ele foi punido por estar andando pela instituição sem estar posicionado em seu lugar de aluno. Essa situação mostra a facilidade que os instrutores encontram para poder vigiá-los a cada instante.

No curso, todos os alunos se sujeitam às mesmas obrigações num lugar determinado, mas, ao mesmo tempo, eles se deslocam todo o tempo, numa série de posições que marcam uma hierarquia.

A dominação do corpo só é possível por meio da submissão disciplinar, pois a cada etapa descrita nos dias de formação, o corpo é aperfeiçoado até ser transformado em um *Corpo-Arma*, com habilidades que o torna mais obediente. O corpo humano entra, portanto, num estado próximo ao de um instrumento de poder. Isso se torna mais forte de acordo com o trabalho exercido sobre o corpo, através da manipulação calculada de sua personalidade, de seus gestos e todos os seus comportamentos.

A disciplina aumenta as forças do corpo (FOUCAULT, 1987:119) e também produz corpos submissos. Para fazer-se valer seu poder e autoridade, o policial deve passar pelo ritual de transformação do corpo e da mente. O poder separa o policial comum, de antes, do bopeano e cria uma outra natureza que lhe sobrepõe, ou até mesmo substitui. A disciplina cria corpos e mentes, exercitando suas habilidades e ideias.

Trata-se, enfim, do efeito esperado pelo poder disciplinar do corpo trabalhado arduamente. Desse modo, o *Corpo-Arma* se dá a partir do momento em que são institucionalizadas não só as regras de trabalho, mas também as regras de comportamento, regras morais que fazem com que as pessoas adentrem determinado padrão.

A partir do treinamento e das repetições, é organizado o uso correto do tempo, estabelecendo-se horários rígidos de trabalhos repetitivos. Dessa maneira, o corpo é rearranjado e submetido para se tornar um corpo ideal. O poder da instituição age em cada indivíduo e molda seus corpos, de modo que o bopeano torna-se um profissional sem folga ou, nas palavras dos interlocutores, “policial vinte e quatro horas”.

A disciplina não é simplesmente uma forma de criar os *Corpos-Armas*, mas de compor forças para obter um policial eficiente, testado a até à máxima exaustão. O exercício constante exige uma máxima eficiência do policial. Nessa perspectiva, é preciso mais que esforço para concluir a formação: é necessário o sacrifício. Este, apropriado pela disciplina, ganha a finalidade de aproveitar ao máximo todas as potencialidades do corpo policial.

Portanto, formam-se corpos altamente especializados e com capacidade de desempenhar as mais variadas tarefas. As potencialidades desenvolvidas nesses corpos podem ser utilizadas de forma quase imperceptível, quando, antes mesmo de fazer uso de armas, um corpo policial impõe seu poder sobre o corpo

do outro. Ainda, tais corpos podem ser usados como uma arma altamente letal, pois o soldado é treinadamente mais mortal e obedece ordens mais prontamente.

O policial aprende a elaboração temporal de cada ato, cada fala, cada gesto no seu devido tempo. Quando tornam-se bopeanos, ganham outro grau de precisão dos gestos e dos movimentos, onde são ajustados a imperativos temporais, em que o corpo não pode estar inclinado para o lado direito e nem voltado para o lado esquerdo.

Lentamente, aparece uma exigência nova: a disciplina, onde todos estariam submetidos à mesma observação e a mesma sanção normalizadora. A disciplina atua, portanto, como um tribunal, impondo penas leves e severas.

Uma vez que a disciplina visa a correção, as punições atuam enquanto exercícios. No curso há uma hierarquização: as qualidades, as competências e as aptidões. Ou seja, a disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções, que permitem a construção de hierarquias e lugares, e pune rebaixando pessoas.

O produto final de todas as técnicas disciplinares reúne a vigilância, a sanção, o controle de tempo e de espaço; enfim, uma forma de classificar, punir e corrigir. O poder disciplinar é exercido através de elementos significativos do comportamento e da linguagem corporal.

CAPÍTULO III - MATAR OU MORRER

1. O universo simbólico do Bope

As entrevistas realizadas durante o curso de formação dos candidatos ao Bope permitiram identificar representações fundamentais para a construção da noção de “irmandade” presente entre eles, fortemente baseada em símbolos que expressam força.

Os agentes do Bope compartilham valores que são reforçados por seu universo simbólico, o qual gira em torno do enaltecimento do trabalho policial e sustenta muitos de seus discursos. Através de certos símbolos, utilizados diariamente, evidencia-se que os policiais do Bope se percebem como um grupo social e uma instituição.

Os discursos em questão demonstram uma gama de sentidos e entendimentos sobre eles próprios e os outros. Eles têm de significação e legitimidade a atividade policial, por meio de certas imagens que apresentam à sociedade e a si mesmos. (SIRIMARCO, 2013:32)

Como quaisquer discursos, esses também envolvem disputas de sentidos quanto ao que é ser um policial do Bope, bem como interpretações de como deve ser sua atuação na sociedade. Há leituras específicas do mundo social que são coletivamente compartilhadas, embora jamais produzam um *sentir coletivo* homogêneo. Assim, relatos institucionais que pretendem dar-lhes forma não podem ser uma arena de disputas (SIRIMARCO, 2013:33).

Tomei como referência para estas análises a perspectiva de Sirimarco (2013) de que relatos institucionais condensam significados, contam uma história que todos julgam compartilhada, instituem uma gama de sentidos que deverão ser traduzidos em entendimentos totais e dizem “quem” e “como” se é, tanto aos pertencentes como aos não pertencentes ao grupo. (SIRIMARCO, 2013:31).

O uso da categoria *relato institucional* me ajudou a pensar o campo através de um discurso constituído por uma diversidade de elementos, pois o *relato institucional* integra variadas formas comunicativas, inclusive registros visuais e corporal. Assim, observei que o universo simbólico do Bope ressalta certos elementos, como a religiosidade, o uso da farda preta e a imagem da caveira, os quais evidenciam sentidos do que é ser um policial bopeano. Ao

mesmo tempo evitam-se certas circunstâncias de conflitos e violências internas, camuflando-as em discursos aparentemente homogêneos, que não mostram o entrelaçamento de algumas vozes dos policiais em diferentes hierarquias e posições de poder.

Dessa forma, na instituição policial, a apreensão da realidade social é marcada por um *sentir coletivo* e, no Bope, uma das formas coletivas de representação, conforme mencionado, envolve o uso da farda preta, da caveira e da oração.

2. A farda preta

O uniforme é a marca distintiva de um policial, por ser a vestimenta utilizada diariamente no exercício da função. A farda preta marca a imagem dos policiais do Bope e seu uso desencadeia múltiplos significados. Expressa, inclusive, a importância do uso da força diante da sociedade. Nesse sentido, a farda é uma ferramenta que permite separar a “pessoa civil” do policial de sua “pessoa militar”. Seu uso autoriza ou desautoriza práticas e comportamentos de tal modo que, nesse jogo entre “pessoa” e “farda”, não é tão fácil distinguir quem é quem.

Sirimarco analisa a farda como uma investidura social, apresentando-a como um dos aparatos institucionais mais estimados para força policial. É na vestimenta policial que se expressa a valorização das trajetórias de cada policial na corporação.

A construção da farda nesses termos a transforma em um relato institucional, pois em torno dos símbolos que encarna se constrói um entendimento tanto do indivíduo que a veste como do grupo ao qual ele pertence. É nessa veiculação de entendimentos não só profissionais como também morais que reside seu sentido de relato. Debruçar-se sobre essa figura narrativa - sobre os elementos que tanto a constroem quanto a tensionam - é debruçar-se, conseqüentemente, sobre os significados com os quais a instituição policial pretende apresentar-se. (SIRIMARCO, 2013:34)

A padronização do uniforme é realizada de forma a evitar que haja dissonâncias e, ao mesmo tempo, visa identificar cada um.

No curso que acompanhei, tudo devia ser rigorosamente igual, de forma a nivelar a turma. Quando um policial estava vestido sem algum item do uniforme, ele era repreendido. Tais medidas objetivavam, segundo o Coordenador, a padronização do uniforme e dos equipamentos, para que ninguém se distinguisse dos demais. O “padrão” determinado pelo uso da farda e por seu arranjo impecável servia para estabelecer uma espécie de igualdade entre os diferentes, ao mesmo tempo que, dentro de um certo padrão, também estabelecia diferenças entre os membros do mesmo batalhão.

Ao usarem a farda preta, os policiais do Bope parecem se sentir confortavelmente representados. Eles mantiveram essa cor de farda mesmo quando o uniforme preto foi substituído pelo verde camuflado. Seu uso uniformiza o pertencimento à mesma instituição e demarca fronteiras morais entre o que é “permitido”, “apropriado” e “ilegítimo” para o grupo.

As interpretações a que tive acesso, em torno do uso da farda, de seus significados e das imagens que transmitem, apontaram para a farda como sinal de sacrifício, honra e *status*.

“Sacrifício”, porque é penoso para o policial a trajetória do longo do curso de formação: corpo e mente sofrem para que um “simples” policial se torne um novo policial bopeano. Outra noção de “sacrifício” se refere ao risco de morte que um policial do Bope enfrenta, dadas as especificidades de sua função, o que compõe com a ideia de “herói em cumprimento do dever” e “na luta contra o crime”, a fim de proteger a sociedade.

As marcas morais passam da farda para a pessoa como uma segunda pele, ou melhor, como uma extensão da própria pele, pois a vestimenta, ao mesmo tempo em que cobre, também descobre o corpo, dando indícios daquilo que se é. Como se une ao indivíduo, indivíduo, farda e pele constituem um todo.

Assim, enquanto superfície do corpo, a farda se transforma em uma *pele social*, plena de signos e significados, o que permite à instituição policial imprimir seu relato institucional nos corpos individuais. Não se trata, portanto, somente da adoção de uma vestimenta, mas da aprendizagem de uma nova singularidade corporal, pois o traje imprime nos corpos novos padrões que, antes de tudo, são morais.

A vestimenta compele o policial a adotar novas posturas e ele precisa aprender a se portar, socialmente, usando camisa, calça, botas e acessórios.

(...) adentrar nos sentidos que giram numa espécie de rodadoiro e se sedimentam em torno da figura da farda *policia* torna-se uma maneira de começar a tematizar, a partir dos fluxos de sentido que fervilham sob ela, os modos concretos como instituição e indivíduos têm de pensar-se. (SIRIMARCO, 2013:35).

A consideração da farda enquanto transmissora de sentidos implica concebê-la como ferramenta de trabalho e também como um recurso a partir do qual se desempenha o ofício policial. Os corpos e “a corporação” vestem a farda sempre de forma impecável, a fim de que baste a sua presença para provocar diversos sentimentos no público, desde a simpatia, impressionando favoravelmente pela forma de se apresentar, como o medo e desconforto diante da ostentação do poder e da força.

A imagem do batalhão é alcançada a partir da boa imagem de seus membros, o que depende da boa imagem de seus trajes, postura corporal e armamentos. Ocorre, assim, uma certa admiração por parte da população amapaense pela harmonia entre os corpos físico, moral e institucional.

A honra também está relacionada ao uso da farda, pois, ao vesti-la, os interlocutores expressam sentimentos de orgulho pela instituição e de pertencimento a ela. Acredito que, dos índices físicos, derivam propriedades morais, tanto que usar a farda amarrotada torna-se causa de desconsideração e sinal de desleixo. Já a farda impecável é lida como prova de integridade moral.

A farda preta faz parte de uma estratégia de trabalho, para impor respeito e expressar autoridade perante os civis e mesmo entre os policiais. Ela se torna um mecanismo de dissuasão, um instrumento de coação e de temor, sendo esse conjunto parte do método no qual se baseia o bom desempenho da função policial (SIRIMARCO, 2004:36).

A farda preta também indica *status*, por diferenciar o policial bopeano dos cidadãos comuns e dos demais policiais.

A farda policial também não se associa a um corpo imperfeito, portador de uma deficiência ou lesão que não se adeque à idealização da atuação esperada de um policial do Bope. A construção institucional dos corpos e da corporalidade bopeana, portanto, é de um policial saudável, forte e do sexo masculino, pois ser mulher em uma instituição masculinizada também pode ser sinônimo de um corpo imperfeito.

O discurso que valoriza a virilidade é onipresente na instituição policial e envolve uma linguagem de dominação e controle. A arma, o cassetete e as algemas se tornam elementos através dos quais o corpo policial expressa um determinado discurso de domínio.

As policiais mulheres enfrentam questionamentos por utilizarem a mesma farda que os homens. Policiais homens comentaram comigo sentirem indignação por haver no batalhão mulheres que passaram por um curso específico para elas, mas em nenhum momento questionaram o fato de alguns homens também virem de formações específicas em outros estados. Logo, mais do que formações, é o gênero que está operando como um forte marcador de diferença e de desigualdade.

Alguns acham que a farda se “mancha” quando é usada sobre corpos imperfeitos e há uma construção que delimita quem é apto ou não para carregar o *status* de policial do Bope fardado.

As mulheres policiais do Bope que, do ponto de vista de alguns, são pessoas incapazes de portar a farda, demonstram diariamente suas capacidades profissionais, mas é difícil para elas expressarem que o considerado falho em seus corpos advém do modelo masculino proposto pela instituição.

Formas de ocultamento dos corpos femininos, sob fardas talhadas para corpos masculinos não se relacionam apenas com estratégias de invisibilização do trabalho das mulheres policiais, mas também com experiências de desprestígio e de rejeição institucional por elas vivenciadas.

A farda, enfim, é considerada sagrada; logo, deve ser protegida da desonra e da vergonha. Esse aspecto religioso se expressa tanto em discursos, como nos símbolos cultuados pelo batalhão. Em uma parede, vi registradas orações que expressam como deve ser devoto um policial das operações especiais, e quais seus valores fundamentais.

3. Orações do Bope

Senhor Deus, vós que tudo comandais
Vós que guiais teus soldados
Pelo caminho da dignidade e da vitória
Dai-nos a força e a coragem para lutar

A perseverança dos bravos
A humildade dos heróis
E a fé que nos torna invencíveis.
Concedei-nos também, Senhor,
No fragor do combate,
Quando grande for a tormenta em nossos corações
A tua incomparável honra,
A tua infinita justiça
A tua fiel lealdade
Para que o mal sucumba
Para sempre diante de nós
Amém.

Oração do Combatente

Senhor Deus!
Vós que avançais por caminhos intransponíveis,
Que percorreis por trilhas estreitas e difíceis,
Concedei a nós,
Cavaleiros do Século do Aço,
Guerreiros audazes na busca da paz,
O destemor no combate,
A perseverança frente aos inimigos,
A astúcia diante do perigo
E a fé na vitória e na justiça.
Obrigada Senhor!
Por ter nos concedido a força,
A resistência,
E a habilidade que um ser humano comum não possui,
Pois só os fortes de espírito aqui conseguem lutar
Amém!

Conseguí perceber, no convívio com os bopeanos, que eles são devotos à Deus e, de alguma forma, pedem proteção divina. Ao mesmo tempo, como é

possível ver na oração, eles se entendem como “soldados de Deus” e cumpridores dos desígnios divinos.

Há uma relação entre “Deus”, um “propósito divino” e o papel de “soldados de Deus”, que se mistura tanto na condição do herói romântico quanto na de anjos salvadores e guardadores de um bem-estar coletivo.

Além disso, a relação dos policiais com a religião é expressa constantemente através da afirmação de que os policiais do Bope são instrumentos de Deus na Terra, sendo as orações uma forma de pedir amparo para que possam exercer um trabalho heroico.

A instituição policial compele os seus membros e os de fora a dirigirem o olhar para o herói que é construído em cada policial do Bope. Ao fazer isso, a instituição nos diz o que olhar e o que ler a partir do que vemos.

Além disso, outros símbolos são considerados sagrados, como o carro de patrulha, que não pode ser tocado por ninguém além dos policiais em serviço. A viatura é o que move o coletivo institucional e, qualquer toque indevido nessa espécie de escudo coletivo, é considerada uma mancha na imagem de força contida no popularmente chamado “caveirão”. Essa viatura dos policiais do Bope consagra os sujeitos que estão em seu interior e, portanto, não pode ser desonrada com toques que sujem sua integridade ou que resultem em inconvenientes para o bom desenvolvimento do trabalho policial. O carro, portanto, não pode ser usado para quaisquer eventos, em quaisquer lugares ou em atividades alheias à atividade institucional.

Por fim, vale salientar que as reflexões desenvolvidas neste item não têm a pretensão de constituírem uma verdade absoluta, mas foram balizadas nos discursos de alguns dos policiais entrevistados. Contudo, diante da complexidade dos elementos observados em campo, bem como das limitações próprias a uma dissertação de mestrado, percebo que a relação dos policiais com elementos religiosos pode ainda ser aprofundada, a partir de mais investimentos etnográficos e bibliográficos neste assunto específico.

4. Caveira

Vários são os símbolos através dos quais a instituição policial se representa. Um dos eleitos pelo Bope é a caveira.

Figura 8: Caveiras

Fonte: Fotografias tomadas pela autora.

O crânio perfurado por uma faca e entre duas armas de cano curto é o símbolo mais estampado e espalhado por todos os locais do batalhão. Paulo Storani (2008) explica que a unidade policial adotou esse polêmico emblema em 1980.

Um disco preto, representando o luto permanente, ornado por uma borda em vermelho, representando o sangue derramado em combate; no centro do disco se inscreve um desenho de crânio humano, representando a morte, com um sabre de combate o trespassando de cima para baixo, representando a vitória sobre a morte em combate; o conjunto é ornado por duas garruchas douradas cruzadas, que simbolizam, internacionalmente, a polícia militarizada. (Storani, 2008:42)

Dessa maneira, inicia-se a mística da unidade de operações especiais e, conforme uma declaração do subcomandante, a imagem da caveira representa a vitória sobre a morte. Ele explicou-me o seu significado histórico:

No período entre guerras, um capitão do exército britânico, ao chegar no campo de concentração, viu um crânio de um judeu em uma das mesas de um líder do campo. Ele disse que, a partir daquele momento, a vida iria se sobrepor à morte. Aí ele pegou o punhal e cravou no crânio. Cravou-o sobre a morte. A caveira demonstra que todos são iguais e, além da igualdade, indica a sabedoria, a vitória sobre a morte nas operações de alto risco [e também] o retorno para casa. Envolve toda essa mística. (Policial Militar, 2º tenente, 2017)

Usá-la como tatuagem é algo comum entre os policiais do Bope, conforme pude observar em um treinamento de natação. Quase todos os policiais da Companhia de Operações Especiais (COE) tinham a caveira tatuada no braço direito. Trata-se de uma marca da companhia. Tatuá-la implica registrar uma transformação, não apenas diante dos outros, mas para si mesmo.

Figura 9: Tatuagens

Fonte: Fotografias tomadas pela autora.

Debruçar-se sobre esse universo simbólico e seu alcance institucional foi um caminho adotado para analisar a narrativa do que é “a força policial”. A compreensão desse universo, visto como um sistema que possui coerência interna, só se torna clara se levarmos em conta os “locais” que os símbolos ocupam nos corpos, associando-os às mensagens contidas nas tatuagens.

A tatuagem, nesse contexto, é um código não aberto e não acessível a todos os membros da instituição, pois contém um segredo que é apenas compreendido pelos iniciados. Uma tatuagem em um contexto institucional configura, na perspectiva de Silva (1991), um sistema de comunicação especificamente articulado ao universo a que pertence

Nesta medida, podemos concluir que quanto mais visível uma tatuagem for – o que se define pelo local que ela ocupa no corpo de seu portador – mais ‘econômica’ ela será em termos da utilização de elementos

gráficos e mais 'enigmática' ela será em termos de seu deciframento.
(SILVA, 1991)

Podemos, assim, considerar as tatuagens como parte de um sistema de comunicação que se realiza no processo de visibilidade de uma mensagem inscrita na pele de seu portador.

As tatuagens de caveira identificam o pertencimento ao Bope. Elas apresentam contornos variados e algumas contêm aspectos regionais, como galhos e folhas que representam um policial que atua na Amazônia. Elas comunicam qualidades, características e poderes associadas à condição do policial bopeano.

Penso nesse sistema de marcas corporais como parte dos *ritos de passagem* em que operam mecanismos de transformação da pessoa em função de sua vivência institucional, sendo a tatuagem a expressão de um novo *status*.

Os policiais utilizam seus próprios corpos para inscreverem sinais que informam as condições de sua profissão e de sua subjetividade. E a própria instituição exige a utilização do corpo de seus agentes para se afirmar. As tatuagens são, portanto, intervenções de caráter permanente que, associadas a técnicas corporais, anunciam para a sociedade o resultado de um ritual de passagem que constrói policiais especiais e privilegiados.

Disto, concluo que o Bope exhibe nos corpos de seus membros a sua própria identidade e as marcas de sua disciplina.

Além das tatuagens, outros símbolos relacionados à demonstração de força são importantes para o entendimento do que é o Bope. Apresentaram-me, por exemplo, um sino utilizado nos cursos de formação. Quem desiste e “pede para sair” tem que tocar o sino. Percebi, portanto, que esse instrumento representa o fracasso de quem não finaliza o curso. Em outro momento, especificamente durante os jogos internos do Bope, a companhia vencedora receberia o prêmio, que também é o sino, agora ressignificado e passando a simbolizar a vitória e a resistência.

Aqui é cheio dessa mística e desse valor. Cada companhia tem seu valor, possui sua frase de motivação, uma oração, é todo um simbolismo que existe por trás disso tudo. (Policial Militar, 1º Tenente, 2017)

O sentimento de irmandade que conecta os policiais do Bope, inicialmente durante o curso de formação e, posteriormente, na rotina do batalhão, parece se materializar no símbolo da caveira, também presente no brasão do Bope, que pode ser visto como uma espécie de *totem* do grupo.

Os policiais do Bope incorporam articulam e produzem narrativas sobre o heroísmo, especialmente a partir de discursos contra o tráfico, os quais são mobilizados para legitimar a atuação violenta dos policiais e justificar mortes. Em função do tráfico, as mortes de civis por policiais no Amapá são amplamente aceitas como proteções contra um mal a ser combatido. Muitas dessas mortes são silenciadas e justificadas a medida que, nas instituições do sistema de justiça, inquéritos a elas relacionados são arquivados antes mesmo de virarem denúncia.

5. Violência, intersetorização ou excesso policial?

Este item tem por tema a análise das representações sociais dos policiais acerca da noção de “violência policial”. As entrevistas foram o principal material coletado e analisado. Para interpretar seu conteúdo, articulei-as com os meus comentários e os dos policiais, registrados em diários de campo, assim como com os referenciais teóricos.

O senso comum, a mídia e também análises de cunho acadêmico têm revelado grande consenso ao insistir no caráter violento da atuação policial, além de enfatizar que essa violência é o estopim para outros tipos de violência protagonizados pelo cidadão comum, numa resposta em cadeia que se converte em uma espécie de círculo vicioso. (PORTO, 2004:133)

O crescimento da violência contra policiais foi utilizado por eles como uma explicação para a também crescente violência policial. Alguns entrevistados expressaram que a sociedade brasileira é violenta e que a população se arma cada vez mais.

Todos os batalhões enfrentam a questão da violência. Eles lidam diretamente com a violência. O mais grave é o homicídio por intervenção policial. É o homicídio onde o agente do crime agrediu a equipe, muitas vezes atirando, e há a necessidade da equipe revidar, dentro do seu cumprimento legal, para salvar a sua própria vida e a da população. Na tua pesquisa você vai achar que o Amapá está com um número elevado

[de mortes em operações policiais]. Ano passado saiu esse dado. É importante avaliar esse dado de modo proporcional. Pelo número de habitantes, de fato, o Amapá está na frente, mas se você for olhar a quantidade de pessoas que morreram em Belém, tu vais ver que o número é discrepante. Eu atribuo isso à criminalidade, que está mais ousada. Nós temos uma série de mecanismos que, ao invés de ressocializar, faz com que ele aprenda mais dentro do crime. (Policia Militar, Major, 2017)

Há [uma] sensação de impunidade. (...) o criminoso vê que não está acontecendo nada, que ele cometeu um crime e continua na rua, graças à lei. A legislação não corresponde à nossa realidade. Não se teme mais o Estado. O criminoso não vê o policial como um agente da lei. Ele quer agredir. (Policia Militar, 1º Tenente, 2017)

Essas narrativas buscam organizar e dar sentido ao fenômeno da violência vivida pelos próprios policiais. Eles definem como violento o contexto no qual se desenvolve a atuação policial. Consideram, sobretudo, que a violência por parte de policiais acontece porque estes são ameaçados por infratores. Também acreditam que a sensação de impunidade possibilita que o “criminoso” agrida a equipe policial. Dessa forma, analisam a violência policial como resposta à violência social.

A sociedade espera do batalhão a última resposta. (...) Quase sempre a população prefere que o Bope esteja na posição, atuando. A gente vai e resolve para não correr o risco de dar problema. Então o que a população espera, do meu ponto de vista, é a gente conseguir fazer o que tá fazendo. Infelizmente, alguns policiais acabam tendo a visão de justiceiro: “(...) aquele vagabundo tinha que morrer mesmo”. Mas, a realidade é que, infelizmente, o infrator revidou contra a polícia. (Policia Militar, Major, 2017)

A instituição parece buscar inimigos, razão pela qual passa a ver certos cidadãos dessa forma, criando distinções entre cidadãos e policiais. Segundo um entrevistado, ele se sente indignado por policiais serem julgados por tribunais civis, quando matam ao cumprirem uma missão. Este e outros interlocutores parecem ter a convicção de que policiais não são também cidadãos.

Por “missão”, há um entendimento de algo que está acima da lei e, algumas vezes, até mesmo contra a lei, a medida em que respeitar a lei é se ver impossibilitado de cumprir determinados deveres. Tal convicção encontra, de algum modo, apoio de segmentos da população civil, que consideram legítima a

violência quando está em jogo a vida do policial no combate à criminalidade. Segundo um entrevistado: “O inimigo não se subordina a nenhuma legislação, [logo] ele não deve ser amparado pela constituição brasileira”. Perante alguns inimigos, “a criminalidade chegou a tal ponto que seria absurdo o policial cumprir as normas legais”. Nessa mesma direção, esse entrevistado acredita que, como último recurso para garantir a ordem social, ele deve usar o poder das armas.

Na prática, os policiais se percebem protegidos por uma cultura institucional que inclui a violência como um caminho possível para conter a própria violência. Assim, eles conferem ao exercício da violência o sentido de cumprimento do dever. A adesão policial às normas legais varia de acordo com o perigo a que eles se sentem expostos.

Aqui temos informações de pessoas, (ele se corrige) de infratores que alugavam armas de fogo por 100, 200 reais. Perder essas armas numa abordagem policial, pra eles, é uma questão muito complicada. (...). Então a pessoa prefere trocar tiro (...) pra não perder essa arma pra polícia militar. E infelizmente o que tem acontecido? Os nossos infratores têm revidado muito contra a polícia. E a gente não pode correr o risco de ser lesionado por isso. Se eles (...) insistem em revidar, a gente vai dar resposta proporcional à nossa agressão, (...). [Entre] chorar a minha família ou a do bandido, eu prefiro que seja a do bandido. O que não pode é um polícia, no exercício do seu dever, não voltar pra casa. (Policial Militar, 2º Tenente, 2017)

Alguns entrevistados argumentaram que a violência que certos dirigentes detectam nas práticas dos profissionais da segurança não é inerente às corporações, mas um efeito, um desdobramento ou uma consequência da cultura e da sociedade à qual pertencem; ou seja, trata-se de algo que tem origem externa à organização policial.

A rapidez, a eficiência e a agilidade da atuação do Bope fazem do policial desse batalhão um herói garantidor da ordem. Isso é atribuído, segundo alguns entrevistados, pelas expectativas da própria sociedade:

“Quantas e quantas vezes, nós somos chamados para bater em alguém, não importa se é para solucionar um caso ou não. Às vezes as pessoas não querem solucionar um problema, e sim querem que a polícia bata em alguém”. (Policial Militar, Capitão, 2017)

Esse entrevistado conclui que, se o comportamento do Bope não fosse aceito socialmente, o batalhão já teria sido desmontado.

Na realidade, eu não diria ‘violência policial’, mas eu diria ‘violência da sociedade’, porque como eu falei pra você, a gente tem os três triângulos: legal, moral e ético. Se não tiver eu vou me acabar na justiça, porque de uma forma ou de outra a justiça vai verificar que houve um excesso por parte do policial. Então, realmente, nós tivemos uma série de letalidades em confrontos de bandido com a polícia. Várias dessas ocorrências foram lá com o nosso batalhão, o batalhão que eu estava à frente, e isso me causou também muita estranheza, porque até então a gente não tinha se deparado com fatos tão corriqueiros de troca de tiro com bandido. Mas e aí a culpa cai pra quem? Pra cima do policial! Foi o policial que atirou e causou a letalidade! (...). Por outro lado, nós não temos nem um policial condenado por um excesso, ou que esteja preso [...] nós temos os laudos periciais, a perícia vai ao local e vai dizer se houve ou não um confronto, se aquela situação foi armada pelo policial, (...) mas [há muita] audácia de bandido em enfrentar policial. (Policial Militar, Capitão, 2017)

A expressão “excesso” foi muito mais utilizada pelos policiais que “violência policial”, assim como “intervenção policial”. Os entrevistados afirmam conhecer o caráter violento da atuação policial, sua cultura autoritária, mas estão convictos de que, para a polícia mudar, a sociedade também terá que se modificar. A principal causa da violência está, portanto, segundo vários depoimentos, radicada na sociedade, sendo a violência policial um efeito da violência social.

(...) o que nos chega aqui nos boletins de ocorrência (...) [revela] que (...) estão morrendo (...) criminosos de alta periculosidade. (...) Então, se chega a Polícia Militar para efetuar a prisão (...) [eles] (...) não têm mais nada a perder. Então, como eu te falei, há uma reação por parte desses indivíduos. Mas, isso daí é uma coisa que tem que ser analisada. (Policial Militar, Major, 2017)

Enfim, os policiais afirmam que a letalidade só acontece quando são agredidos por pessoas de alta periculosidade ou percebem que sua vida corre risco.

Outra colocação dos entrevistados refere-se ao controle da agressividade. Eles afirmam que, para evitar a violência, o policial tem que ter o controle pleno de sua própria agressividade ou manter sob controle seus pensamentos e

sentimentos: “o policial necessita parar um pouco de sentir” para realizar seu trabalho.

Os entrevistados, de um modo ou de outro, sugerem que eles próprios são vítimas de violência e de sofrimento psíquico, devido às especificidades envolvidas no seu trabalho. Eles reconhecem que os treinamentos, assim como a rotina profissional, produzem um acúmulo elevado de estresse que, muitas vezes, se libera de forma também violenta.

Policiais mulheres declararam que podem estar reproduzindo, entre elas, uma “lógica masculina”, como forma de se defenderem das pressões advindas de um “princípio de virilidade”. Os homens, por sua vez, também parecem pressionados por premissas de gênero que atravessam a realidade do trabalho policial. O grupo, por exemplo, questiona a orientação sexual do policial que se recusa a participar de rituais de violência, pressionando-o a cometê-la como prova de virilidade. Consequentemente, a capacidade das mulheres é questionada o tempo todo. Isto comprova que as premissas de gênero se articulam tanto na constituição quanto no gerenciamento do sofrimento dos sujeitos.

A socióloga Julianna Denari, em “O batom na caveira” (2016), analisa os conflitos que as diferenças de gênero ocasionam nas diversas esferas que compõem a instituição, bem como os discursos acerca da atuação das policiais militares na Polícia Militar de São Paulo, a fim de compreender suas percepções de gênero. A partir da análise de experiências e trajetórias profissionais de policiais mulheres, ela conclui que as representações que envolvem a imagem da mulher na instituição passaram por um processo de transformação, pois antes estavam voltadas para o policiamento comunitário e o assistencialismo. Acreditava-se que, às mulheres, cabia lidar com conflitos, tais como brigas de família, e com assistência aos enfermos. Ou seja: prestar atendimentos em situações relativas ao ambiente doméstico, funções comunitárias menos valorizadas pela instituição. Sua pesquisa mostra que, aos poucos, as mulheres se inseriram no policiamento ostensivo, voltado ao combate ao crime, que, portanto, deixou de ser exclusivo de policiais homens. (DENARI, 2016)

Marcos Souza também apresenta, em sua tese “Sou policial, mas sou mulher” (2014), uma reflexão sobre gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo. Ele discute os aspectos objetivos e simbólicos que marcam o trabalho feminino em espaços masculinos. Sua pesquisa revela que, a despeito

dos avanços observados na trajetória feminina, como a recente unificação dos quadros masculino e feminino na Polícia Militar e a chegada de algumas mulheres a postos situados no topo da carreira, permanecem obstáculos a uma maior presença das mulheres em alguns setores da instituição, como nas unidades operacionais especializadas que se destacam como “guardiãs da memória institucional da Polícia Militar e de seus heróis”.

Neste sentido, ele observa que as mulheres policiais encontram-se empregadas, em grande parte, nos setores administrativos, sob o argumento de haver maior compatibilidade entre suas características físico-psicológicas e a natureza do trabalho interno, assim como a percepção de que a maior presença feminina no trabalho ostensivo possa representar o enfraquecimento da autoridade policial, particularmente junto a grupos criminosos. Se, por um lado, a imagem feminina na PM é constantemente utilizada para sinalizar o caráter moderno e democrático da corporação, por outro revela que muitos a sentem como uma ameaça, pois pode descaracterizar o “trabalho policial”, não apenas em virtude da suposta menor capacidade física das mulheres para enfrentar os desafios das ruas, mas sua inclinação “natural” para uma maior comunicação (SOUZA, 2014).

O treinamento dos e das policiais incita todos a participarem de algum tipo de violência, a fim de que provem, uns aos outros, que são capazes de ser mais fortes do que seus “inimigos”. Assim, os policiais, coletivamente, ridicularizam o medo e valorizam a violência, impondo certas regras de comportamento que excluem do grupo aqueles que demonstram o que é considerado como algum tipo de fragilidade.

Por essa razão, o policial, obrigatoriamente, mantém a aparência de possuir superpoderes, escondendo seus medos e demonstrando seu potencial violento e agressivo. Isto constitui uma premissa do grupo, que é construída cotidianamente nas distintas atividades do batalhão.

Desse modo, a violência aparece como um instrumento de trabalho, necessário e valorizado como uma prescrição pelo próprio Bope, uma característica identitária importante para a realização de suas atividades. Os policiais valorizam a possibilidade de serem tão violentos quanto os seus “inimigos”, o que deve constantemente ser provado no grupo e fora dele.

E ser violento se relaciona à noção de ser “herói”, relação fortalecida pela mídia, especialmente quando há casos que envolvem situações de extrema violência.

Observa-se que princípios relacionados à “não-violência”, presentes na teoria do curso de formação e em documentos doutrinários, são substituídos, no cotidiano, pela valorização do emprego da violência, especialmente quando “os alvos” são pessoas de camadas sociais menos favorecidas e minorias identitárias.

Durante as minhas observações, percebi que alguns entrevistados apresentavam um discurso significativamente diferente do que verbalizavam quando se encontravam em situação grupal, levando-me a pensar que certos conteúdos não são expressos diante do grupo por causa desses obstáculos morais que condenam ao silêncio público certos sentimentos e emoções.

O silêncio se expressa, também, quando os policiais entrevistados apontam para o pouco espaço que possuem para falar de seus sofrimentos no cotidiano de trabalho. Sugerem a importância do acompanhamento psicológico, bem como da possibilidade de poderem falar mais a respeito desse cotidiano, o que poderia substituir punições. A impossibilidade de falarem é associada a cometerem atos que, segundo eles, poderiam ser evitados.

Nesse sentido, eles afirmam sentir dificuldades para se desligarem, após um dia de trabalho, e conviverem com a família, com a qual não costumam falar sobre o que viveram durante o turno de serviço para não gerar preocupações. Essa dificuldade lhes parece maior, especialmente, se no trabalho enfrentaram uma situação de muito risco ou com morte. Conversar, para eles, portanto, significa poder liberar e aliviar a tensão acumulada. Entretanto, embora reconheçam a importância desses espaços de fala, admitem que alguns policiais não querem ou não têm capacidade para ouvir, sugerindo que “há coisas que não podem ser ditas”.

Mas, mesmo em grupo, os policiais reconhecem e atrelam a violência que eventualmente reproduzem à mecanismos geradores de estresse e de descompensação psíquica no cotidiano profissional, evidenciando, assim, que seu sofrimento psíquico constitui um circuito de violências.

Paradoxalmente, apesar de, segundo os dados, os policiais do Amapá matarem muito, eles sabem que praticamente não morrem em serviço.

(...) em relação à violência recebida e praticada contra o policial, ela é muito baixa. Bem baixa em comparação ao Rio de Janeiro onde a gente vê muita morte policial. Eu desconheço notícia de policial morto em serviço, pelo menos eu tô há muitos anos. Temos dados de policial que foi morto fora de serviço. (Policial Militar, Capitão, 2017)

Na história do Amapá nenhum policial morreu em serviço, nenhum policial foi abatido. Temos casos de policiais feridos. O Amapá é o único [estado] que não teve policiais abatidos. Nós somos um estado pequeno, e há um respeito por parte do criminoso pelo policial. Somos bem formados também. ((Policial Militar, Soldado, 2017)

Em 43 anos de criação e atuação da polícia militar no Amapá, nenhum policial morreu em serviço. O estado do Amapá é o único do país que possui esse dado²², o que faz com que os policiais se percebam como heróis que mataram para não morrerem ou mesmo que feriram antes de serem feridos.

Pode-se, portanto, inferir que o poder letal é usado para proteger as vidas dos próprios policiais, uma vez que eles se reconhecem como vulneráveis, mas, ao mesmo tempo, bem treinados e equipados para reagir antes de serem vitimados. O desequilíbrio entre civis e policiais mortos em confrontos não é analisado pelos policiais como uma possível decorrência do emprego inadequado de táticas e estratégias policiais.

É importante, novamente, ressaltar que a formação profissional parece ocupar um lugar importante nas representações identitárias dos policiais e eles também atribuem a lacunas nessa formação o fato de haver violência policial.

A polícia do estado do Amapá é vista por todos os outros estados como uma polícia bem treinada. E se é uma polícia bem treinada, o policial morrer em confronto vai ser um desastre. (...) Além dela estar bem treinada, [há] (...) colete balístico, um escudo balístico, muitas vezes até mesmo um capacete balístico. Então quem (...) [leva] desvantagem num confronto entre polícia e bandido tem que ser o bandido. No estado do Amapá, ainda, em termos de armamento, ainda estamos de igual pra igual com a criminalidade. A diferença é que nossos policiais estão bem treinados e mais bem equipados. O bandido, às vezes, até tem um armamento equivalente ao da nossa polícia, mas não tem o treinamento, não tem o conhecimento, o manuseio, como manusear uma arma perfeitamente, e não tem os equipamentos de segurança individual.

²² Dados disponibilizados pela Polícia Militar do Amapá e divulgados na reportagem “No Amapá, a PM que mais mata é também a que menos morre”, disponível em: <<https://apublica.org/2018/08/no-amapa-a-pm-que-mais-mata-e-tambem-a-que-menos-morre/>>.

Então, em tese, quem tem que levar a desvantagem é o bandido. (...) a consequência disso [é que apesar da] (...) violência aliada ao nosso treinamento, a baixa tá sendo sempre do lado do bandido. (Policia Militar, Tenente Coronel, 2017)

Para alguns agentes, a violência policial pode resultar de lacunas na formação, mas predominam exaltações à boa formação e à crença de que, conforme constatei na observação do cotidiano de trabalho, os policiais que cometem violências indevidas são os que “trabalham mal”. Essa expressão é utilizada, de modo geral, como sinônimo de transgressões em serviço, designando, assim, que a prática da violência policial, quando não se justifica, é excepcional e cometida por quem não está devidamente preparado.

Aparece, em algumas falas, o reconhecimento de que os novos policiais são diferentes dos mais antigos, o que decorre de, atualmente, haver menos rigor nos processos de formação e treinamento. Segundo alguns entrevistados, novos policiais dificilmente são excluídos da corporação ou advertidos disciplinarmente por cometerem violência policial.

Voltando à categoria “estresse”, já mencionada, tanto em relação às atividades diárias de trabalho quanto às do treinamento, ela é entendida como uma tensão, algo que se aprende e se justifica pela necessidade do devido preparo para fazer frente às pressões sofridas nas ruas.

Embora assim justificada, para alguns policiais, mais especificamente para os praças, que não exercem função de comando, essas situações podem ser entendidas como excessos cometidos no interior da organização policial. Segundo alguns desses entrevistados, a instituição exige muito dos policiais.

A esses elementos, conjuga-se, ainda, a categoria “missão impossível”, expressa no entendimento dos policiais de que, no cotidiano de trabalho, eles enfrentam uma realidade social não resolvida pelos poderes estatais, como problemas relacionados à desigualdade, à pobreza, enfim, questões atribuídas a eles, enquanto responsáveis pela segurança social, mas que eles acreditam não serem problemas da competência da polícia.

As pressões dos policiais relativas ao cotidiano do trabalho são ainda associadas ao alto risco de morte, o que lhes exige atitudes permanentes de alerta, sem descuido frente a ninguém à sua volta.

Os policiais se percebem como alvos e em constante risco. Como consequência, eles declaram trabalhar sempre preocupados, tanto que saem de casa sem saber se vão retornar. Em decorrência dessa sensação constante de estarem correndo risco de vida, eles declaram que seu “sistema nervoso fica abalado”, pois estão sempre diante de situações em que precisam se controlar para não morrer. Segundo os entrevistados, “é como se algo ficasse pulando no seu sistema nervoso, o que, com o tempo, cai no costume”.

Articulada ao risco, os policiais afirmam que o medo se faz presente, sobretudo em situações inesperadas que enfrentam. Nesses casos, temem perder o próprio controle, a sua vida ou a de um colega. Sentem, assim, a necessidade de disciplinar seus sentimentos, pois, no momento do confronto, segundo os policiais, ocorre uma descarga de adrenalina e eles têm pouco tempo para pensar, pois suas intervenções devem ser rápidas e imediatas. Nesses momentos, afirmam sentir a necessidade de imobilizar o “inimigo”, a fim de reafirmarem que “quem manda na situação é o policial”.

Para os policiais, os inimigos não podem retrucar suas ordens, pois, do contrário, eles perdem o controle. Embora afirmem a necessidade de serem imparciais, afirmam também sentir a maldade das pessoas que enfrentam, o que os faz pensar, nesses momentos, primeiro em sua própria segurança e, somente depois, na segurança dos outros. Segundo alguns entrevistados, dependendo da situação, a imparcialidade lhes parece impossível, levando-os a “agir com o coração”. O tênue limiar entre o “bandido” e o “mocinho”, ou entre o “bem” e o “mal”, pode, portanto, ser rompido a qualquer momento, impelindo o policial à prática da violência.

Nesses casos, segundo alguns policiais, é preciso se antecipar às ocorrências, pois, durante elas, é impossível pensar com calma. Isso tudo ainda se associa às categorias “Superpoderes”, “Super-Homem” e “Super-mulher” que, para os entrevistados, são construídas durante o treinamento.

Para vários entrevistados, é necessário que o policial imprima uma certa dose de violência em suas práticas, pois ele não pode ser calmo. Assim, na instituição policial, cometer violência ou “excesso” não é necessariamente uma postura negativa e é até motivo de elogio e de estímulo. Segundo alguns, aqueles que saem batendo, nas ocorrências, são considerados melhores policiais que os “atuam na base da conversa”, Estes são, de certo modo, desvalorizados pelo

grupo e acusados de não quererem se envolver nas ocorrências. E há, ainda, um consenso em torno da conclusão de que os melhores policiais são os que atendem às ocorrências mais perigosas, que envolvem o uso da violência.

Todos os depoimentos dos policiais entrevistados revelam suas interpretações acerca das experiências de trabalho e expressam o que entendem por “violência policial” e como a gerenciam. Isso nos possibilita compreender como a organização e os desafios do trabalho cotidiano impactam a subjetividade e a saúde dos policiais.

Concluo, assim, que a violência policial é considerada por eles como um instrumento de trabalho. Minhas observações se concentraram no Bope, batalhão que, a meu ver, é preparado para enfrentar os desafios da segurança pública sob a ótica do combate ao inimigo e do matar para não morrer, o que os torna também juízes de processos sumaríssimos e executores da pena de morte, constitucionalmente prevista apenas em caso de guerra (Art. 5, inc. XLVII da Constituição Federal de 1988).

Os conteúdos das entrevistas, analisados neste capítulo, foram agrupados em torno de eixos temáticos e “categorias nativas” que apontam aspectos constitutivos das tensões envolvidas no exercício do trabalho policial, bem como dos mecanismos utilizados na tentativa de gerenciá-las.

As reflexões aqui suscitadas apontam para a necessidade de se aperfeiçoar cada vez mais o conhecimento acerca dos sentidos e conteúdos das práticas que fazem do policial alguém que, de uma forma ou de outra, convive e também sofre com a violência. Em muitos dos discursos analisados, foi desenvolvida a ideia de que, como a sociedade é violenta, os policiais também o são.

O não-dito, portanto, é que policiais são violentos também em situações que envolvem civis desarmados e sem quaisquer antecedentes criminais, inclusive crianças e adolescentes, geralmente negras e pardas, a caminho da escola ou do trabalho, em ruas de bairros pobres das periferias urbanas. E também não é dito que, mesmo “bandidos perigosos”, não podem ser legalmente executados sumariamente, sem qualquer direito ao devido processo legal, que implica a devida coleta e apuração de provas e o direito ao contraditório.

Esses agentes estatais, a princípio responsáveis pela garantia da lei e da ordem, devido a um complexo de razões que esta pesquisa apenas pontuou e que

merece muitos aprofundamentos, parecem se reconhecer como os únicos realmente capazes de garanti-las, desacreditando, assim, do sistema de justiça do qual fazem parte, a ponto de considerarem que, para cumprirem seu dever, devem mesmo ter licença para matar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três questões principais permearam esta dissertação: 1) como os policiais do Bope de Macapá se percebem e percebem o trabalho policial; 2) o que constitui ou não a “violência policial” para eles e 3) como essa violência se distingue de outras formas de ação.

Uma vez que, conforme apresentado na introdução desta dissertação, a Polícia Militar do Amapá é, segundo os dados oficiais, a que mais mata no país e a que menos morre em ações policiais, suas diferentes atuações, treinamentos e representações midiáticas apresentaram-se como um campo privilegiado no que se refere à observação de aspectos do trabalho policial e noções sobre violência, muitas vezes compreendida pelos interlocutores como “excessos” policiais.

Sendo assim, minha pesquisa baseou-se na observação participante de cursos, reuniões e atividades físicas de um Batalhão de Operações Especiais (Bope) de Macapá, além de entrevistas e conversas informais com esses policiais.

No que se refere à primeira questão – como os policiais do Bope de Macapá se percebem e percebem o trabalho policial –, busquei observar como essas percepções são construídas no processo de formação policial. Destacou-se, durante o trabalho de campo, que durante o processo de formação policial, ideias e mecanismos relativos ao “controle do inimigo” são criadas e reforçadas. No curso que acompanhei, descrito no capítulo II, percebi que é comum a ênfase no “combate ao inimigo”, segundo noções bélicas, e não nos princípios de cidadania. No estado do Amapá, parece existir uma valorização da polícia especializada em detrimento de uma polícia preventiva, mais próxima do cidadão e que faça mediação de conflitos.

Em sua formação, os *bopeanos* incorporam conhecimentos específicos, ideias e valores que compõem um novo policial, os quais são reiterados no discurso oficial da corporação. Um *ethos* bopeano gera uma visão de mundo segundo a qual o enfrentamento dos ditos “criminosos” se pauta em um aparato de guerra, pois o “combate ao inimigo” ocupa o topo da hierarquia de valores da organização. O Bope é, assim, o espaço institucional em que o arquétipo do policial-herói se constitui e se encarna por meio de um processo ritual, que transforma policiais comuns em policiais especiais. Esse *rito de passagem* inclui desde pressões física e psicológica, até a socialização de certos conhecimentos,

estabelecendo uma nova forma de pensar, sentir e agir que privilegia a padronização dos corpos como meio de uma performance de excelência, sem espaço para erros.

Rigorosos métodos disciplinares estabelecem e controlam essa incorporação de formas institucionalizadas de comportamento, juntamente com tomadas de decisão e trabalho em equipe sob condições adversas, caracterizadas pela pressão contínua sobre o tempo de resposta, a qualidade da decisão e o resultado obtido. Esse conjunto torna os corpos eficientes.

No cotidiano desses policiais são desenvolvidos valores, crenças e ideais coletivos que estabelecem o que pode ser entendido como uma “irmandade”, pois diariamente eles “superaram desafios” que não imaginavam ser possível suportar.

Fazer parte desse batalhão é, portanto, provar a capacidade de construir, reforçar e consolidar que se é portador de um *Corpo-Arma* especialmente eficiente.

No que se refere à segunda questão – investigação acerca da violência policial –, ela representou um desafio, pois sua complexidade impossibilitou a verificação de causas ou lógicas lineares. Apresentados, muitas vezes, como partes de um mecanismo defensivo do policial, que vive em situações de risco, atos de violência são descritos como reações ou respostas dos policiais diante de violências que ameaçam não somente a sociedade, mas suas próprias vidas.

A violência, assim, é compreendida como parte desses mecanismos defensivos, construídos coletivamente pelos policiais. Eles se utilizariam dela em nome da sobrevivência do grupo, evidenciando que nem todo policial se percebe como um indivíduo violento.

No que se refere à terceira questão – como essa violência se distingue de outras formas de ação –, outro argumento é que os agentes só cometem violência policial quando sua agressividade se torna descontrolada. Eles consideram fundamental se manterem sob controle, de modo, inclusive, a não prejudicarem o próprio trabalho.

A partir desta pesquisa, ampliei minha própria noção de violência policial, pois percebi que ela não consiste apenas em atitudes arbitrárias cometidas por policiais contra a população, mas também pode se apresentar como atos agressivos entre policiais ou até de um policial contra si mesmo.

Parece-me insuficiente esperar que mudanças no currículo e no conteúdo dos cursos de formação e especialização resolverão o problema da violência policial. É fundamental analisar essas percepções subjetivas, que são trocadas e reforçadas em situações de treinamento, especialmente a de que a violência policial é uma reação a violências sociais.

Desse modo, faz-se necessário atentar para o fato de que a violência, ao ser valorizada como reação legítima enquanto parte de mecanismos defensivos utilizados pelos policiais, bem como constitutiva de seu modelo identitário, fragiliza princípios relativos ao policiamento preventivo, que também regem a instituição. A valorização da violência reativa, em detrimento da prevenção não violenta, fragiliza, em última análise, princípios básicos da cidadania democrática, como o direito ao devido processo legal e ao contraditório.

É necessário, portanto, que haja medidas governamentais efetivas para implementar um plano de segurança pública que privilegie o caráter preventivo do policiamento e trabalhe arduamente para a diminuição das taxas de violência policial, principalmente as de letalidade de civis em confronto com policiais, sendo o Amapá o estado que lidera estas últimas.

A farda preta e a caveira reafirmam valores pautados na virilidade dos policiais, que também carregam a bandeira de serem incorruptíveis. Outros elementos essenciais à socialização do grupo são caracterizados por nuances e performances religiosas, como as orações, que fortalecem a noção de cumprimento do dever policial frente a inimigos.

Uma conclusão importante, portanto, é o quanto se tornar policial do Bope implica desconstruir individualidades e desenvolver uma forma de *consciência coletiva* ou um *eu coletivo*, docilizando corpos para que desempenhem determinadas performances, pautadas na superação de limites e desafios e na capacidade de resistir a violências.

Um sentimento de pertencimento atravessa e liga os policiais do Bope, unificando-os ideologicamente, de modo a fazer com que acreditem integrar um batalhão especial que deve ser socialmente reconhecido como tal. A força não só é expressa pela caveira, mas pelo uniforme preto, que diferencia o policial do Bope

de policiais comuns. Eles são reconhecidos pelas pessoas e pela mídia como “diferentes da PM”, sendo fartas as notícias que assim os distinguem²³.

A distinção dos “demais” também se verifica no extenso número de comunidades que policiais do Bope criaram na internet. Em grupos de *WhatsApp*, eles se automeiam “devotos do Bope” e produzem clipes e filmes que são acessados por milhares de pessoas, potencializando a imagem pública do batalhão ao tornar visível o que era privado. Essas representações veiculadas nas comunidades da internet merecem ser estudadas com mais profundidade, bem como as manifestações dos internautas e como eles se referem ao Bope.

Por fim, um discurso recorrente que observei entre os policiais é o de que as leis não estão de acordo com “a realidade social”. Eles partilham um sentimento de que o sistema judiciário limita e mesmo prejudica o trabalho policial. Muitos consideram que, durante a ditadura militar, os policiais tiveram seus poderes alargados e puderam trabalhar melhor, enquanto que, após a redemocratização, eles perderam ou tiveram restringidos esses poderes.

Durante a minha pesquisa de campo, vários declararam se sentir limitados diante das leis e se declaravam ansiosos por um novo contexto político em que pudessem ter seus poderes novamente alargados, inclusive com “permissão para matar sob violenta emoção”. Vários enfatizaram acreditar terem sido impedidos de realizar o trabalho que lhes cabia, em função de indevidas limitações impostas pelo Estado Democrático de Direito. Eles declararam que, ano após ano, conviveram com violências advindas da sociedade, sendo-lhes exigida serenidade e respeito à lei e a ordem.

O presidente eleito endossou e segue endossando práticas de tortura e abusos policiais, desrespeitando os direitos humanos. Mas sabemos que mortes provocadas por agentes policiais podem acirrar uma espiral de conflitos, pois os homicídios tidos como execuções extrajudiciais e sumárias colocam as comunidades contra a polícia, complicam as devidas investigações e expõem os próprios policiais a riscos, atraindo represálias. Tudo indica que crescerá o número de extermínios e o uso excessivo da força letal nas atuações de policiais.

²³ Como exemplo, vide matéria do Portal G1, disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2019/02/12/bope-prende-suspeito-de-matar-cabo-da-pm-no-ap-ele-tentava-fugir-do-estado.ghtml>>. Acesso em janeiro de 2019.

Não por acaso, o tema da segurança pública e da violência policial foi objeto de grandes discussões no Brasil em 2018, ano de eleições para os mais importantes cargos dos poderes executivo e legislativo da União e dos estados.

Terminadas as eleições, encontramos-nos em plena montagem de estratégias, que buscam implementar aquilo que foi prometido como sendo a solução para o problema público da violência: maior empoderamento das polícias e fortalecimento de seu caráter bélico. A “licença” ampliada para os policiais matarem, além de acentuar as ameaças ao Estado Democrático de Direito, é o caminho mais curto para gerar ainda mais vítimas, inclusive os próprios policiais, pois as leis, protocolos internacionais e técnicas policiais que norteiam o uso proporcional da força pela polícia servem exatamente para resguardar civis e policiais e não para incentivar a criminalidade violenta.

Essa “licença para matar” alimenta a demanda por armas com poder destrutivo cada vez maior, incentivando, assim, um número crescente de violências e mortes de supostos “criminosos”, de civis inocentes e de policiais, além de desencadear o aumento do medo generalizado na população, ao invés de uma sensação de maior segurança.

A política de segurança bolsonarista, baseada na “guerra contra os inimigos”, é muito provavelmente o caminho mais curto para atingirmos níveis de violência letal no Brasil ainda maiores que os já existentes e alarmantes.

Neste sentido, divulgam-se, todos os dias, conversas e reuniões entre eleitos, nomeados e gestores da área que apontam para a adoção de estratégias que incrementarão essa “guerra” e que contam com o apoio dos comandos e das bases das polícias.

Concomitantemente, por todo o Brasil, irrompem diariamente notícias de policiais que tiram suas vidas ou são obrigados a se afastar para tratamentos psiquiátricos e psicológicos, dados estes que as instituições policiais camuflam ou atribuem a problemas individuais e isolados²⁴.

O Estado ignora aquilo que é mais básico em termos de governança pública no campo da segurança: humanização das relações internas, reconhecimento de

²⁴ Como exemplo, vide matéria de um jornal local do Amapá acerca do suicídio de um policial, devido a problemas com depressão, disponível em: <<http://www.diariodomeiodomundo.com.br/2017/11/policial-do-bope-se-suicida-em-macapa.html>>. Acesso em janeiro de 2019.

direitos e garantias básicas e valorização dos profissionais da área. Ao contrário, aposta em códigos disciplinares que fazem sofrer com a promessa de criar heróis que não podem expor suas fraquezas sem correr riscos de severas punições.

Democratizar e humanizar a segurança pública passa obrigatoriamente por assumir que não devem existir policiais-heróis, mas policiais-cidadãos, o que implica reconhecer que tal questão não diz respeito apenas aos policiais, mas a toda a população e ao direito à segurança pública como um direito fundamental.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, S. *Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea*. In.: MICELI, S. (org) **O que ler na Ciência Social brasileira**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 2002, Vol 4. 2002.

BASÍLIO, Marcio Pereira, **O Desafio da Formação Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro**: Utopia ou realidade possível? Dissertação de Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2007.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**. São Paulo: Ed. da USP, 2001.

BECKER, Howard S. (1966). *Marginais e desviantes e Tipos de Desvio*. In: **Uma teoria da ação coletiva**. pp. 53-85. Rio de Janeiro: Zahar. 1977

BERGER, **Peter. Perspectivas Sociológicas**: Uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1978.

BITTENCOURT, Palmira das Neves. **Vinte anos da inclusão da mulher na polícia militar do Amapá**: estudo sobre as relações profissionais e as relações de gênero: equidade ou diferença?. Dissertação de Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará. Macapá, 2010.

BITTNER. Egon. **Aspects of police work**. Boston, MA: Northeastern University Press, 1990.

BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das Rua**: Povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1997.

_____. **Ordem na Cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. pp.1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRASIL. Constituição. República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRITO, Jaqueline Ferreira de Lima. **A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade como documento histórico**. Dissertação de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014.

CANTO, Fernando Pimentel. **Literatura das pedras**: a Fortaleza de São José de Macapá como *lócus* das identidades amapaenses. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará e Fundação Universidade Federal do Amapá. 2016

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CARDOSO, Marcus. **A linguagem dos direitos e o simbólico nas reclamações dos moradores de favelas**. Confluências, vol. 14, n. 2. Niterói: PPGSD-UFF, dezembro de 2012.

CASTRO, C. **O espírito militar**: um antropólogo na Caserna. 2 edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CASTRO, C; LEIRNER, P (Org.). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

COSTA, A. **Entre a Lei e a Ordem**: violência e reforma nas polícias. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA SILVA, Jorge. **Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2ª ed., 1999.

_____. **Segurança Pública e Polícia:** criminologia crítica e aplicada. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.

_____. **Violência e Racismo no Rio de Janeiro.** Niterói: EdUFF, 1998.

DAS, Veena, POOLE, Deborah (Eds.). **Anthropology in the Margins of the State.** Santa Fe, School of American Research Press, 2004.

DE SÁ, Leonardo Damasceno. **Os Filhos do Estado.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

DENARI, Giulianna Bueno. **“Batom na caveira”:** um estudo sobre as mulheres na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Carlos: UFSCar, 2016.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

_____. **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

DUARTE, L. **Projetos, Corpos e Mandatos:** um estudo sobre o mandato policial no curso de formação de soldados da Polícia Militar de Santa Catarina. 2012. 200f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Santa Catarina: UFSC, 2012.

DURÃO, S. **Patrulha e proximidade:** uma etnografia da polícia de Lisboa. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, ISCTE, Lisboa, 2006

DURÃO, S e OLIVEIRA, J. **Comunidades de saber:** Percurso de um cadete entre Moçambique e Portugal. Cadernos de Pesquisa. v.44, n.144, out-dez, 2014.

DURÃO, S. **Esquadra de polícia.** Retratos da fundação. Lisboa, 2016.

FARIA, C. **“Vocês agora estão começando a parecer gente”** - a transformação do indivíduo em quase Estado: um estudo etnográfico no curso de formação dos soldados da polícia militar de Pernambuco. Dissertação em Antropologia. Pernambuco: UFPE, 2014.

FILHO, Wilson de Araújo. *Ordem Pública ou Ordem Unida?: Uma análise do curso de formação de soldados da Polícia Militar em composição com a política de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro: Possíveis dissonâncias*. In.: **Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública**. Niterói: EDUFF, 2003.

FOUCAULT, Michel [1987]. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIRARDET, Raul. **A Sociedade Militar: de 1815 aos nossos dias** (Trad. José Lívio Dantas). Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 2ª reimp. da 7ª Ed de 2001. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GINZBURG, Carlo. *O Inquisidor Como Antropólogo*. In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Capítulo 14, pp 280-293. Companhia das letras. São Paulo, 2007

HOLLOWAY, Thomas H.. **Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência em uma cidade do século XIX**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LEÃO, Richard Douglas Coelho. **Cenários do Mercado de Trabalho Informal e da Migração na Amazônia: um estudo sociológico sobre os camelôs e**

ambulantes da cidade de Macapá (AP). Richard Douglas Coelho Leão. – Araraquara (SP): Unesp, 2017 (exemplar para qualificação).

LEIRNER, P. **Meia Volta Volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV/FAPESP, 1997.

MORAIS, Paulo Dias. **História do Amapá**: o passado é o espelho do presente. Macapá: JM Editora Gráfica, 2013.

KANT DE LIMA, R.; VARELLA, A; LESSA, R.; CUNHA, R. M. C. *Polícia e Democracia*: Controle Social e Administração Da Justiça. **Revista OAB**, v. 22, pp. 279-286. Rio de Janeiro: 1985.

KANT DE LIMA, R.; RATTON, J (Org.) **As ciências sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Urbania; ANPOCS, 2011.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. **Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil**: uma bibliografia. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 50, p. 45-123. Rio de Janeiro: 2000.

KANT DE LIMA, R. **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: Seus Dilemas e Paradoxos**. Rio de Janeiro, 1994.

_____. **Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”**: A formação Policial em questão. Ensaio de Antropologia e Direito. Rio de Janeiro: Editora Limen Juris, 2008.

MACHADO, Catia Conceição Faria. **Revolucionários, Bandidos e Marginais**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

MISSE, Michel. *O movimento*: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência.

In: Baptista, Marcos; Cruz, Marcelo S.; Matias, Regina (Org.). **Drogas e pós-modernidade**: faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2003.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a Polícia**: Sociologia da Força Pública. São Paulo: EDUSP, 2003.

MUNIZ, Jacqueline. “**Ser Policial é, Sobretudo, uma Razão de Ser**”: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

_____. **A crise da identidade das polícias militares brasileiras**: dilemas e paradoxos da formação educacional. Security and Defense Studies Review, v.1, pp. 177-198, 2001.

MAUSS, M. & HUBERT, H. **Sobre o sacrifício**. S. Paulo: Cosac Naify, 2005.

MAUSS, Marcel. Técnicas do Corpo. (1934) IN.: **Sociologia e Antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MOITA, A. **Os Heróis Também Sofrem**: Um Estudo do Cotidiano de Trabalho dos Bombeiros e de suas Relações Amorosas. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2007.

NUMMER, Fernanda Valli. **Ser polícia, ser militar**: o curso de formação na socialização do policial militar. Niterói: EDUFF, 2005. 148

OLIVEIRA, J. **Polícia, masculinidade e violência**: um estudo das práticas dos policiais na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 2011. 200f. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PAIXÃO, A. **A Organização Policial numa Área Metropolitana**. Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 25, nº 1, pp. 63-85, 1982.

PEIRANO, Mariza (Org) **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PEREIRA, Carlos Eduardo Milagres. **“Canções de Guerra”**: Um Signo Bélico na Formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro. Monografia em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. NuFEP/Universidade Federal Fluminense, 2002.

PINHEIRO, P. *Polícia e a Crise Política*: O Caso das Polícias Militares. In: Da Matta, R. (org.), **A Violência Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, pp. 57-92, 1981.

PONCIONI, Paula. **Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil**. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 1, n.1, 2007.

_____. **Políticas Públicas para educação policial no Brasil**: propostas e realizações. Estudos de Sociologia, v.17 – n.33, 2012.

_____. **Tornar-se policial**: A construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, 2003.

POSSAS, M.; ROCHA, T. T. **"A onça comeu o suspeito"**: reflexões sobre o *rule of law* no Acre entre os anos 1980 e 2000. Lua Nova, n.91, pp. 229-268, 2014.

PORTO, M. S. G. **Condutas Policiais e códigos de deontologia**. Um estudo comparativo sobre a relação entre polícia e sociedade. Relatório final. SENASP. Universidade de Brasília, dezembro de 2005.

_____. **Crenças, valores e representações sociais da violência**. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, Dec. 2006.

_____. **Polícia e violência**: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. São Paulo em perspectiva 18.1 .132-141, 2004.

ROCHA, S. M; MARQUES, A. C. S. “**Bandido bom é bandido morto**”: violência policial, tortura e execuções em Tropa de Elite. Revista Galáxia, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/3996/399641245002/>>. Acesso em dezembro de 2018.

SANTOS, Dorival da Costa dos. **O regime ditatorial militar no Amapá: Terror, resistência e subordinação**. Dissertação de mestrado. Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**. Gráfica e Editora Valcan Ltda. Macapá, 2003.

SCHRITZMEYER, A. *Tribunal do Júri*. In: Lima, R; Ratton, J; Azevedo, R. (Org.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. 1ed. São Paulo: Contexto, v.1, pp. 427-435, 2014.

SILVA, Agnaldo José. **Praça Velho**: um estudo sobre a socialização policial militar. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Goiás, 2002.

SILVA, Albuquerque Mendes da. **As tatuagens e a criminalidade feminina**. Revista dos alunos de pós-graduação em antropologia, n1.ano 1. FFLCH-USP. São Paulo, 1991.

SILVA, Silvana Kelly de Moraes da. **Mulheres policiais**: um estudo sobre a presença feminina na polícia militar do Amapá. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Integrado Regional. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2015.

SIRIMARCO, Mariana. **A Vida com Farda**: O vestimento policial como relato institucional em disputa. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 28, n. 82, pp.31-43. 2013.

_____. “**O Cume dos Heróis**”: a escritura emotiva de um relato policial. Intersecções (Rio de Janeiro) v. 19 n. 1, p. 129-149, jun. 2017.

SOARES, Luiz Eduardo. **Elite da Tropa 2**. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Novas políticas de segurança pública**. Estudos Avançados, v. 17, n 47, 2003.

Souza, Marcos Santana de. (1980). "**Sou policial, mas sou mulher**": gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo. Campinas, SP, 2014

STORANI, P. "**Vitória Sobre a Morte: a Glória Prometida**": O "rito de passagem" na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal Fluminense, 2008.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

VAN GENNEP, Arnold. **Ritos de passagem**: Estudos sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Petrópolis: Vozes, 1978.

WACQUANT, L. **Corpo e Alma Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2002.

WEBER, Max. **A Política como Vocação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

_____. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1999.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. São

ANEXOS

Anexo 1: Autorização (Entrevistas)²⁵

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, concordei de livre e espontânea vontade em dar uma entrevista à pesquisadora Ana Caroline Bonfim Pereira da Universidade de São Paulo.

Sei que essa entrevista faz parte de seu trabalho sobre a relação entre Polícia e Sociedade no estado do Amapá.

Concordei, ainda, que durante a entrevista minhas falas e imagens fossem gravadas para serem usadas para fins acadêmico.

Sei, por fim, que posso entrar em contato com a Pesquisadora Ana Caroline, a qualquer momento, para lhe pedir mais informações sobre seu trabalho e sobre o uso que foi feito da entrevista.

Macapá, 02 de fevereiro de 2017.

Ana Caroline Bonfim Pereira

Orientadora: Ana Lúcia Pastore

Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo

Telefones: 3091-0159; 3091-3779; 3031-2552 (USP)

E-mail: ana.caroline_ap@hotmail.com

²⁵ O nome do entrevistado foi desfocado para preservar sua identidade.

Anexo 2: Autorização para a realização da pesquisa²⁶

GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ
POLÍCIA MILITAR
COMANDO GERAL
DIRETORIA OPERAÇÕES

DIRETORIA DE OPERAÇÕES - PMAP
RECEBI ORIGINAL
Data: 27 / 01 / 2017
Ass: Ana Carolina Bonfim

Ofício nº 017/2017 – DOP/PMAP **Macapá-AP, 27 de janeiro de 2017.**

Do: Diretor de Operações da PMAP

Aos: Comandantes de Batalhões da PMAP e Divisão de Estatística – DOP/PMAP

Ass.: Informação/ Autorização.

Cumprimentando cordialmente Vossa Senhoria, informo que conforme Memo. nº 006/17 – GAB/SUBCMDO, está autorizada a Sra. Ana Carolina Bonfim Pereira realizar pesquisas com coletas de dados estatísticos e entrevistas nas Unidades da PMAP, com objetivo a subsidiar o projeto de Mestrado.

Respeitosamente,

²⁶ O nome do responsável pela Diretoria de Operações da PMAP foi desfocado para preservar sua identidade.